


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

BEATRIZ ISOLA COUTINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMIGRAÇÃO
LABORAL NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO
**METROPOLITANAS: uma perspectiva comparativa entre São
Paulo e Nova Iorque**

ARARAQUARA – S.P.
2013

BEATRIZ ISOLA COUTINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMIGRAÇÃO
LABORAL NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO
**METROPOLITANAS: uma perspectiva comparativa entre São
Paulo e Nova Iorque**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Leila de Meneses Stein

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2013

Coutinho, Beatriz Isola

Reestruturação produtiva e imigração laboral nas indústrias de confecção metropolitanas: uma perspectiva comparativa entre São Paulo e Nova Iorque / Beatriz Isola Coutinho – 2013

139 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de

Araraquara

Orientador: Leila de Menezes Stein

1. Imigração. 2. Trabalho. 3. Indústria da moda. 4. São Paulo.
5. Nova Iorque. 6. Reestruturação produtiva. I. Título.

BEATRIZ ISOLA COUTINHO

IMIGRAÇÃO E TRABALHO NAS CONFECÇÕES
METROPOLITANAS: uma perspectiva comparativa entre São Paulo e Nova
Iorque

Dissertação de mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Leila de Meneses Stein

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 8/03/2013

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa Dra. Leila de Meneses Stein

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Ana Lucia de Castro

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCar.

Membro Suplente: Prof. Dr. Ricardo Campos Sapia

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Membro Suplente: Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta

Universidade Federal da Fronteira Sul.

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

DEDICATÓRIA

Para meus eternos amores Topa, Gu e Bebê

AGRADECIMENTOS

Inúmeras e de naturezas diversas foram as contribuições por mim recebidas ao longo do período de elaboração da dissertação de mestrado. Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles com os quais dialoguei e troquei aprendizados. Agradeço aos alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, assim como aos funcionários do Campus da UNESP de Araraquara.

Agradeço a minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Leila de Menezes Stein, pelos diálogos profícuos e pela sabedoria com a qual me acompanhou nos caminhos da pesquisa. Sempre solícita as minhas dúvidas, corrigiu com afinco cada parágrafo da presente dissertação, um exercício de paciência e carinho sem o qual o desenvolvimento desse trabalho não seria possível.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Castro por suas contribuições em minha banca de qualificação e durante a disciplina, assim como por sua presença em minha banca de defesa. Agradeço ao Prof. Dr. Jacob Carlos Lima, por suas importantes contribuições intelectuais e por compor a banca de defesa, assim como agradeço a gentileza do Prof. Dr. Ricardo Campos Sapia e do Prof. Dr. Antônio Alberto Brunetta por comporem a banca na condição de suplentes.

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço a Maria Susicléia de Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco e a May Ying Chen, professora do Murphy Institute, pelas entrevistas concedidas e pela disposição em contribuir para o desenvolvimento do meu trabalho. Agradeço a todos os trabalhadores imigrantes, pelas entrevistas, pelas conversas e, principalmente, por terem dividido comigo suas histórias de vida.

Agradeço aos amigos de perto e de longe pelo carinho e pela compreensão. Agradeço a Venâncio Cremonez, meu companheiro de vida e cúmplice de erros e acertos.

Em especial, agradeço a minha pequena e intensa família. Minha mãe e eterna amiga de alma Maria Cristina Coutinho. Meu pai e meu herói pela coragem e inteligência ímpar Carlos Eduardo Coutinho. Meu irmão André Isola Coutinho, duas palavras: cui, cui. Vocês são o melhor de mim, um grande clã! Eterna gratidão e muito amor.

RESUMO

O massivo deslocamento de trabalhadores por entre as fronteiras nacionais coloca a questão imigratória como tema fundamental ao atual conflito entre capital e trabalho. A presente dissertação estuda a relação entre a imigração laboral e a indústria de confecção na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque, no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo. A partir de 1980, surgiram nessas metrópoles pequenas fábricas de vestuário marcadas pela presença de trabalhadores estrangeiros e por condições precarizadas de trabalho. Por meio de uma perspectiva comparativa entre as imigrações históricas e as contemporâneas envolvidas no setor têxtil-vestuário de ambas as metrópoles, pretende-se demonstrar a importância dos significados que a migração internacional imprimiu sobre a indústria de confecção. Tal reconhecimento implica na aquiescência de que a subcontratação de trabalhadores estrangeiros repousa em um vínculo privilegiado entre os imigrantes e a indústria da moda. Ademais, as fábricas de trabalhadores imigrantes mostram-se como locais privilegiados para a observação de uma classe de trabalhadores transnacionais que constrói suas trajetórias de mobilidade social ascendente fora de suas pátrias-mães, entre os meandros da economia informal e do empreendedorismo étnico.

Palavras-chave: Imigração. Trabalho. Indústria da moda. São Paulo. Nova Iorque. Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT

The massive displacement of workers across national borders raises the issue of immigration as a major theme of the current conflict between capital and labor. This dissertation studies the relationship between labor migration and clothing industry in the city of São Paulo and in the city of New York, in the context of productive restructuring of capitalism. As of 1980, there were these metropolises small garment factories marked by the presence of foreign workers and precarious conditions. This study intends to demonstrate the importance of the meanings that international migration printed on a garment industry by comparing the historical and contemporary migrations involved in the textile clothing of both metropolises. This recognition implies acquiescence that subcontracting foreign workers rests in a privileged bond between immigrants and the fashion industry. Moreover, the factories of immigrant workers show up as privileged places for the observation of a transnational class of workers that builds their paths of upward mobility outside their homeland among the intricacies of the informal economy and the ethnic enterprise.

Key-words: Immigration. Work. Fashion Industry. São Paulo. New York. Productive Restructuring.

LISTA DE MAPAS

| | | |
|---------------|---|----|
| Mapa 1 | Cidade de São Paulo divisão por zonas | 47 |
| Mapa 2 | Cidade de Nova Iorque divisão por boroughs | 48 |
| Mapa 3 | Região do Triângulo de São Paulo – SP | 50 |
| Mapa 4 | <i>Garment District</i> de Nova Iorque – NY | 51 |
| Mapa 5 | A região metropolitana de São Paulo e seus municípios | 52 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------------|---|
| AFL-CIO | American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations |
| CEB's | Comunidades Eclesiais de Base |
| CONACCOVEST | Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados |
| CIE | Carteira de Identidade do Estrangeiro |
| COETRAE | Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo SP |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DHS | Department of Homeland Security |
| HERE | Hotel Employees and Restaurant Employees Union |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICE | Immigration and Customs Enforcement |
| ILGWU | International Ladies' Garment Workers Union |
| INS | Immigration and Naturalization Service |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| NAFTA | North American Free Trade Agreement |
| NAICS | North American Industry Classification System |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONG's | Organizações Não-Governamentais |
| RMSP | Região Metropolitana de São Paulo |
| SRTE/SP | Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo |
| UNITE | Union of Needletrades, Industrial and Textile Employees |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1. A INDÚSTRIA DA MODA, OS TRABALHADORES IMIGRANTES E AS CONFECÇÕES DE VESTUÁRIO METROPOLITANAS | 23 |
| 1.1 A roupa e a moda..... | 23 |
| 1.2 O setor têxtil-vestuário e a indústria da moda..... | 29 |
| 1.3 A cidade e o trabalho na indústria da moda: da alta costura ao “estilo” | 37 |
| 1.4 Imigrantes no centro da cidade e o setor têxtil-vestuário em São Paulo e em Nova Iorque: uma ligação histórica..... | 42 |
| 1.5 <i>Sweatshops, talleres del sudor</i> e oficinas de costura: de alcunhas a conceito..... | 54 |
| 2. OS TRABALHADORES TRANSNACIONAIS E AS GRANDES CIDADES | 68 |
| 2.1 Imigração e trabalho: temas da mão-de-obra transnacional..... | 68 |
| 2.2 Redes étnicas, imigração e economia informal: caminhos das oficinas de costura e das <i>sweatshops</i> | 77 |
| 2.3 O empreendedorismo étnico, os nichos laborais e a mobilidade social ascendente..... | 81 |
| 3. ESTADOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS SOBRE OS TRABALHADORES IMIGRANTES NAS OFICINAS DE COSTURA E NAS SWEATSHOPS | 88 |
| 3.1 Atores e formas de atuação para a regularização imigratória | 88 |
| 3.2 Estado-nação e imigração: construindo a categoria de ser humano ilegal..... | 93 |
| 3.3 Os imigrantes costureiros e os sindicatos do setor..... | 101 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 111 |
| APÊNDICES..... | 120 |
| APÊNDICE A – Notas sobre as entrevistas realizadas com os trabalhadores costureiros no Brasil | 120 |
| APÊNDICE B – Perfil dos 11 entrevistados na Praça <i>Kantuta</i> | 124 |
| ANEXOS..... | 134 |
| ANEXO A – Mapa da cidade de São Paulo (divisão por zonas)..... | 134 |
| ANEXO B – Mapa da cidade de Nova Iorque (divisão por <i>boroughs</i>)..... | 135 |
| ANEXO C – Mapa da região do Triângulo em São Paulo - SP..... | 136 |
| ANEXO D – Mapa do <i>Garment District</i> em Nova Iorque - NY..... | 137 |
| ANEXO E – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo e seus municípios..... | 138 |

Apresentação

Os caminhos por nós percorridos para a realização da presente dissertação encontram seu ponto de partida em um profundo apreço da pesquisadora para com a questão imigratória. Algo que antecede nossa entrada na vida acadêmica e que encontrou terreno profícuo para reflexão ainda durante a graduação em Ciências Sociais. Foi nesse período em que tomamos conhecimento da complexidade pertinente aos estudos migratórios e da relevância atribuída ao tema pelo mundo social, em tempos passados e nos dias de hoje. Durante a pós-graduação, os desafios da pesquisa tornaram-se claros, assim como se impôs a necessidade de compreensão do fenômeno imigratório laboral a partir de uma perspectiva comparativa entre duas regiões de destino, apesar do esforço que tal empreitada impreterivelmente requereria. Nesse momento, a interlocução com os pesquisadores do Grupo Temático Trabalho e Trabalhadores, coordenado pela Professora Leila de Menezes Stein, foi de grande valia.

Essa pesquisa acerca do trabalhador imigrante na reestruturação produtiva da indústria da moda teve origem, primeiramente, no universo empírico de São Paulo. Partimos do estudo sobre os deslocamentos contemporâneos de sul-americanos para a capital paulista e fomos naturalmente conduzidos à indústria de confecção, pois é nas pequenas fábricas, comumente clandestinas, que os estrangeiros desse continente que atualmente cruzam as fronteiras nacionais “costuram sonhos”¹. Nosso próximo passo foi sair à procura de igual fenômeno em outros países, para os quais podem ser citados a Argentina, a Itália, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Longe de ser uma realidade unicamente brasileira, e paulistana, tratava-se de um evento comum aos principais centros da moda ocidental e acrescentou a um objeto já complexo pela natureza de seus sujeitos o volúvel emaranhado da contemporaneidade.

Reclamava-se, assim, para nosso austero propósito, um olhar ampliado, ou ainda duplicado, como disse Bhabha (1998) a respeito do imigrante. Uma vez mais, de modo inato, fomos levados para a escolha dos Estados Unidos e de Nova Iorque, especificamente. Isso porque partilhamos de um histórico imigratório ímpar e porque, o próprio setor sobre o qual debruçamos, traz muito em comum lá e aqui. Mais do que pensarmos de maneira ontológica a realidade pungente que nos propomos a estudar, tratava-se de uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento de nossa argumentação, de que a configuração da indústria da confecção em ambas as metrópoles explicava-se tanto pela reestruturação produtiva do capitalismo quanto

¹ Fazemos aqui referência à obra seminal *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, de Sidney Silva (1997).

pela própria imigração.

O texto que segue foi organizado de maneira a apresentar e explicar essa interação, para a qual se fez necessária uma incursão em temáticas pertinentes a três eixos norteadores: a) o setor têxtil-vestuário e a cadeia produtiva da moda; b) historiografia e problemáticas da imigração laboral e; c) as transformações no mundo do trabalho e na atividade de costureiro. Com base na revisão de uma bibliografia bastante diversificada e nos diálogos de autores que refletiram a realidade brasileira e a realidade estadunidense, pudemos traçar essas direções, apontando para as semelhanças e as diferenças qualitativas e quantitativas entre os dois países. Contextualizamos e descrevemos nosso objeto com base em instrumental teórico e metodológico variado e na pesquisa de campo que doravante chamamos sondagem exploratória, realizada em espaços estratégicos, com atores-chaves e trabalhadores imigrantes em ambas as cidades.

Cabe uma breve explicação acerca do termo sondagem exploratória, dado a natureza singela de nossa pesquisa de campo. Sua escolha é compatível com os instrumentos por nós utilizados, a observação dos bairros e espaços de sociabilidade dos imigrantes e a aplicação de um questionário, esta última, realizada apenas com os trabalhadores na cidade de São Paulo. O trabalho empírico com os trabalhadores imigrantes constitui por si só um desafio, uma vez que fatores como a ilegalidade jurisdicional e a desconfiança para com o pesquisador são barreiras que somente o decorrer do tempo e a proximidade com os sujeitos pesquisados podem transpor. Acrescentamos, ainda, nossa impossibilidade de acessar o local de trabalho dos costureiros imigrantes, uma vez que as fábricas estão, fundamentalmente, envolvidas com estruturas ilícitas e imersas na clandestinidade. No entanto, a sondagem exploratória apresentada adiante se tornou instrumento de contribuição analítica e aclarou caminhos a seguir na ocasião de pesquisas posteriores a esta.

Sondagem exploratória

Brasil, cidade de São Paulo

1. Na Praça *Kantuta*

A Praça *Kantuta*² leva o nome de uma flor típica do altiplano andino e desde o princípio de sua utilização para fins recreativos, no ano de 2002, tornou-se um importante espaço de sociabilidade dos imigrantes bolivianos. Localizada no bairro do Pari, entre a Rua Pedro Vicente, a Rua Carnot e a Rua das Olarias, além de promover encontros regulares entre os imigrantes e abrigar uma feira de produtos típicos, funciona como palco de festividades culturais. Nesse espaço, aplicamos o questionário com os trabalhadores costureiros imigrantes e pudemos observar seu funcionamento enquanto local de formação do mercado de trabalho transnacional das oficinas, por meio de cartazes com oferta de vagas e pelo contato entre os próprios trabalhadores. Aplicamos onze questionários em dois domingos consecutivos, no dia 16 e no dia 23 de dezembro de 2012³.

2. No bairro do Bom Retiro

Por se tratar de um tradicional ponto receptor dos imigrantes e ainda concentrar um grande número de oficinas de costura, realizamos a sondagem exploratória na Rua Bandeirantes, na Rua Amazonas, na Rua Três Rios, na Rua Afonso Pena e na Praça Coronel Fernando Prestes. Existe uma grande circulação de imigrantes sul-americanos nessa região e presenciei um intenso deslocamento de trabalhadores costureiros que transportavam com carrinhos de mão suas encomendas. Apesar de o espaço aberto representar um aspecto negativo para a realização das entrevistas (todos os imigrantes reagiram com medo à nossa abordagem), esse local foi fundamental à tentativa de ampliação da nossa amostragem para trabalhadores de outras nacionalidades⁴. O resultado dessa pesquisa realizada durante uma manhã e uma tarde no mês de dezembro foram três conversas conduzidas, com uma jovem mãe de origem boliviana, com um oficinheiro de igual nacionalidade que estava acompanhado de um sobrinho adolescente e, por fim, com um sul-coreano dono de uma loja de roupas que se declarou ex-oficinheiro.

3. No Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

² No ano de 2004, a Praça *Kantuta* teve seu nome oficialmente reconhecido pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

³ No dia 23 de dezembro acontecia uma comemoração de Natal da comunidade boliviana.

⁴ Diante da nossa impossibilidade em realizar as entrevistas no espaço de trabalho, esse artifício demonstrou-se um recurso metodológico viável.

Além de conhecermos a estrutura física do Sindicato, realizamos uma importante entrevista com Maria Susicléia Assis, funcionária do sindicato que acompanha intensamente a questão dos imigrantes costureiros nos últimos seis anos, participando das fiscalizações nas oficinas de costura e das reuniões junto ao Ministério Público do Trabalho, as ONG's e as redes contratantes das oficinas. Fomos muito bem recebidos e conduzimos uma entrevista bastante esclarecedora sobre o posicionamento do sindicato, realizada no dia 18 de dezembro de 2012.

Estados Unidos, cidade de Nova Iorque

1. No *Garment District*

Realizamos uma exploração da área durante visitas realizadas em agosto e setembro. Nessa região, não somente o comércio de vestuário voltado a um consumidor de menor poder aquisitivo e de qualidade inferior é predominante, mas também se encontra a maior loja varejista multimarca do mundo. Outro fator interessante é a permanência do comércio de insumos para a indústria de confecção, como tecidos e aviamentos, e a predominância de proprietários e funcionários judeus. Também encontramos cartazes que traziam propagandas de máquinas de costura usadas e de lojas de conserto. Muitos prédios pareciam abandonados, porém, o grande movimento de pessoas negava essa condição aparente. De qualquer forma, uma “aura” de desconfiança marcava presença, algo que pudemos sentir ao fotografar as fachadas nas ruas que não fazem parte do roteiro turístico da cidade. Embora nossas visitas pela região assemelhem-se a de um *flâneur*, fomos transeuntes atentos à sua história e à sua dinâmica, onde a presença dos imigrantes e da indústria da moda foi e ainda é característica marcante.

2. No *Tenement Museum*

Visitamos o museu em uma tarde do mês de setembro, ocasião na qual fizemos o roteiro das *Sweatshops*, oferecido pelo próprio *Tenement*. Conhecemos por dentro um prédio que se manteve intacto desde sua construção, no penúltimo quartel do século XIX e que serviu de local de moradia e trabalho para imigrantes costureiros judeus e italianos até os anos 30 do século XX. Além de coletarmos dados sobre a produção de vestuário nos cortiços do *Lower East Side*, visualizamos algo que conhecíamos apenas por meio dos livros. Assim,

tivemos a real dimensão das precárias condições em que a vida e a indústria de confecção domiciliar aconteciam nas *sweatshops* do passado e como acontecem no presente, visto que muitos desses prédios ainda existem na paisagem urbana e abrigam pequenas indústrias étnicas de confecção, sobretudo, na baixa *Manhattan*.

3. Nos enclaves étnicos

Estivemos em bairros da cidade que se caracterizam pela grande concentração de imigrantes de primeira geração e descendentes, atentando para o cotidiano dos estrangeiros e realizando conversas conduzidas pela pesquisadora a fim de conhecer as falas dos imigrantes na sociedade receptora e encontrar possíveis ligações entre os mesmos com a indústria de confecção. Privilegiamos o maior enclave étnico da cidade e aquele em que a bibliografia apontava para uma grande concentração de *sweatshops*, o bairro de *Chinatown*.

4. No *Murphy Institute*

Por meio do estágio realizado por minha orientadora, Leila de Menezes Stein, no *Murphy Institute for Worker Education* da *The City University of New York (CUNY)*, realizamos entrevista com May Ying Chen, professora da instituição. Essa entrevista foi de fundamental importância, pois May Chen, além de profunda conhecedora da questão imigratória para os Estados Unidos, fez parte por mais de 25 anos do *International Ladies' Garment Workers Union*⁵, sindicato dos trabalhadores da indústria de confecção e acompanhou as grandes transformações pelas quais o mesmo passou. Ativista e membro fundador em diversos grupos na luta pelos direitos dos trabalhadores imigrantes, a professora do *Murphy Institute* possui extensa experiência sindical e largo conhecimento sobre as *sweatshops* nova-iorquinas. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2012.

Questionários

Aplicamos 11 questionários⁶ com trabalhadores costureiros imigrantes em São Paulo, todos de origem boliviana, vindos da província de La Paz. Apesar de não enfocarmos os imigrantes vindos da Bolívia, esses compõem majoritariamente a força de trabalho estrangeira

⁵ Posteriormente *UNITE* e *UNITE HERE*.

⁶ Ver apêndices 1 e 2.

das oficinas de costura. Orientamos nossas questões a fim de a) traçar um perfil dos entrevistados e caracterizar sua imigração; b) compreender a organização do trabalho no interior das oficinas de costura e sua dinâmica na cidade de São Paulo e; c) aclarar como se dá a relação entre os costureiros e os donos das oficinas. Por questões pragmáticas não realizamos entrevistas com os trabalhadores imigrantes costureiros nos Estados Unidos, embora durante nossa pesquisa em Nova Iorque, o contato e as conversas estabelecidas com inúmeros imigrantes tenha sido de substancial contribuição.

Introdução

A presente dissertação debruça-se sobre um objeto cuja qual a existência pungente e o paulatino crescimento, nos últimos trinta anos, trouxeram-no a notoriedade no meio acadêmico e para além deste. Falamos das pequenas fábricas de roupas onde os trabalhadores costureiros são imigrantes e os proprietários também; onde a exploração extrema do trabalhador se confunde com a trajetória de vida semelhante daquele que o emprega, o caminho partilhado de quem deixou sua pátria-mãe em busca de melhores condições de vida.

A existência dessas pequenas fábricas de roupas onde pesa o elemento estrangeiro é comum as grandes cidades mundo afora, incluso aquelas sobre as quais direcionamos nossos olhares, a cidade de São Paulo e a cidade de Nova Iorque. Como principais características de tais oficinas encontram-se a sua inserção no mercado por meio das subcontratações e a forte competição entre as mesmas para garantirem e manterem um número estável de encomendas. O ganho é por peça costurada, ou seja, o rendimento é baseado unicamente pela produtividade do trabalhador. O assalariamento típico da contratação em termos formais foi solapado pela insegurança da informalidade e pela transferência das responsabilidades e prejuízos ao trabalhador. Os parcos rendimentos obtidos com cada peça produzida e que estão sujeitos as variações constantes e profundas da indústria da moda, expressa pela instabilidade no ritmo e volume das encomendas. O intensivo trabalho manual e a especialização em tarefas que possibilitam a inserção rápida de trabalhadores sem qualquer qualificação ou conhecimento prévio de costura. Os ambientes insalubres de trabalho que põem em risco a vida e a saúde dos costureiros e que comumente funcionam como locais de moradia. A sonegação de impostos e o desrespeito as leis trabalhistas e, por fim, a incidência de altos índices de coações e abusos.

Sua explicação repousa na abertura trazida pela reestruturação produtiva - vivenciada pelo capitalismo a partir da década de 1970 - para as pequenas e micro empresas, para o autoemprego e para a informalidade em suas diversas facetas, enfim, para a organização flexível do trabalho e da produção. O extenso setor têxtil-vestuário que contempla as especificidades da moda e no qual a indústria de confecção é central e marcada pelo trabalho intensivo, não escapou a regra dos efeitos da reestruturação produtiva. Ao contrário,

incorporou-os profundamente, sublinhando algumas de suas características inerentes como a segmentação produtiva e a sazonalidade do consumo, fincadas na exploração da mão-de-obra barata. O deslocamento da etapa da produção manual de vestuário para regiões e países onde os custos com o trabalhador eram menores foi acompanhado de perto pelo retorno da produção domiciliar nos grandes centros, como ocorreu em São Paulo e em Nova Iorque, desvinculada ao trabalho assalariado e marcada pelas formas flexíveis de contratação, assumindo as pequenas fábricas as funções de pouca rentabilidade e os riscos associados a um mercado volúvel como o da moda, que encontra na roupa seu estandarte.

A produção dos artigos de vestuário na atualidade coloca a indústria da moda entre as maiores exploradoras da mão-de-obra ao redor do mundo. Grandes marcas varejistas de roupas e de calçados deslocaram sua produção para países da Ásia, subcontratando empresas locais. Não faltam exemplos em países como Bangladesh, China, Índia e Paquistão, de fábricas onde os trabalhadores estão submetidos a regimes de trabalho semelhantes a escravidão e onde as mortes súbitas por excesso de trabalho tornaram-se correntes.

Na contramão da deslocalização da indústria de confecção na metrópole paulistana e na metrópole nova-iorquina que se faz rumo às outras regiões do país ou a outros países, encontram-se as pequenas fábricas de costureiros e de proprietários estrangeiros, subcontratadas das redes varejistas e das grifes ou contratadas pelas lojas que se espalham pelas cidades em questão, sobretudo nas suas regiões centrais. A permanência da etapa de transformação dos tecidos em roupas nessas capitais explica-se pela permanência das etapas criativas, assim como pela proximidade com o vultoso mercado consumidor e por serem estas cidades centros do mundo *fashion*. No entanto, o que explica o surgimento e o crescimento das pequenas fábricas onde os costureiros e os donos são imigrantes? A resposta imediata é dada pelo fato de que a mão-de-obra imigrante que prevalece em tais indústrias, pouco qualificada e sob o *status* jurisdicional de ilegal, é extremamente barata e por sua natureza, flexível. Sob esse aspecto é que a literatura da sociologia do trabalho comumente aborda a imigração laboral, incorporando os deslocamentos populacionais como tema *sine qua non* ao atual conflito entre capital e trabalho.

Apropriando-nos da contribuição de tais estudos, partimos em direção aos donos estrangeiros das pequenas fábricas de costureiros estrangeiros, pois sua presença é fundamental tanto quanto o é a dos trabalhadores. Quem são eles? O que os diferencia e o que os aproxima dos costureiros que empregam? Ou ainda, como essas “duas classes” de imigrantes, o dono da pequena fábrica que é conhecido por *oficineiro*, nomenclatura que doravante faremos uso, e os trabalhadores costureiros se relacionam? Acerca de tais

questionamentos, levados a cabo, sobretudo nos Estados Unidos, os mecanismos interpretativos dos estudos imigratórios em diálogo com a sociologia econômica propõem soluções que passam pelo entendimento da mobilidade social ascendente e do empreendedorismo étnico.

Em verdade, muitos casos demonstram que uma linha tênue separa o costureiro imigrante do oficineiro imigrante, assim como a relação entre patrão e empregado nessas oficinas produtoras de roupas desloca-se para terrenos de afetividade e de compadrio. Primeiramente, não raro o oficineiro é também ele mesmo costureiro e seus trabalhadores são membros de sua família ou amigos e conterrâneos. Segundo, comumente faz parte das intenções dos costureiros imigrantes tornarem-se oficineiros em São Paulo e em Nova Iorque, para melhorarem suas condições de vida no exterior e para trazerem seus familiares e amigos. Desta forma, se o projeto emigratório representa a possibilidade de ascensão social com relação aos países de origem, ser dono de sua própria oficina é um primeiro passo para sua concretização nos países de destino. Essas trajetórias de imigrantes estão enraizadas na história da indústria da confecção e da comercialização de vestuário em ambas as cidades, confundindo-se mesmo com a produção domiciliar e com a produção fabril.

Sobre essa intimidade secular, as ciências sociais que refletiram os Estados Unidos produziram inúmeros trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento de seu estudo tanto quantitativa como qualitativamente. Soma-se a isto a importância que a imigração, enquanto um fenômeno social, possui na sociedade estadunidense. Aspecto essencial também presente na realidade brasileira, sobre a qual inúmeros pesquisadores nacionais e estrangeiros trouxeram suas contribuições. Tanto lá como cá, os estudos migratórios constituíram sólidas perspectivas metodológicas, apoiadas na multidisciplinaridade, na percepção dos caminhos percorridos por indivíduos e grupos de imigrantes em seus países de origem e em seus países de destino, apontando para os meios e motivações dos deslocamentos populacionais. Olhar para os dois polos que necessariamente envolvem a imigração, ou seja, seu ponto de partida e seu ponto de chegada, traz substancial colaboração analítica.

Em uma frase assertiva da validade para as pesquisas imigratórias existente na comparação entre diferentes países, Fausto (1991, p. 52) afirma “[...] que a própria natureza do objeto nos convida a ‘audácias oceânicas’.”⁷ Nesse ponto, encontramos-nos diante da

⁷ Essa metáfora de Fausto (1991) encerra o seguinte parágrafo no artigo de Truzzi (2005): “Contudo, tome-se como exemplo o estudo, focado em um único país receptor, da experiência migratória de qualquer grupo. Por mais completa e minuciosa, qualquer apreciação dessa experiência necessariamente deixará de captar elementos importantes, muitas vezes definidores do tipo de inserção econômico-social experimentada pelo grupo, se não cotejar também as experiências vividas pelo mesmo grupo em outros países de destino. Análises comparativas são, nesse sentido, fundamentais.” (p. 141).

impossibilidade de acolher a tal indicação, tendo que os trabalhadores imigrantes empregados nas pequenas fábricas de roupas paulistanas e nova-iorquinas possuem diferentes nacionalidades e regiões de origem. Em substituição, pensamos nos imigrantes costureiros na qualidade de estrangeiros, em detrimento de suas particularidades culturais, étnicas e de gênero, o que atende a nossa intenção de focarmos em uma classe de trabalhadores transnacionais. Não abandonamos, contudo, um levantamento superficial das origens variadas dos imigrantes no setor têxtil-vestuário de ambas as cidades – relação que será aclarada em nosso conteúdo historiográfico sobre a indústria da moda nas mesmas –, a fim de demonstrar a extensa ligação temporal entre os estrangeiros e o setor.

Nossa “**audácia oceânica**” encontra-se na comparação entre as pequenas fábricas de vestuário da cidade de São Paulo e da cidade de Nova Iorque, isto é, na comparação entre as diferentes regiões de destino onde estão os locais de trabalho destes operários imigrantes. Ao enfocarmos em determinada etapa do processo produtivo onde a imigração laboral é significativa, seguimos um caminho como o feito por Nancy Green (1997)⁸, ao comparar a produção de vestuário pelos imigrantes na cidade de Nova Iorque e na cidade de Paris. Algo semelhante, porém com um recorte de gênero onde inexistia a questão imigratória, foi realizado por Saffioti (1981)⁹, focando as operárias de grandes indústrias do ramo têxtil e do vestuário no Brasil e nos Estados Unidos.

Nas pequenas fábricas de vestuário, os costureiros imigrantes em sua maioria não legalizados, dedicam-se a exaustivas e mal remuneradas jornadas de trabalho. Esses trabalhadores se encontram nos porões do *glamour* e do poderio que São Paulo e Nova Iorque atualmente possuem no universo *fashion*. Porém, essa não é uma realidade exclusiva ao último quartel do século passado e princípio do século XXI, como esclarece Entwistle (2002):

“*La producción de moda se ha alimentado del trabajo de los obreros más vulnerables, mujeres de clase trabajadora, niños y nuevas poblaciones de inmigrantes. En el siglo XX, la clase, el género y la raza se han vuelto tan interconectadas que es imposible relatar una historia de la confección que no tenga en cuenta el modo en que estos factores se entrecruzan para hacer que dicha industria sea una de las más pobres en lo que respecta a sueldos y condiciones.*” (ENTWISTLE, 2002, p. 237)¹⁰.

⁸ Refere-se à obra *Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York* (1997).

⁹ Refere-se à obra *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos* (1981).

¹⁰ “A produção de moda se alimentou do trabalho dos trabalhadores mais vulneráveis, mulheres trabalhadoras, crianças e novos grupos de imigrantes. No século XX, a classe, o gênero e a raça se tornaram tão interconectados que é impossível relatar uma história da confecção que não tenha em conta o modo como esses fatores se entrecruzam para fazer que essa indústria seja uma das mais pobres no que diz respeito aos ganhos e condições.”

Foi na indústria de confecção nova-iorquina na passagem do século XIX para o século XX, composta majoritariamente por imigrantes europeus, que surgiu o termo *sweatshop* em referência àquela indústria onde as condições de trabalho eram danosas à saúde e as jornadas de trabalho excessivas. As “fábricas de suor”, em sua tradução literal para o português, voltaram às discussões estadunidenses nos anos de 1980, com as pequenas fábricas de vestuário que empregavam trabalhadores imigrantes hispânicos e asiáticos e tinham donos de igual nacionalidade, em um fenômeno que ficou conhecido como “*back to the sweatshops*”, ou, “de volta às fábricas de suor”. Essas se caracterizam pelo não cumprimento das leis trabalhistas, pelos locais insalubres de trabalho e pela junção do espaço de trabalho com o espaço de moradia. Embora o uso do termo comumente esteja associado a indústria de confecção, não se restrinja a esta, pois é largamente usado nos dias de hoje para outras indústrias com regime de produção semelhante - onde não existe o respeito às leis trabalhistas e garantias mínimas aos trabalhadores – entre as quais está a produção de componentes eletrônicos.

Em São Paulo, as pequenas fábricas de trabalhadores e proprietários imigrantes sul-americanos e asiáticos, chamadas pelos estrangeiros de “oficinas de costura”, termo incorporado pelos estudiosos da questão, a exemplo de Silva (1997), Freire (2008) e Freitas (2009), possuem as mesmas características. Portanto, ao longo do texto, passaremos a utilizar o termo *sweatshops* ao nos referirmos as atuais confecções de estrangeiros em Nova Iorque, assim como “oficinas de costura” para as mesmas em São Paulo. O uso de termos diferentes apenas sinaliza os locais em que as pequenas fábricas de vestuário estão instaladas e não diz respeito a naturezas diferentes das mesmas aqui e lá. Ao contrário e como demonstraremos no decorrer do trabalho, as semelhanças entre as oficinas de costura e as *sweatshops* são inúmeras, pois elas partilham do igual processo de reestruturação produtiva e possuem semelhantes dinâmicas imigratórias.

A perspectiva comparativa entre São Paulo e Nova Iorque nos auxilia a comprovarmos ou refutarmos a hipótese que norteia a presente pesquisa, qual seja, a de que não se pode conceber a incorporação do trabalhador estrangeiro nas oficinas de costura e nas *sweatshops* das capitais unicamente em consequência da reestruturação produtiva do setor. Aclarando a proposição, se o uso do trabalhador imigrante na fabricação das roupas segue o movimento de cooptação internacional da mão-de-obra de baixo custo para o mercado de trabalho flexível da indústria da confecção e a tendente informalidade da economia nas metrópoles, a própria

(ENTWISTLE, 2002, p. 237, tradução nossa).

imigração seria fundamental para que a fabricação de vestuário continue a empregar largos contingentes de trabalhadores estrangeiros. A possibilidade aqui levantada cumpre um duplo papel: leva-nos a uma compreensão do trabalhador imigrante enquanto empregado e empregador, enquanto sujeito mobilizado pelas dinâmicas imigratórias e enquanto agente de sua mobilização. Isso coloca uma margem de atuação decisiva para os imigrantes em suas trajetórias individuais e esclarece que a melhoria das condições de trabalho na indústria de confecção, para estrangeiros e nativos, requer que se incorpore a subjetividade construída nas imigrações.

A alternância de diferentes grupos étnicos nacionais na produção e na comercialização de vestuário em São Paulo e em Nova Iorque igualmente admite a proposição de que as imigrações históricas constituem significados e influências diretas sobre as imigrações contemporâneas. Isso transfere o entendimento de que o deslocamento de trabalhadores por entre as fronteiras nacionais se explica fundamentalmente por questões de debilidade econômica, ampliando os horizontes dos mecanismos interpretativos “fatores de atração” e “fatores de repulsão”, de forma que as oficinas de costura e as *sweatshops* tornam-se locais de observação privilegiados para tal afirmação.

Mais do que levantar hipóteses e tentar prová-las, esse trabalho atenta para a validade que a reflexão comparativa de um fenômeno semelhante em locais distintos possui para a compreensão da realidade social, assim como procuramos apontar os caminhos pretendidos sobre um mesmo fenômeno em espaços de ocorrência diferentes. Sob essa orientação foram desenvolvidos três capítulos, onde se fez uso de verificações historiográficas do setor têxtil-vestuário e das imigrações em ambas as cidades, acompanhando a transferência da produção domiciliar de vestuário para a produção fabril e seu posterior movimento que subjulga os locais de moradia aos locais de trabalho, tomando como ponto de partida a região central de São Paulo e a região central de Nova Iorque e sua ampliação para outras áreas das cidades.

No capítulo um introduzimos uma discussão sobre a indústria da moda e o papel exercido pela roupa nas sociedades modernas, atentando para sua importância econômica, mas também, simbólica e cultural. Tal leitura abre caminho para o entendimento da posição ocupada por São Paulo e por Nova Iorque enquanto centros da moda, assim como para as transformações ocorridas no trabalho de costureiro sob o gerenciamento científico do trabalho. Elucidamos as características da produção de vestuário no contexto da reestruturação produtiva, localizando as pequenas fábricas de imigrantes, ou seja, as oficinas de costura e as *sweatshops* diante da cadeia global. Ainda nesse capítulo, introduzimos a ligação histórica dos imigrantes com o setor têxtil-vestuário, que parte dos bairros centrais das

idades rumo às suas regiões periféricas, acompanhando o movimento das oficinas de costura e das *sweatshops*.

O segundo capítulo propõe uma análise do trabalho nas oficinas de costura e nas *sweatshops* a partir dos temas que permeiam a mão-de-obra transnacional e dos instrumentais teóricos desenvolvidos pelos estudos imigratórios, a luz da discussão sobre economia informal e empreendedorismo étnico. Procuramos atrelar as propostas explicativas macroestruturais e microestruturais da imigração com a subjetividade dos trabalhadores imigrantes, assim como apontar as diferentes abordagens sobre as quais os oficineiros imigrantes têm sido apresentados.

Por fim, o terceiro capítulo comporta as formas de resistência e de representação dos trabalhadores imigrantes e explora o papel dos Estados na gestão das migrações internacionais e da informalidade na indústria de confecção. Tomando como referencial a cidadania e a necessidade de que se amplie a sua abrangência, o que no limite significa revê-la enquanto conceito, apresentamos que é sobre o discurso da igualdade de direitos e de deveres que a luta em prol dos imigrantes está se organizando em diferentes esferas.

Nosso trabalho foi orientado no sentido de apreendermos e apresentarmos os pontos principais pelos quais o fenômeno de surgimento das oficinas de costura e das *sweatshops* são permeados. Essa visão panorâmica que privilegia as múltiplas existências em detrimento do foco em algumas variáveis traduz-se pelo esforço de que essa pesquisa contemple uma extensa revisão bibliográfica, mas também, forneça subsídios para posteriores estudos que desenvolvam aspectos particulares.

1 A INDÚSTRIA DA MODA, OS TRABALHADORES IMIGRANTES E AS CONFECÇÕES DE VESTUÁRIO METROPOLITANAS

1.1 A roupa e a moda

É inegável que a roupa tornou-se mercadoria ímpar na vida econômica e social das sociedades modernas. Foi à vestimenta que Balzac atribuiu importância de ordem fisiológica e a que seu conterrâneo e contemporâneo Flaubert, os infortúnios de Emma Bovary. O que a literatura do século XIX antecipava era a construção da identidade e da diferença pelo vestir, alternância esta que é substrato da moda e que encontra na roupa a máxima expressão de seu apreço e transitoriedade. Não à toa entoamos acima os autores franceses, pois foi na Europa que a produção de vestuário nos moldes capitalistas teve início, emergindo a indústria da moda e o consumo do vestuário tal qual conhecemos hoje. Sua transferência do velho continente para a América, não mais desnuda, representou uma dentre as várias matérias importadas e incorporadas. Como heranças, restaram a pretensa legitimidade de uma imposição e sua constante negação, algo exacerbado pelo mundo urbano e levado as últimas consequências pela globalização.

Não tratamos, portanto, de estudar o trabalho que produz um produto qualquer. Ao contrário, e tomando por empréstimo a tese de Appadurai (2008) de que as mercadorias possuem uma **vida social**¹¹, a roupa é mercadoria que historicamente incorporou os avanços da ciência, mas, também, trouxe consigo os traços dos contatos culturais. Essas duas dimensões constam no que chamamos por indústria da moda e desenvolvemos nossa explanação em consideração a sua concomitância. Por esse viés, para entendermos a indústria de confecção, responsável pela produção do vestuário na complexidade atual da indústria da moda, precisamos situar a trajetória social da roupa na cidade de São Paulo e na cidade de

¹¹ Appadurai (2008) propõe “[...] uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadorias na vida social. Tal perspectiva pode ser sintetizada da seguinte forma: a troca econômica cria valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas: concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções de troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a *política*, em seu sentido mais amplo. Esse argumento... justifica a tese de que as mercadorias, como as pessoas, tem uma vida social.” (APPADURAI, 2008, p. 15, grifo do autor).

Nova Iorque. Do ponto de vista metodológico, esta perspectiva implica um olhar que não direcionado somente para a produção, mas também, para a distribuição e para o consumo. Isso nos coloca diante da ampliação da similitude entre as duas cidades no que diz respeito a nosso objeto, sendo nosso ponto de partida o consumo. Salvo a particularidade de poder econômico de compra, maior no país dolarizado, a quantidade e qualidade do comércio de vestuário nas duas capitais são insígnias tanto quanto seu peso no orçamento dos consumidores¹².

Essa afirmação, para além de uma constatação quantitativa, deve-se a observação por nós realizada nesses espaços urbanos. Pois, impressionantes são em número e em porte, as lojas de roupas que não se restringem aos tradicionais centros comerciais e nem tampouco aos consumidores paulistanos e nova-iorquinos. Soma-se a elas o comércio de rua e a economia informal, as falsificações das roupas de grifes e o contrabando de vestuário produzido na Ásia, elementos do cenário urbano que fazem parte daquilo que Telles e Hirata (2007) chamaram “porosidade entre o legal e o ilegal”. As metrópoles transnacionais comportam um intenso varejo e atacado destinado a um público extremamente variado, refletido na diversidade do vestir-se que toma as ruas, contribuindo para atribuí-las a alcunha de capitais da moda¹³. A roupa ganha especial autoridade na moda porque essa é “[...] pensada para el cuerpo: es creada, promocionada y llevada por el cuerpo.” (ENTWISTLE, 2002, p. 6)¹⁴. A justaposição entre a roupa e o indivíduo em contiguidade com a moda nas sociedades urbanas foi e continua a ser objeto de análise por parte das ciências humanas. Mesmo Simmel (1957), em sua valiosa reflexão sobre a modernidade, trouxe pioneiramente à tona a questão da moda, colocando-a no seio das sociedades e do urbano. Nesse caso, o autor pensou na moda como um mediador da relação entre indivíduo e sociedade, onde se manifestam as identidades e as distinções de classe por meio da incessante imitação de um grupo pelo outro. A moda em sua transitoriedade e fugacidade seria um concreto representativo da vida moderna; no limite, uma manifestação do dualismo típico da existência, uma vez que:

“The essential forms of life in the history of our race invariable show the effectiveness of two antagonistic principles. Each in its sphere attempts to combine the interest in duration, unity, and similarity with

¹² Conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE entre 2008 e 2009, o vestuário ocupava a quinta colocação no total de gastos das famílias brasileiras, na frente, por exemplo, dos gastos com educação, recreação e cultura. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2008), 11% das lojas varejistas do país comercializam roupas e 65% dos consumidores brasileiros compram roupa todos os meses. Nos Estados Unidos, o gasto familiar mensal com vestuário é em média 144 dólares (U.S Census Bureau, 2009). São Paulo e Nova Iorque são os maiores consumidores de vestuário no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

¹³ Em Nova Iorque são inúmeras as lojas, sobretudo aquelas instaladas em pontos turísticos da cidade, que nunca fecham as portas e registram um movimento intenso inclusive durante a madrugada e em dias de semana.

¹⁴ “[...] está pensada para o corpo: é criada, promovida e levada pelo corpo.” (ENTWISTLE, 2002, p. 6, tradução nossa).

that in change, specialization, and peculiarity.” (SIMMEL, 1957, p. 542)¹⁵.

Os dois princípios antagônicos a que Simmel (1957) atribuiu universalidade, configurariam as condições vitais da moda enquanto fenômeno que combina “[...] *the tendency towards social equalization with the desire for the individual differentiation and change.*” (SIMMEL, 1957, p. 543)¹⁶. Essa visão da moda como uma engrenagem social é compartilhada por Lipovetsky (1989), a qual o autor acrescentou que o gosto pelas novidades é acompanhado do ideal democrático e das fantasias individuais. Um ponto fundamental de diferença na reflexão dos autores diz respeito ao período histórico em que observaram a moda ocidental moderna. Enquanto Simmel (1957) encerrou-as no princípio do século XX e às classes sociais, Lipovetsky pode acompanhar as grandes mudanças econômicas e culturais que tornaram a moda uma exigência de massa, consecratório dos prazeres e das liberdades individuais¹⁷.

Simmel (1957), no entanto, não deixou de antever a massificação da moda por meio da imitação, nem tampouco, sua relação com a liberdade social e política. Ao contrário, trouxe-as à luz em diálogo com a economia e com a produção industrial, atribuindo aos preços papel central na dinâmica temporal da moda, seu mercado consumidor e sua organização produtiva. No período transcorrido entre as análises de Simmel (1957) e Lipovetsky (1989), o *design*, o conforto e a embalagem dos produtos destacaram-se, sempre associados à inovação contínua, para a qual a produção fabril deve adaptar-se, onde quer que esteja seu mercado consumidor.

Se a moda surgiu na moderna sociedade ocidental, como um edificador da subjetividade e da coletividade, a fugacidade que lhe é característica, em meio ao contexto em que prevalece a compressão do espaço-tempo, assume patamares sem precedentes (HARVEY, 2010). A asserção deixa nítido que a moda não alterou sua natureza, mas sim, os meios pelos quais e os lugares em que essa se manifesta é que foram alterados, com a diminuição das distâncias físicas e a velocidade da troca de informação. Ou seja, a moda em sua efemeridade se expandiu para o cotidiano de áreas geográficas e grupos de pessoas não mais restritos as grandes cidades, crescimento expresso no mercado consumidor e nos novos canais de comercialização, como os hipermercados e as lojas virtuais. Para o vestuário,

¹⁵ “As formas essenciais de vida na história de nossa raça invariavelmente mostram a efetividade de dois princípios antagônicos. Cada um, em sua esfera, intenta combinar o interesse na duração, unidade e similaridade com aquele da mudança, especialização e peculiaridade.” (SIMMEL, 1957, p. 542, tradução nossa).

¹⁶ “[...] a tendência no sentido de uma equalização social com o desejo por diferenciação individual e mudança.” (SIMMEL, 1957, p. 543, tradução nossa).

¹⁷ O ponto de distinção entre os autores aclara-se na transformação da moda e da produção de vestuário com a passagem da alta costura para o *prêt-à-porter* ou *ready-to-wear*.

traduziu-se pela fluidez estética e suas infindas fontes de inspiração, concernentes com o espírito democrático e descontraído que fincava suas raízes definitivas sobre a moda não hierarquizada, sobretudo na América (CRANE, 2006).

A abertura estética característica da acumulação flexível, enalteceu a diferença enquanto formadora da identidade individual e mesmo coletiva, pondo em evidência os modos de consumo e o caráter intercultural das mercadorias, ou, nas palavras de Harvey (2010), a “mercadificação de formas culturais”. Conforme o autor, esse processo encontrou seu início ainda no auge do capitalismo fordista nos anos 1960, através das práticas de contracultura que irromperam no cenário político e em detrimento do consumo tipicamente padronizado sobre o qual se assentava a produção em massa. Ao abrir caminho para a manifestação do novo e para a afirmação das identidades individuais, a moda cumpria, uma vez mais, seu papel nas sociedades liberais (LIPOVETSKY, 1989).

Isso significou o fim da alta costura associada às elites, como referência a produção de vestuário e sua imitação como status de distinção das classes econômicas, tal qual proposto por Simmel (1957). A imitação e a diferenciação continuavam força motriz da moda, no entanto, essa alternância tornava-se muito mais complexa e se fazia mais rapidamente. Nesse sentido, Harvey (2010) insere uma reflexão que leva em conta tanto a redução do tempo de giro da produção; por meio das novas tecnologias produtivas e das novas formas organizacionais, quanto; a redução do tempo de giro do consumo, com a menor durabilidade dos produtos e a valorização da efemeridade da moda. Ambos os tempos de giro foram acelerados no capitalismo marcado pela acumulação flexível, possibilitando “[...] uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo que dependeram dela.” (HARVEY, 2010, p. 148). Diante da vigorosa rapidez na produção e no consumo que caracterizariam a indústria da moda a partir dos anos de 1970, na qual se inserem as oficinas de costura e *sweatshops*, quais foram as consequências para a roupa enquanto mercadoria? Como seus efeitos repercutiram na atribuição dos preços e nos modos de uso das peças? E, ainda, de que maneira essas questões são fundamentais para entendermos o trabalho de costureiro, incluso o imigrante?

Um ponto em comum para respondermos as perguntas acima formuladas é de que o trabalho material da costura, aqui entendido pelo ato de executar a transformação dos tecidos em roupas, não é o delimitador do valor econômico e social das peças. O nome de um estilista, uma etiqueta de grife, um *design* inovador, a sazonalidade e o emprego das roupas conferem o preço e o apreço às mesmas, em prejuízo ao trabalho manual e a habilidade do

trabalhador, expressa no bom acabamento e caimento das peças. Igualmente, os meios, os locais e os tempos de distribuição atribuem maior importância à roupa que a qualidade de seus insumos, o que explicaria o fato de uma peça idêntica ser trocada a preços tão díspares, até por uma própria rede de lojas ou marca¹⁸. Pôr fim aos estoques de maneira contínua faz-se necessário para a manutenção da exclusividade e rotatividade que movimentam a indústria da moda, de mesmo modo que os picos de trabalho possibilitam que a produção acompanhe a variação intensa no ritmo das encomendas.

Importa saber que a roupa é a mercadoria em que o valor econômico é dado através dos gastos produtivos, do quadro cultural e pelas formas de troca no mercado e seu preço comporta constante mudança, podendo uma mesma peça atingir valores extremos para cima e para baixo. Se acompanhar a temporalidade da moda é fator determinante, os locais em que ela é produzida e comercializada tal qual o é decisivo. A legitimidade é conferida, também, pelas cidades que participam do circuito internacional da indústria da moda, de maneira que um lenço de camelô metropolitano pode adquirir maior valor que aquele lenço comprado em uma boutique do interior, por sua trajetória social. O próprio estabelecimento de determinadas cidades enquanto capitais da moda, não dependem, unicamente, de que estas concentrem o capital econômico ligado a produção e a comercialização, mas que sejam espaços privilegiados da construção das identidades pelo efêmero e do caráter intercultural da mercadoria. Esse aspecto repousa na moda criada de “de baixo para cima”, vivificada nas ruas por pessoas comuns que encontram na roupa os meios de afirmação do eu.

Por ser composta de elementos diferentes e heteróclitos, a análise da moda requer

“[...] tener en cuenta vanos agentes, instituciones y prácticas que formen intersecciones para producirla. Es una industria con relaciones particulares de producción y consumo y un terreno discursivo sobre temas como la identidad, el género y la sexualidad...la moda es una industria de gran transcendencia económica, medioambiental y cultural.” (ENTWISTLE, 2002, p. 236, grifo do autor)¹⁹.

Passar despercebido pelo assunto, ainda que tenhamos feito uma incursão superficial ao mesmo, seria incorrer em um duplo erro. Primeiro, negligenciaríamos que o produto do

¹⁸ A desvalorização das peças é bastante corrente em tempos de virada de estação e pela não “receptividade” do consumidor. Passam a ser vendidas sob o nome de liquidações e nos espaços propriamente caracterizados pelos preços baixos, como os *outlets*.

¹⁹ “[...] ter em conta vários agentes, instituições e práticas que formem intersecções para produzi-la. É uma indústria com relações particulares de produção e consumo e um terreno discursivo sobre temas como a identidade, o gênero e a sexualidade...a moda é uma indústria de grande transcendência econômica, meio ambiental e cultural.” (ENTWISTLE, 2002, p. 236, grifo do autor, tradução nossa).

trabalho realizado pelos imigrantes nas oficinas de costura e nas *sweatshops* possui a especificidade de ser mercadoria que sustenta e é sustentada pela transitoriedade da moda, fenômeno essencial ao capitalismo contemporâneo, o que comprometeria nosso entendimento acerca do gerenciamento de sua produção e de seu consumo. Desta forma, quer seja produzindo vestuário a ser comercializado em grandes redes varejistas e por grifes famosas, quer seja produzindo vestuário a ser comercializado por pequenos varejistas e mesmo na economia informal, os trabalhadores costureiros atendem ao ritmo de trabalho acelerado imposto pela variação constante da moda.

Segundo, e não menos importante, deixaríamos de lado aquela concepção sobre a qual nos apoiamos para o desenvolvimento da presente dissertação, quer seja, a de que a acumulação flexível trouxe questões para o mundo do trabalho que se desenvolvem de maneira semelhante no norte e no sul do globo, acentuando a justeza comparativa entre Brasil e Estados Unidos.

Encerrando com a validade da consideração acerca da vida social da mercadoria para pensarmos os caminhos que o consumo e, por conseguinte, que a produção visibilizam, um crescente número de pessoas, organizadas em grupos ou em suas decisões individuais e cotidianas, opta por não comprar as roupas de marcas e lojas em que uma ligação com a produção dos imigrantes em condições análogas ao trabalho escravo e degradantes foram noticiadas. Nesse caso, a roupa carrega o estigma social da ilegalidade imputado pela produção na economia informal e esse aspecto de interação com o consumo tornou-se ferramenta no combate a precarização do trabalho na indústria de confecção. Como localiza Entwistle (2002), as firmas de moda, sobretudo as multinacionais, procuram afastar-se de práticas laborais que possam comprometer seu *glamour*, um fator subjetivo que se manifesta objetivamente nos lucros com a comercialização.

Diante disso, faz-se corrente o uso de mecanismos ludibriantes, como a clara utilização de intermediários e *jobbers* entre os comerciantes/contratantes e os produtores/contratados, fato ressaltado por Maria Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo²⁰ e Osasco e por May Chen, do *Murphy Institute*²¹. Além de esquivar-se das fiscalizações e punições estatais, na tentativa de delegar as responsabilidades jurídicas a outrem, serve de ilusório aos consumidores finais, um mecanismo essencial à manutenção e à ampliação da clientela.

Em tempos onde o consumo é global e o mercado de trabalho foi internacionalizado

²⁰ Entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2012 no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

²¹ Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2012 no *Murphy Institute*.

pela transferência das etapas produtiva materiais sob condições flexíveis e em detrimento dos trabalhadores, surgem coalizões transnacionais de luta por melhorias para os trabalhadores do setor, unindo consumidores, estudantes, trabalhadores, sindicatos e defensores dos direitos humanos que “[...] *embraced voluntary codes of conduct, ‘No Sweat’ labels, labor standards legislation, and unionization.*” (BORIS, 2005, p. 211)²². Esse fenômeno é largamente observável nos Estados Unidos, como demonstram, por exemplo, a *National Consumers League* (NCL), a *United Students Against Sweatshops* (USAS) e a *National Mobilization Against Sweatshops* (NMASS). No Brasil, alguns acordos realizados entre diferentes entidades, a fim de combater a precarização do trabalho na indústria de confecção e a utilização dos imigrantes indocumentados, foram assinados na última década. Embora ainda tímida, a participação do consumidor no debate vislumbra maiores horizontes e pesa nas exigências de adequação das empresas para com a “responsabilidade social”, tal qual ocorrido no país do norte.

As oficinas de costura e as *sweatshops* são fábricas de vestuário que se mantiveram em São Paulo e em Nova Iorque, na contramão dos processos de deslocamento industrial, porém, incorporando os efeitos da acumulação flexível sobre o trabalho e a produção. O trabalhador imigrante torna-se peça chave para essa permanência e o ressurgimento das pequenas fábricas de imigrantes é um dos elementos que compõem a reestruturação produtiva do setor, de modo que passamos a apresentá-la agora.

1.2 O setor têxtil-vestuário e a indústria da moda

As pequenas fábricas de costura fazem parte da extensa e complexa cadeia produtiva da moda, que abrange não somente o sistema têxtil e de confecção como reúne diversos setores produtivos e atividades de serviços. Algumas das principais características dessa cadeia possuem estreita relação com sua natureza volúvel, algo exacerbado pela redução no tempo de giro do consumo e pelo acirramento da competição com a abertura do setor aos mercados internacionais. Entre essas propriedades, se destacam a segmentação produtiva e as subcontratações; a heterogeneidade de estruturas e tecnologias; o comando exercido pelos compradores e; a separação entre etapas produtivas materiais e as imateriais, estas últimas delegadas as funções corporativas.

²² “[...] aderiram voluntariamente a códigos de conduta, etiquetas ‘No Sweat’, legislação de padrões trabalhistas e sindicalização.” (BORIS, 2005, p. 211, tradução nossa).

No presente item nos atemos aos principais aspectos do setor têxtil-vestuário que dizem respeito a estrutura organizacional da indústria da moda, descrevendo-a e inserindo-a no contexto que presencia desde o final dos anos 70. Para tal, utilizamos as reflexões de Harvey (2010) sobre a reestruturação produtiva, a luz das observações de Braverman (2011) sobre a organização do trabalho no capitalismo monopolista, acrescentando leituras específicas sobre o setor no Brasil e nos Estados Unidos.

Baluartes da primeira Revolução Industrial e local privilegiado das observações de Marx sobre a maquinaria, a indústria têxtil experienciou em sua trajetória a massiva incorporação técnico-científica e suas primeiras consequências para o mundo do trabalho fabril, sendo o palco de importantes movimentos operários ainda em princípios do século XIX, como o luddismo. Igualmente, a indústria de confecção partilhou do incremento de máquinas e técnicas, acompanhando o desenvolvimento na produção dos tecidos e outros insumos, amplamente utilizados na produção fabril em massa dos artigos de vestuário, essencial ao contexto urbano. Hoje são compostas por empresas especializadas e de diferentes portes, ligando-se a vários outros setores da economia em âmbitos nacionais e internacionais. De acordo com Garcia e Cruz-Moreira (2004), ambas constituem parte central da cadeia produtiva têxtil-vestuário que, por sua vez, agrega outras indústrias como

“[...] a indústria química, provedora de fibras ‘químicas’ ou manufaturadas e insumos para tinturaria e acabamento; a indústria agropecuária, fornecedora de fibras naturais, tanto vegetais como animais; a indústria de máquinas e equipamentos especializados, que, juntos com as novas tecnologias de automação, de software, de informação e de comunicações, revolucionam a estrutura produtiva e de negócios.” (GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004, p. 275).

Essa “revolução” na estrutura produtiva e de negócios, a qual os autores se referem, diz respeito ao conjunto de mudanças organizacionais e técnicas incorporadas com vigor pela indústria da moda nos últimos 30 anos. Como salientou Harvey (2010, p. 140), período em que “[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”, retratadas por um novo regime de acumulação, nomeado pelo autor de **acumulação flexível**. Nesse, não somente o trabalho é marcado pela flexibilidade, com seus novos sistemas de contrato e regimes, como também os processos de produção e os padrões de consumo, mediante elevada inovação comercial, tecnológica e organizacional.

As grandes empresas da cadeia têxtil-vestuário não ficaram afora desse conjunto de transformações, ao contrário, tutelaram a descentralização e a desverticalização que marcam a

reestruturação produtiva, sobretudo na indústria de confecção. Nessa indústria, notabilizou-se que as líderes mantiveram atenção voltada aos aspectos de maior rentabilidade, repassando as tarefas onerosas e de menor lucratividade para outras empresas, comumente de menor porte. Foi também na produção industrial de vestuário a menor introdução de inovações tecnológicas, limitadas ao uso de dispositivos eletrônicos nas máquinas costura e ao sistema CAD/CAM²³.

Enquanto na indústria de confecção a inovação notabilizou-se pelas modificações organizacionais, a indústria têxtil, por sua vez, assimilou com maior força o desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva como um todo, a exemplo dos maquinários e equipamentos, assim como das matérias-primas com nanotecnologia e biotecnologia. Isso resulta em tecidos de qualidade, resistência e conforto superiores, que possuem vasta variedade de aparências e possibilita a diminuição do tempo produtivo, o que os torna comercialmente atrativos na acirrada competitividade e velocidade da indústria da moda. A cadeia têxtil-vestuário é antes consumidora do que produtora de tecnologias, sendo essas irradiadas mundialmente e de presença equilibrada entre as empresas líderes do mercado (COSTA e ROCHA, 2009). Diante de certa uniformidade tecnológica, as formas de gerenciamento, a distribuição e a comercialização assumem influência crucial para obtenção dos lucros em um mercado de origem volátil.

Tais ações contribuíram para aprofundar uma característica natural da cadeia, a segmentação produtiva. A internacionalização decorrente da separação das diferentes etapas na produção, extremo desencadeado pela reestruturação produtiva, estimulou o comércio mundial e trouxe regulamentações internacionais e multilaterais para o mercado têxtil-vestuário²⁴. Dados apresentados por Costa e Rocha (2009) mostram o crescimento e a importância da comercialização mundial de tecidos e vestuário, com destaque para este último. De acordo com os autores, 530 bilhões de dólares foram movimentados por ambas em 2006, um aumento de 50% em relação a 2000 e de 150% em relação a 1990. No período entre 1990 e 2006, o comércio internacional de vestuário apresentou aumento de 188% e o de têxteis 109%.

²³ De acordo com Costa e Rocha (2009): “Computer-aided design (CAD), ou desenho auxiliado por computador. A sigla CAM (computer-aided manufacturing) refere-se a todo e qualquer processo de fabricação controlado por computador.” (2009, p. 184). As máquinas industriais dotadas desse sistema possibilitam imprimir diretamente o desenho nos tecidos, de maneira rápida e eficaz. O trabalho humano torna-se restrito ao design das peças a serem moldadas e ao operador da máquina. Já as máquinas de costura requerem o trabalho humano, mesmo naquelas com microeletrônica, onde o acabamento das peças ganha em qualidade e em rapidez.

²⁴ O exemplo de maior amplitude é o *Agreement on Textiles and Clothing* – ATC (Acordo sobre e Têxteis e Vestuário), acordo setorial específico da Organização Mundial do Comércio (OMC), que vigorou entre 1995 e 2005, tendo por objetivo regulamentar o comércio internacional.

Sem dúvidas, o abundante comércio internacional de têxteis e de vestuário é sustentado pelas grandes empresas do setor. Depreende-se assim um fundamental apontamento: também a produção e a circulação de vestuário inserem-se na mundialização do capital, marcada pela desregulamentação dos Estados Nacionais, pela supressão do espaço-tempo, pelo poderio do mercado financeiro globalizado ou ainda, pela atuação de atores transnacionais (CHESNAIS, 1996; BECK, 1999; HARVEY, 2010).

Por um lado, revela-se uma “elite” dotada de múltiplos capitais (econômico, cultural, simbólico) que comanda a cadeia têxtil-vestuário em nível mundial, com destaque para as grandes lojas atacadistas e os detentores de marcas (GEREFFI, 2002; CRUZ-MOREIRA, 2004; LUPATINI, 2004). Por outro, um papel fundamental é exercido pelas micro e pequenas empresas²⁵, sobretudo na indústria de confecção, aonde predominam quantitativamente. Segundo dados do Relatório de Acompanhamento Setorial Têxtil e Confecção (2008)²⁶, no setor de artigos de vestuário e acessórios nos anos 2000 e 2005 no Brasil, quase 70% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 empregados, sendo que a participação relativa no total da produção do setor atingia 95% se considerados os estabelecimentos com até 49 empregados. Dados do U.S Census Bureau (2005) mostram que no mesmo setor no ano 2000, 83% das manufaturas de roupas tinham menos de 50 empregados. Como resultado, evidencia-se algo já apontado por diferentes estudos a respeito da indústria têxtil-vestuário, a importância das pequenas empresas para o seu dinamismo.

Na superfície, o crescimento das pequenas empresas e sua valorização para o capitalismo contemporâneo²⁷ assemelha-se a uma contradição nos termos da globalização. Ocorre que uma ferramenta organizacional típica da **acumulação flexível**, a subcontratação por meio da terceirização de etapas produtivas, ferramenta esta que se engendra e se dispersa no mundo global, imprime com vigor sua marca sobre as sociedades e os trabalhadores. Foi por meio deste mecanismo que o setor têxtil-vestuário ocidental pode fazer frente ao oriente e sua robusta concorrência, após os processos similares e quase simultâneos de abertura

²⁵ A definição do porte das empresas envolve uma série de variáveis qualitativas e quantitativas mensuradas de diferentes maneiras pelos países. Uma delas é o número de empregados por empresa sendo esta a utilizada neste trabalho. No Brasil, de acordo com o IBGE, na indústria micro empresas correspondem até 19 empregados, pequenas empresas de 20 a 99 empregados, médias empresas de 100 a 499 empregados e grandes empresas de 500 acima. No comércio micro empresas correspondem até 9 empregados, pequenas empresas de 10 a 49 empregados, médias empresas de 50 a 99 empregados e grandes empresas mais de 100 empregados. Nos Estados Unidos, de acordo com o *North American Industry Classification System* (NAICS), micro empresas correspondem até 10 empregados, pequenas empresas de 11 até 50 empregados, médias empresas de 51 até 250 empregados e grandes empresas de 251 acima na indústria e no comércio.

²⁶ Trabalho em parceria desenvolvido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²⁷ Este tema será abordado no segundo capítulo e aprofundado por meio do empreendedorismo étnico.

econômica, realizados aos produtos asiáticos, sobretudo a partir dos anos 90. Harvey (2010) situa que a independência lograda pelas indústrias e pelas corporações transnacionais na nova divisão internacional do trabalho origina-se nas duas décadas anteriores, presenciando já a entrada dos produtos têxteis e eletrônicos de Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul nos países capitalistas avançados e nos países que tinham por estratégia substituir as importações, como o Brasil.

O sudeste da Ásia passa a compor a cadeia produtiva têxtil-vestuário global por meio da investida em tecnologia produtiva e pela comercialização de produtos finais a baixo custo²⁸. Como resultados para a indústria têxtil e para a indústria de confecção a literatura apontou a falência de inúmeras empresas nacionais no Brasil (LUPATINI, 2004; CAMPOS e PAULA, 2006; KONTIC, 2007) e nos Estados Unidos (GEREFFI, 2002). Para as empresas que permaneceram, coube adotar novas estratégias de maior flexibilidade, notadamente a especialização produtiva, a introdução de tecnologias e a diminuição com os custos do trabalho, a exemplo do que ocorria em diversos outros setores industriais.

Dois arranjos marcaram a produção têxtil-vestuário no cenário das grandes alterações do capitalismo após a derrocada da rigidez fordista a que se referiu Harvey (2010). Em um primeiro deles e de maior visibilidade, houve um deslocamento de etapas produtivas para outras regiões e países onde os custos, sobretudo com os trabalhadores, eram menores. Essas transferências se deram por meio de investimentos e/ou subcontratação, contando com grande participação dos Estados. No caso brasileiro, a região sudeste - tradicionalmente importante no setor desde princípios do século XX - com destaque para São Paulo capital (STEIN, 1979), observou uma desverticalização das empresas com rumo à região nordeste e para a região sul (PROCHNIK, 2002; LUPATINI, 2004; KONTIC, 2007). A realidade estadunidense mostra um deslocamento da produção de maior amplitude geográfica; para dentro do continente, com o México²⁹ e para fora deste, como no caso de inúmeros países da Ásia (ABERNATHY *et al.*, 1995; GORINI, 2000; GEREFFI, 2002; PROCHNIK, 2002). Ao mesmo tempo, efetuou-se uma mecanização intensa em todas as etapas de produção onde esta foi possível, a fim de aumentar a produtividade e substituir trabalho humano. Os resultados macroeconômicos delegáveis ao Brasil e aos Estados Unidos foram a aplicação de capital para a incorporação de

²⁸ De acordo com Rocha e Costa (2009), o maior produtor mundial de têxteis em 2006 foi a China (incluindo Hong Kong) com 43% da produção total, seguida pelos Estados Unidos (7,9%), Índia (7,1%), Paquistão (6,1%) e Taiwan (2,7%). Na produção de vestuário no mesmo ano, os três maiores produtores eram asiáticos, a China (incluindo Hong Kong) com 43,5%, a Índia com 6,3% e o Paquistão, com 3,7%. Nesses países, os custos com a mão-de-obra são extremamente baixos.

²⁹ Essa relação é de fundamental importância para compreender a relação do México e dos Estados Unidos no âmbito do NAFTA, assim como seus setores têxtil-vestuário e o projeto *Maquiladoras*. Sobre o tema ver Valadez (1996) e Hale (2002).

novas tecnologias nas empresas que permaneceram, mormente de base microeletrônica e em grandes empresas; a queda no nível de emprego do setor em regiões tradicionalmente produtoras e o crescimento deste em outras regiões e países, sob condições precarizadas de trabalho e; o paulatino declínio da indústria de confecção na participação do produto interno bruto (PIB) industrial, agravado pelo aumento das importações.

Forma-se uma paisagem onde há o encolhimento das distâncias territoriais na produção e um afastamento de igual caráter desta para com o consumo, donde a distribuição assim como a formas de atuação do Estado tornam-se essencialmente mais complexas. Em um ambiente de maior competitividade internacional, a flexibilidade e a produtividade caminham juntas à eficácia da distribuição e da logística, assim como com as relações entre Estados e capital por meio de tarifas, acordos e incentivos. Sobre o “livre mercado” em que reside o setor têxtil-vestuário

“[...] foram abertas arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo tão típica da era fordista. Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar ‘um bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas.” (HARVEY, 2010, p. 160).

A reestruturação produtiva correspondeu para a cadeia têxtil-vestuário na sua segmentação em escala ampliada, aprofundando este atributo técnico já a ela inerente, corporificada pela fragmentação dos processos produtivos em empresas independentes, pela dispersão geográfica entre regiões e países dos processos produtivos e pelo estabelecimento de relações de subcontratação entre empresas e/ou trabalhadores (LUPATINI, 2004). A assim chamada produção triangular passa a ser recorrente e mobilizar empresas de diferentes origens de capital, sendo que em um dos vértices se situa um grande comprador que faz encomendas a outro vértice, um fornecedor que, por sua vez, possui várias fábricas agremiadas que formam o vértice final (LEMOS *et al.* 2009).

Em um segundo arranjo também inserido no quadro das grandes novidades organizacionais, tecnológicas e comerciais da acumulação flexível, encontramos o objeto de estudo da presente dissertação, as oficinas de costura da cidade de São Paulo e da cidade de Nova Iorque que empregam trabalhadores imigrantes. A indústria de confecção que se manteve nessas metrópoles vivenciou os impactos da reestruturação produtiva do setor e assim como o restante das empresas adotou estratégias de continuidade, notadamente

assentadas em sua subcontratação por empresas maiores e na redução de custos com o trabalho, beneficiando-se da mão-de-obra imigrante, sobretudo indocumentada. Não é regra que as pequenas fábricas de artigos de vestuário paulistanas e nova-iorquinas façam uso de trabalhadores estrangeiros ilegalizados, todavia, veio a ser exceção evidente a partir dos anos 80 (WALDINGER, 1984; SILVA, 1997). Coube para a indústria de confecção a tarefa produtiva onde o trabalho manual faz-se necessário de forma mais intensa, tornando-a por consequência, local onde o fator trabalho continua a pesar no valor total da produção.

Houve um grande aumento de produtividade possibilitada pelos incrementos tecnológicos decorrentes de partes anteriores da cadeia além daqueles destinados a própria produção fabril de vestuário, como nas máquinas de costura, de estamperia, na fabricação de moldes, no corte e nos desenhos com sistemas CAD/CAM. Não obstante, a empreitada de costurar as peças transformando-as em produto final requer ainda o insubstituível trabalho humano. Trabalho este que nas oficinas de costura se contrapõe em sua natureza as demais atividades que precedem e sucedem o cozer dos tecidos, como o processo criativo dos produtos e sua comercialização. A indústria têxtil e a indústria de vestuário, esta última sobre a qual focamos nossos olhares, experienciaram a sistemática separação entre unidade de concepção e de execução proporcionada pela direção científica do trabalho, tal qual apresentou-nos Braverman (2011).

Em referência a indústria de vestuário, Gereffi (1994) a situa como uma “cadeia de commodities dirigida pelos compradores”, sendo estes os grandes varejistas, os detentores de marcas e as companhias de comércio que ocupam posição central no controle das redes internacionais de produção. Essas cadeias caracterizam-se pela existência de fábricas com intensivo trabalho manual, responsáveis pela realização dos bens finais, enquanto *o design* e outras especificações são fornecidos pelos compradores e comerciantes. Em conformidade, Garcia e Cruz-Moreira (2004, p. 276) salientam três estratégias adotadas pelas empresas coordenadoras da cadeia

“[...] a) as produtoras de marcas, que utilizam serviços de subcontratação internacional ou nacional, b) os grandes varejistas, lojas de departamento e varejistas especializados multimarcas, varejistas de massa (lojas de desconto ou hipermercados) e redes de varejo, que antigamente distribuíam os produtos das empresas e c) comercializadores de marca, que nasceram sem fábricas ou lojas e desde sua origem subcontratam fornecedores nos países em desenvolvimento onde os custos de produção são mais baixos.”

Aclara-se que a produção de vestuário na atualidade contempla inúmeros componentes e atores, característicos da era financeira e globalizada. Pode-se dizer que enquanto indústria, esta surgiu e prosseguiu conforme o modo de produção capitalista, adequando-se as transformações deste e as exigências de produção de mercadorias em larga escala. Assim, tanto a divisão manufatureira do trabalho quanto a gerência científica foram fundamentais ao seu desenvolvimento. Concomitantemente, o vestuário enquanto bastião da moda, figura como mercadoria indispensável ao entendimento sociocultural do ocidente contemporâneo. Dessa maneira, faz-se imperativo pensarmos a roupa em sua ligação com a moda, a fim de compreender não somente o mundo do trabalho no ramo da confecção como também, o papel desempenhado pelas cidades de São Paulo e de Nova Iorque, onde localizamos nosso objeto de estudo.

1.3 As cidades e o trabalho na indústria da moda: da alta costura ao “estilo”

Vimos que a segmentação da cadeia têxtil-vestuário se intensificou com a reestruturação produtiva, notadamente a partir dos anos 80, atingindo uma amplitude territorial e organizacional em medida nunca antes existente. Parte fundamental dessa segmentação consistiu na dissociação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual assim como seu distanciamento das próprias unidades produtoras, como no caso da indústria de confecção. O ofício da costura, assentado no saber fazer do costureiro que controlava todas as etapas da sua produção, tornou-se função braçal no espaço da fábrica.

O caminho percorrido entre a transformação do costureiro artesão em costureiro operário não é rígido no tempo e no espaço e como tal, não se consumou de igual maneira ou ainda em muitos lugares. Contudo, essa passagem se efetuou onde a produção domiciliar em pequena escala cedeu lugar a um processo produtivo fabril, organizado por uma direção que passa a controlar a tarefa de costura. Além da dissociação entre a concepção e a execução, houve uma simplificação desta última por meio da divisão entre tarefas restritas e especializadas. Braverman (2011) esclarece que para ambos os princípios, o de separação do trabalho mental e do trabalho manual assim como a sua pormenorização, a gerência ocupa o papel central no controle sobre o trabalho, originando um terceiro princípio, o monopólio do conhecimento. Sobre esta tríade organizou-se a gerência moderna, objetivando

“[...] tornar consciente e sistemática a tendência antigamente inconsciente da produção capitalista. Era para garantir que, à medida

em que os ofícios declinassem, o trabalhador mergulhasse ao nível da força de trabalho geral e indiferenciado, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares, e à medida que a ciência progredisse, estivesse concentrada nas mãos da gerência.” (BRAVERMAN, 2011, p. 109).

A apropriação da ciência pelo capital e o controle gerencial de cada atividade da produção são parte da indústria e servem de base para a diminuição dos custos e para o seu planejamento. Por conseguinte, Braverman (2011) nos apresentou não somente os efeitos da gerência e da tecnologia na distribuição do trabalho como também a crescente diversificação da classe trabalhadora. Variedade esta que se extremou, paulatinamente, na indústria de confecção.

A consequência maior trazida pela reestruturação produtiva para a gestão do trabalho na produção de vestuário foi a retirada da concepção de dentro da própria unidade fabril e seu afastamento não só do trabalhador costureiro como também, em grande medida, da gerência das fábricas produtoras das roupas. Isto se deu por meio da subcontratação, onde tradicionais marcas e comerciantes passaram a delegar todo o processo fabril para outras empresas, inclusive em outros países, enquanto concentraram-se na concepção e venda do vestuário. O desenvolvimento do produto e seu *design*, o marketing e as finanças, a comercialização e a distribuição dos artigos citadas por Garcia e Cruz-Moreira (2004) como sendo as “funções inteligentes” não pertencem as responsabilidades das fábricas de costura, mas sim dos detentores das grifes e das grandes lojas de departamento especializadas e multimarcas.

A indústria de vestuário subcontratada assumiu a parte da produção ostensiva em trabalho manual e de menor lucratividade, enquanto as grandes empresas compradoras acumulam capitais e detém o comando da cadeia sem realizar a confecção das peças. De acordo com Lupatini (2004, p. 28) uma hierarquia assentada na “[...] crescente separação entre o material e o imaterial, o tangível e o intangível, as funções de produção e as de valorização.”. Um olhar perspicaz sobre a formação da atual cadeia global de produção de vestuário, onde a divisão do trabalho parece ter encontrado o seu ápice, requer uma impreterível retomada histórica. Por meio desta torna-se possível apresentar a profunda ligação da indústria de confecção com a moda e desta última, com a própria configuração do mundo do trabalho no setor, além de fornecer subsídios para pensarmos os espaços metropolitanos.

A introdução da máquina de costura possibilitou o desenvolvimento dessa indústria primeiramente na França e na Inglaterra, ainda no princípio da segunda metade do século XIX, momento em que Lipovetsky (1989) situa sua transição de uma ordem artesanal para

uma ordem moderna burocrática. Foi também nesse período que o trabalho imaterial contido na costura veio à tona e adquiriu valor econômico, passando o costureiro a um artista da moda. Atribui-se tal pioneirismo ao inglês Charles Frederick Worth e a sua *Maison* aberta em Paris, uma requintada loja que atendia a uma clientela com alto poder aquisitivo, executando modelos pensados anteriormente a sua fabricação e feitos sob medida (LIPOVETSKY, 1989).

Surgia assim a alta costura e a moda institucionalizada, associada ao luxo e ao glamour, dando início ao processo de diferenciação e gestão do trabalhado no ramo da costura. Igualmente, teve origem o lugar por excelência da moda, espaço de um poder simbólico na produção de vestuário que irradiaria pelo restante do mundo por muitas décadas (GREEN, 1997; CRANE, 2006; FREYRE, 2009). Conforme Lipovetsky (1989), vestuário e moda possuem um “vínculo privilegiado”, sendo que esta, por sua vez, “[...] não pertence a todas as épocas nem a todas as civilizações... afirmamo-la como um processo excepcional, inseparável do nascimento e do desenvolvimento do mundo moderno ocidental.” (LIPOVETSKY, 1989, p. 23). Esta forte ligação estabelecida entre a roupa e a moda marcam a produção, a circulação e o consumo dessa mercadoria de maneira bastante própria.

Configurou-se um novo tipo de produção de roupas que agregava múltiplos capitais e lançava as bases sobre as quais tomariam forma a indústria da moda, indissociável da realidade atual. Com a alta costura o vestuário funcionava como meio de distinção entre as classes assim como um critério de análise da mobilidade social, adquirindo um valor excepcional à vida social, cultural e à esfera do consumo já no século XIX, característica essa que permaneceu com vigor nas primeiras décadas do século XX (CRANE, 2006).

Na cidade de São Paulo em 1910, famílias abastadas podiam comprar produtos de vestuário de origem e moda europeia nas pomposas lojas Mundo Elegante, Casa Alemã e Casa Bonilha, instaladas na região comercial conhecida como “triângulo”³⁰. Três anos após, instalou-se no mesmo local o *Mappin Stores*, que importava roupas de luxo da Inglaterra e França assim como fazia artigos de alta costura com oficinas próprias (MALERONKA, 2007). Conforme Deaecto (2001), a década seguinte demonstrou a ligação entre o centro da capital paulista e o comércio de artigos luxuosos, sobretudo no ramo vestuário. Porém, como nos lembra a autora, não só de esplendor ou roupas prontas era marcada a região central. Nos bairros Brás, Bexiga e Bom Retiro existiam comércios de tecidos e armarinhos, atendendo as necessidades da população pobre que costurava em casa, assim como das pequenas

³⁰ Corresponde a três ruas da região central da capital paulista, a Rua 15 de novembro, a Rua São Bento e a Rua Direita, localizadas no bairro da Sé. Na Rua São Bento em 1986 existia uma famosa casa de modas feminina, a *La Saison*, de Louis Bamberg. Ver anexo 1.

confeções e alfaiatarias³¹. Em Nova Iorque a produção e a comercialização de vestuário tiveram origem na sétima avenida, estendendo-se até a nona avenida, entre as ruas 34 e 42. Esse espaço localizado na parte central de *Manhattan* ficou conhecido por *Garment District*³² (bairro das roupas). Baudot (2005) nos fala de duas lojas de alta costura frequentadas pela elite nova-iorquina, a *Bergdorf Goodman*³³ fundada em 1901 e a *Hattie Carnegie*, em 1925. Durante a guerra-civil estadunidense (1861-1865), esse mesmo espaço concentrou armazéns de tecidos e confeções de roupas militares que se mantiveram após o término do conflito (MONTERO, 2008).

Para ambas as cidades, tanto a produção quanto o comércio de artigos de vestuário estiveram na pauta de seu crescimento econômico. Ao mesmo tempo, a roupa assumia novas funcionalidades no contexto urbano, espaço de uma moda importada, atrelada com a alta costura. Dissociar a produção industrial de vestuário de uma subjetividade inerente ao capitalismo em seu afã pelo novo e pela mudança que vai além das necessidades objetivas impostas pela demanda seria incorrer no erro de desconsiderar os motivos de seu profundo apelo na atualidade. Invocação esta que a moda, enquanto “reino do efêmero sistemático” no pensamento Lipovetskyano, em muito contribuiu.

O passo seguinte a ser dado pela indústria da confecção na trilha da moda - conforme o pensador francês - seria a “dessacralização” com referência a alta costura rumo à “moda industrial de massa”, nomeada em sua terra natal de *prêt-à-porter* e nos Estados Unidos de *ready-to-wear*. Se por um lado esta nova etapa pode ser compreendida como uma democratização do consumo, por outro, significou profundas mudanças na produção e na distribuição do vestuário, implicando na ampliação do número de cidades participantes do eixo da moda (GREEN, 1997; CRANE, 2006). Os anos 60 serviram de palco para tal transformação que despontava anteriormente na coxia do pós-guerra e encontrou em território estadunidense seu terreno mais profícuo. A política econômica do *New Deal*, vogada em 1933 de modo a superar a grande depressão de 1929, criou a demanda necessária não somente para sustentar a indústria de produtos duráveis (como os automóveis e eletrodomésticos), mas também, produtos de vida curta como o vestuário. Mais do que criar potenciais consumidores reforçou a importância de tê-lo e afirmou o consumo como um homogeneizador social, algo

³¹ Deaecto (2001) nos apresenta importantes dados sobre os estabelecimentos do setor na cidade. Em 1914, 471 comercializavam tecidos e fios têxteis e 397 artigos de vestuário e armarinho. Em 1929, 905 e 1.246, respectivamente. Em 1933, o comércio de artigos de vestuário, armarinhos e tecidos atingiu 1.530 estabelecimentos.

³² Ver anexo 2.

³³ A loja existe ainda nos dias de hoje e mantém seu status de alta costura comercializando produtos de grifes e a altos preços. Ocupa dois prédios imponentes em uma das áreas mais caras da *upper Manhattan*.

levado a cabo pela sociedade norte-americana por meio da vestimenta, como demonstrou Crane (2006), desde o século anterior.

A ideia de comercializar roupas prontas para o uso que possuíssem ares artísticos e de novidade surgiu nos Estados Unidos, passando o vestuário *ready-made* “já pronto” típico de suas aglomerações urbanas como Nova Iorque já em 1850, a artigo de moda. Nessa transformação, o epíteto *ready-to-wear* desvinculou as peças produzidas no âmbito da confecção de seu caráter simplório, ganhando fatias abastadas de um mercado interno anteriormente voltado a Europa. De acordo com Baudot (2005), muitos fatores contribuíram para tal guinada com início no período entre guerras, dentre eles o desenvolvimento das técnicas de gerenciamento e de marketing, a criação de novas vias de comercialização, a tributação excessiva sobre o vestuário importado (90% *ad valorem*) e a introdução dos materiais sintéticos. O designativo da moda estadunidense, enxuta nos custos produtivos, no tempo de produção e de comercialização, foi acompanhado de perto pela criação de um estilo próprio, com *design* dotado de conforto e praticidade que assumia ares modernos e de elegância. Tendência que se perpetuaria após 1940, colocando o país dentro do circuito criador de moda. O cinema e as revistas americanas exerceram forte influência na propagação dessa moda e sua indústria ao restante do mundo, inclusive no Brasil.

Por meio do *ready-to-wear* a produção podia ser feita em larga escala e a custos bastante inferiores, adotando processos organizacionais semelhantes aos das demais indústrias. A introdução de tecnologia nos insumos (dentre das quais desenvolvidas com propósitos bélicos, como o *Nylon*) possibilitou roupas com novas funcionalidades a partir de materiais com menores custos³⁴. Houve o efetivo parcelamento das tarefas manuais envolvidas na costura que não puderam ser suplantadas pela máquina por meio da linha de produção, onde os costureiros realizavam somente parte da peça. Pôs-se em execução o aprimoramento e a aplicação de medidas próprias ao vestuário utilizadas anteriormente na fabricação em massa de uniformes militares, procurando adequar a roupa pronta de maneira a que esta fosse a mais confortável o possível quando no corpo humano e não necessitasse de ajustes posteriores.

A indústria de massa criou cenário bastante distinto daquele da alta costura, onde as roupas feitas sob a medida do cliente e sua encomenda, ainda que anteriormente concebidas na mente do modista, eram provadas antes de prontas sendo comumente executadas em todas as etapas por um único costureiro-aprendiz que não raro tornava-se um artista da moda e dono

³⁴ Por exemplo, as roupas esportivas (*sportwear*), símbolo da moda casual nos grandes centros urbanos estadunidenses, caracterizavam-se pelo uso de duas peças.

de seu próprio ateliê³⁵. A fábrica passou a vigorar em lugar deste último, iniciando um caminho sem volta para o desabamento da referência hierarquizante da alta costura na moda, tanto no fornecimento quanto na demanda (GREEN, 1997).

O *ready-to-wear* chegou a França em 1948 sob a tradução literal de *prêt-à-porter*, mandatária de um novo estilo de moda, aquela representada pela ascensão da confecção. Uma população envelhecida pelas grandes guerras, uma moda comedida, massificada e por vezes militarizada, cedeu lugar ao espírito jovem urbanizado e a abundância de matérias-primas e de mercado que irromperam nos anos 60. Com o *prêt-à-porter* a fabricação e a distribuição se consolidam como uma “cadeia de produção coerente”, nos termos de Baudot (2005), espalhando-se por meio de franquias das grifes às grandes cidades de todo mundo. Ocorre o definitivo desmembramento das atividades produtivas materiais que seguem as determinações produtivas imateriais da sede das marcas, perdendo, no entanto, o austero controle das *maisons* de outrora, trazendo para a indústria da moda uma configuração original, pois

“Enquanto a alta costura desce de seu pedestal, a confecção toma lentamente consciência das perspectivas que lhe abre o mercado. Para satisfazer a demanda de novidades, ela deve dotar-se de células criativas que vão assegurar a notoriedade daqueles que serão chamados daqui por diante de estilistas.” (BAUDOT, 2005, p. 212).

A ampliação do mercado para a qual muito contribuiu o jovem consumidor, foi acompanhada do acirramento da competitividade, em nível nacional e internacional, depositando suas consequências tanto na esfera da produção quanto na esfera do consumo. Seu principal denominador comum era produzir em massa artigos dotados de *design* ou ainda em uma linguagem própria ao universo da moda, de estilo. Esse desafio de agregar valores estéticos a fim de exaltar o indivíduo em seu modo de vida urbano estava posto para os profissionais responsáveis pela criação³⁶. Aos costureiros, cabia produzir em sazão e quantidade para as demandas, que se tornavam cada vez mais transitórias no tempo e interligadas no espaço. O rompente característico da indústria da moda estabelecia suas matizes, envolvendo novos atores e novos cenários, para os quais o crescimento no número de fábricas de vestuário foi essencial. Paulatinamente, o próprio *prêt-à-porter* cindiu-se em sua porção mais luxuosa (grifes) ou em outra mais acessível às classes populares, ainda com

³⁵ De acordo com Maleronka (2007), nos anos 20, por exemplo, algumas modistas como Madame Consentina Chenet, Madame Marianinha Barros, Madame Hortence Leontina, Madame Rosa Renoubon, Madame Germain, Madame Baudon, Madame Lion Mariuzzi, Madame Camargo, Madame Antonia Luchese, Madame Bianchi, Irmãs Lomi, Madame Kelter e Madame Motta possuíam ateliês na rua Barão de Itapetininga, na região central da cidade de São Paulo.

³⁶ Na cidade de São Paulo, existem 34 cursos de moda em nível superior. Somente no centro de Manhattan, existem oito universidades voltadas ao ensino de design e moda. Isto afóra cursos técnicos de corte e costura.

apego ao estilo, por meio de novos canais de comercialização. A diversificação torna-se ainda maior com a confecção de artigos sem afeição ao artístico ou aos grandes nomes da moda (grifes, marcas e estilistas) e com a emergência da moda das ruas (CRAINE, 2006).

A grande transformação promovida pelo *ready-to-wear* na indústria da moda foi a ampliação do consumo e a asseveração do vestuário em escala e tempo industrial sob a direção científica do trabalho, favorecendo a arrancada da manufatura das confecções diante do setor têxtil³⁷, reafirmando seu papel central para as economias urbanas e para o mercado internacional. Isso ocorreu com maior ímpeto nos grandes centros urbanos, apoiado no crescimento das classes médias e se mantém até os dias de hoje. Os anos 80 presenciariam para a indústria de confecção uma substancial alteração de ordem organizacional. Aqueles detentores de marcas e as grandes lojas, muitos dos quais formados no início do século XX, abandonaram a produção das roupas, delegando tal função final para as confecções. Estas, por sua vez, puderam atender em volume a reestruturação produtiva uma vez que haviam despontado no cenário construído pelo *ready-to-wear*, estopim da transição do trabalho artesanal familiar para o trabalho de costura fabril.

Após essa breve contextualização, passamos agora para as confecções de São Paulo e Nova Iorque e a presença dos trabalhadores imigrantes. A relação entre a indústria de vestuário e a população estrangeira nessas metrópoles vem de longa data, como demonstraremos a seguir. No entanto, observa-se que com a reestruturação produtiva, a imigração laboral no setor se intensificou, sob péssimas condições de trabalho e vida dos costureiros, comumente empregados nas pequenas confecções clandestinas.

1.4 Imigrantes nos centros das cidades e o setor têxtil-vestuário em São Paulo e em Nova Iorque: uma ligação histórica

Tornou-se corrente a afirmação da grande contribuição dos imigrantes para a formação econômica, social e cultural de São Paulo e de Nova Iorque. Inúmeros estudos a fim de demonstrar essa realidade histórica e contemporânea foram empreendidos, alguns seguindo a trajetória de grupos étnicos nacionais nas capitais e outros, focando em determinados setores e atividades da economia urbana. Através das pesquisas de ambas as naturezas, realizadas sobre as cidades em questão, reconstituímos a presença imigrante na produção de artigos de

³⁷ Nos Estados Unidos, cerne desse novo sistema, a partir do ano de 1956, a indústria do vestuário passou a contribuir mais com o Produto Interno Bruto do país que a indústria têxtil, algo que se mantém ainda hoje (*U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE*, 2012). No caso brasileiro, os valores são quase equilibrados. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) (2012), possuímos a última cadeia têxtil completa do ocidente (http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=4&idioma=PT).

vestuário, tencionando retomar essa importante ligação ainda em princípios do século XX, assim como fornecer subsídios à sua reflexão na atualidade.

No final do século XIX, uma grande fábrica de tecidos de algodão, a Anhaia, foi instalada no bairro do Bom Retiro, seguindo o percurso da industrialização paulistana a partir da região central, margeando o rio Tiête e a São Paulo Railway. Esta, como outras³⁸, tinha boa parte de seu contingente operário composto por imigrantes, sobretudo os italianos, quantitativamente dominantes no bairro e na cidade desde meados de 1860 (DERTONIO, 1970). De acordo com Toledo (2004), em 1893, 70% dos trabalhadores fabris eram estrangeiros, majoritariamente empregados nas fábricas têxteis e de vestuário³⁹, seguidas da indústria alimentícia. No período compreendido entre 1850 e 1890, a indústria têxtil assumiu importância no cenário industrial brasileiro e, com o início da Primeira República, a capital paulista observou o surgimento de inúmeras fábricas de tecido⁴⁰ que acompanhadas das importações de insumos e produtos acabados, engendraram uma significativa produção e comércio de vestuário. A indústria de confecção e as lojas, acompanhando as manufaturas têxteis e as aglomerações populacionais, teve na região central da cidade seu espaço privilegiado. Atendia tanto as necessidades das camadas populares, quanto aos desejos da elite por mercadorias da moda (DEAECTO, 2001).

A população imigrante participou de três maneiras na nascente indústria da moda paulistana: compondo a classe trabalhadora manufatureira, nas indústrias têxteis e na atividade de costura; comercializando produtos acabados e insumos produtivos, nacionais e importados e, por fim, enquanto empresários. Comumente tais funções misturavam-se, envolvendo projetos familiares e trajetórias de mobilidade social ascendente. Com exceção dos grandes grupos e capitalistas estrangeiros e dos imigrantes que obtiveram êxito com outras atividades produtivas, posteriormente investindo no setor têxtil-vestuário, a indústria da moda compunha-se de imigrantes artesãos que por vezes eram pequenos comerciários, vendedores ambulantes, importadores, lojistas e modistas. Conforme o crescimento econômico e demográfico da cidade, a produção e o comércio dinamizavam-se. Dados exatos

³⁸ Além da fábrica de tecidos Anhaia com seus 500 funcionários, outras surgiram após 1900 como a Crespi, com 1.350 funcionários; a Mariângela, com 1.903 funcionários cujo dono era o imigrante italiano Francisco Matarazzo; a Industrial de São Paulo, com 600 funcionários e a Ipiranga Jafet, com 785 funcionários (CARONE, 2001).

³⁹ Assim como na Europa, a indústria têxtil brasileira vivenciou desde seus primórdios a larga utilização de mão-de-obra infantil recrutada em orfanatos, casas de caridade, fundações religiosas e asilos. As crianças compunham os trabalhadores não qualificados junto aos nacionais, para quem os estrangeiros especializados e com experiência fabril anterior foram fundamentais no “ensino do ofício” e no desenvolvimento da indústria (STEIN, 1979). Realidade esta bastante frequente no primeiro quartel do século XX em São Paulo e que se estendeu com vigor sobre a indústria de confecção e o trabalho feminino imigrante, conforme demonstrou Maleronka (2007).

⁴⁰ De acordo com Carone (2001), em 1910 constavam 8 indústrias de tecido na cidade, número que em 1930 veio a ser 58.

sobre a imigração e os primórdios da indústria da moda em São Paulo constituem uma lacuna na historiografia, tornando-se possível sua estimativa por meio dos trajetos individuais e das diferentes colônias, coletados em diversas obras e documentos.

Dificuldade de igual espécie faz-se presente para o estudo de Nova Iorque. Sabe-se da notável imigração laboral histórica e contemporânea para a cidade e da importância que a produção e o comércio têxtil-vestuário exerceram sobre o crescimento econômico local e exercem ainda para este polo da moda, constando em peso a participação dos estrangeiros trabalhadores e proprietários. Assim como em São Paulo, a indústria têxtil, a indústria de confecção e o comércio de artigos de vestuário e insumos produtivos tiveram origem na região central da cidade, no *Garment District* em *Manhattan* e nas proximidades. Como nos diz Soyer (2005), em 1850 a indústria de confecção tornou-se a maior produtora e empregadora dentre as demais na cidade, mantendo-se em igual posição na produção de roupas em todo o país por quase 150 anos. Entre 1889 e 1910, mais de 250 mil trabalhadores judeus⁴¹ formaram a força de trabalho nas manufaturas de roupas nova-iorquinas. Em 1910, 46% da mão-de-obra fabril trabalhavam na confecção de artigos de vestuário, notadamente imigrantes, e até 1930, os trabalhadores estrangeiros judeus somavam 75% na indústria de vestuário (MONTERO, 2008). Constituíram, igualmente, boa parte dos comerciantes e industriais do setor têxtil-vestuário nova-iorquino⁴².

Os dados quantitativos tornam-se imprecisos ou escassos quando a confecção de vestuário se confunde ainda com o trabalho artesanal e familiar, ou como veremos adiante, quando as indústrias de confecção ocultam trabalhadores estrangeiros indocumentados. Porém, pela força da ligação entre a indústria da moda e os imigrantes no caso brasileiro e estadunidense, observa-se que esta foi “acolhida” e “acolhedora” de diferentes grupos étnicos e nacionalidades, trabalhadores e empreendedores que encontraram na produção e comércio de vestuário um vir a ser da imigração e um meio de mobilidade social ascendente.

Na sucessão de grupos imigrantes no setor têxtil-vestuário paulistano anteriormente a reestruturação produtiva, encontramos, em maior parte, portugueses, italianos, sírios, libaneses e judeus⁴³, pertencentes a classe trabalhadora e a classe empresarial, eram operários de chão de fábrica, alfaiates, costureiros, comerciantes (de tecidos, armarinhos e roupas) e

⁴¹ Sobretudo vindos da Rússia e em menor parte, de outros países do leste europeu. O *Garment District* ostenta uma enorme estátua em bronze onde um costureiro imigrante e judeu é retratado em seu ofício.

⁴² Truzzi (2009) traçou uma interessante comparação entre Brasil e Estados Unidos no que diz respeito a um meio comum encontrado por sírios, libaneses e judeus para sua mobilidade social ascendente, inclusive no próprio setor têxtil-vestuário: a atividade de mascate.

⁴³ De acordo com Povia (2007), entre 1925 e 1935 os judeus da Polônia eram maioria.

industriais⁴⁴. Concentravam-se nas ruas do Triângulo e nas demais dos bairros centrais, onde formaram colônias religiosas e comunidades. Em um processo conhecido, mas ainda pouco estudado, cederam lugar no ramo da moda para imigrantes de outras origens e ciclos migratórios, como os coreanos. Uma explicação que repousa na análise das trajetórias dos estrangeiros empreendida por diversos estudos e sobre a qual nos atemos aqui, seria a de que se em um primeiro momento o trabalhador imigrante recém-chegado encontrava facilidades de inserção nas funções relacionadas a indústria de confecção e seu comércio, posteriormente incluía-se em outras atividades econômicas, na medida em que encontrava meios de mobilidade. Essa afirmação é válida, sobretudo, às gerações seguintes. Outros imigrantes não europeus chegaram a São Paulo entre o fim do século XIX e início do século XX estabelecendo-se na região central e adquirindo ou mantendo certa especialização funcional, como no caso dos Armênios com a produção e comercialização de calçados (GRUN, 1992) ou dos sírios e libaneses com a mascateação (TRUZZI, 2009).

Os sírios e libaneses, em particular, merecem especial atenção. Como demonstrou Truzzi (2009), a atividade de mascate servia como um primeiro meio alçado pelo imigrante de juntar pecúlio para retornar a terra natal, ou ainda, manter-se em melhores condições no Brasil. A colônia formou-se ao redor da rua 25 de Março e, logo a princípio, dedicou-se ao comércio atacadista e varejista de armarinhos e fazendas⁴⁵. Uma vez obtido o sucesso no comércio, o capital econômico acumulado por membros das comunidades em questão chegou a ser aplicado com frequência na indústria têxtil e na indústria de confecção⁴⁶. Comércio atacadista e varejista assim como atividades industriais das colônias no setor têxtil-vestuário só fizeram crescer nos anos 30, 40 e 50, apesar da crise de 1929 e das inúmeras falências das empresas de sírios e libaneses. Como salientou o autor, entre os fatores de seu sucesso empresarial, a produção e comércio voltados ao consumo popular foram fundamentais.

A partir do estudo de Truzzi (2009) levantamos que a contribuição de sírios e libaneses para o setor têxtil-vestuário da capital paulista residiu não somente no paralelo confronto com a moda da alta costura europeia, mas também, na atribuição do caráter de vestuário de massa designativo de várias ruas da região central, sobretudo, da Rua 25 de

⁴⁴ Entre tantos exemplos citamos a fábrica têxtil Brim Alhambra, localizada no bairro do Bom Retiro em 1929, cujo proprietário era judeu. A rua 15 de novembro reunia inúmeros pontos comerciais israelitas, como a loja Maurício Grumbach, fundada em 1904, ou ainda a Galeria *Webendoerfer*, erguida a partir de 1896. O próprio bairro teve sua origem no loteamento, em 1882, da chácara “Bom Retiro”, cujo proprietário Manfred Meyer era judeu vindo da Alsácia. Lá foi instalada a primeira Hospedaria do Imigrante da capital paulista.

⁴⁵ Já em 1893, seis lojas de armarinhos eram de propriedade de sírios e libaneses. Em 1907, das 315 empresas paulistanas de suas propriedades, 219 comercializavam tecidos e armarinhos (KNOWLTON, 1961 *apud* TRUZZI, 2009).

⁴⁶ Ainda conforme Truzzi (2009), das 91 indústrias de empresários sírios e libaneses existentes em 1920, 75 eram confecções e 12 fábricas têxteis.

Março. Se no Brasil, sírios e libaneses estiveram à frente desse predicado no setor têxtil-vestuário, nos Estados Unidos, tal liderança coube aos judeus de língua alemã na indústria de confecção, ainda em 1880. Foram eles que passaram de vendedores de roupas de segunda mão a donos de manufaturas de roupas prontas, empregando judeus de outras línguas do leste europeu, sobretudo vindos da Rússia, já em 1890. Estes últimos, por sua vez, em 1900, já compunham de maneira majoritária o número de empregados e de empregadores das indústrias de confecções (SOYER, 2005).

Conjuntamente aos israelitas, os italianos foram atores fundamentais à produção de vestuário em Nova Iorque. Em um primeiro momento, os trabalhadores costureiros vindos da Itália, mormente mulheres, estiveram muito restritos ao trabalho domiciliar⁴⁷, algo que seria alterado após a proibição do funcionamento das pequenas fábricas residenciais. Soma-se a isso que a presença itálica de primeira geração e seus descendentes no ambiente fabril só foi consumada, efetivamente, após a paulatina substituição do trabalhador judeu, em boa parte por sua entrada em outras atividades econômicas e laborais, após 1930 (CARNEVALE, 2005; SOYER, 2005).

Duas considerações devem ser tecidas a respeito desse processo. A primeira delas caracteriza a passagem do costureiro da alta costura, com conhecimento e domínio sobre todas as etapas produtivas, para o costureiro operário. Na alta costura, a função de costureiro exigia conhecimentos específicos de todos os processos de transformação dos tecidos em roupas, como a realização dos moldes, a escolha e os cortes das fazendas, técnicas de costura e acabamento, fundamentais às peças luxuosas e até mesmo as peças usadas pela população menos abastada⁴⁸. Na produção em massa, a linha de montagem foi trazida para o espaço fabril, onde cada costureiro realizava parte mínima das peças para as quais o conhecimento necessário era bastante reduzido. Cada trabalhador executava parte das funções que envolvem a costura, todas elas esvaziadas do aspecto criativo⁴⁹.

A segunda consideração diz respeito à natureza das fábricas em que os italianos foram largamente incorporados, uma vez consumada a sua transição do espaço domiciliar para o espaço fabril. Estas eram as “novas fábricas”, caracterizadas por um novo modelo produtivo e

⁴⁷ Carnevale (2005) nos fala que na virada do século XIX para o XX, algo em torno de 20 mil e 30 mil costureiras italianas trabalhavam em sua própria residência. Assim como nas fábricas, as jornadas de trabalho eram longas e mal remuneradas, confundindo o espaço de moradia com o espaço de trabalho, havendo larga participação de trabalho infantil. Outra observação da autora trata da estrutura familiar dos italianos, onde a passagem da mulher da esfera reprodutiva para a esfera produtiva era vista com maus olhos. Desta forma, o trabalho domiciliar atendia as necessidades econômicas e a manutenção cultural.

⁴⁸ Uma vez que os parâmetros da alta costura eram os norteadores da moda.

⁴⁹ Esse esvaziamento da função de costureiro encontrou resistência por parte dos imigrantes, sobretudo, entre as mulheres, a quem cabia em maior parte a etapa de junção das peças e acabamentos finais no espaço fabril e pela costura ser uma atividade a elas destinadas dentro da divisão sexual do trabalho (CARNEVALE, 2005).

gerencial e que, acima de tudo, procuravam distanciar-se da imagem das *sweatshops*. Um importante apontamento para tal ingresso preferencial da mão-de-obra de origem italiana reside não somente em sua anterior experiência com o ramo da costura, mas, também, decorre de sua participação sindical⁵⁰. Eles participaram junto aos imigrantes judeus da greve realizada por 20 mil trabalhadores das pequenas fábricas de vestuário no ano de 1909⁵¹, reivindicando melhorias nas condições de trabalho (MONTERO, 2008). Entre as mudanças trazidas pelo movimento, estiveram a introdução dos pátios fabris modernos, fundamentais para assegurar a produção necessária à demanda crescente e que respeitassem os critérios de salubridade e segurança, demanda dos trabalhadores.

As “novas fábricas” continham uma nova gestão e uma nova organização espacial. No que se refere a esta última, significava a substituição dos cortiços residenciais como locais fabris de produção de vestuário (*tenement system of production*)⁵² para a fábrica “de sótão” dos novos prédios⁵³ (*loft factory*). A proposta oficial era a melhoria do ambiente de trabalho, mas na verdade, significavam igualmente melhorias nos métodos de controle dos trabalhadores, incluindo facilidades como o trancamento de portas e fiscalização de horários⁵⁴. Essa mudança foi indicada em 1911 pelo *State Factory Investigating Commission Report* e se traduziu na passagem da pequena indústria para aquela de maior porte, assim como em um paulatino esvaziamento das fábricas de vestuário do *Garment District* rumo a direções próximas - seguindo as aglomerações de trabalhadores estrangeiros - para algumas das quais onde já existiam as fábricas em cortiços. O melhor exemplo a ser citado é o *Lower East Side*, superlotada região de *Manhattan* que concentrava os trabalhadores imigrantes judeus desde o

⁵⁰ A relação entre os sindicatos e os trabalhadores das indústrias de confecção serão por nós aprofundados no terceiro capítulo do presente texto.

⁵¹ Kosak (2005) diz que entre os grevistas, 55% eram judeus e 35% italianos, com extensa participação feminina.

⁵² Pudemos conhecer um *tenement* do início do século passado por meio da visitação ao *Tenement Museum*, durante nossa pesquisa em Nova Iorque. O museu está instalado em um prédio desativado da *Lower Manhattan* que abrigou mais de sete mil imigrantes, dentre os quais a família Levine e a família Rogarshevsky. Ambas produziam vestuário nos apartamentos de dois cômodos onde a iluminação e a ventilação eram extremamente precárias. O prédio manteve-se intacto desde sua construção em 1863, motivo pelo qual abriga hoje o *Tenement Museum*. A visitação trouxe-nos a possibilidade de visualizar as condições de vida e trabalho dos imigrantes nesses cortiços, no passado e no presente.

⁵³ Esses “novos prédios” receberam a alcunha de prédios alteres (*dumbbell*), por seu formato semelhante. Ainda hoje caracterizam boa parte do cenário urbano nova-iorquino, sobretudo nos bairros pobres.

⁵⁴ Um dos pontos mais citados na passagem do *tenement system* para a *loft factory* era a prevenção aos incêndios. Pois um incêndio ocorrido em uma “nova” fábrica no ano de 1911, a *Triangle Shirtwaist*, veio a ser o episódio mais trágico na história da indústria de vestuário em Nova Iorque. Na ocasião, morreram 146 funcionários dentre os 600 que trabalhavam na indústria, majoritariamente mulheres judias e italianas entre os 13 e 23 anos de idade. Com as portas trancadas externamente, muitos se atiraram pelas janelas ou morreram asfixiados (MONTERO, 2008). No *Italian American Museum*, instalado em uma Rua da *Little Italy* não distante da antiga fábrica, pudemos observar o quanto a lembrança desse acontecimento fatídico faz-se presente, ainda, na comunidade italiana. Um grande cartaz na entrada do museu ostenta a frase “Incêndio na *Triangle Shirtwaist*: nós não esquecemos.”.

século anterior. Muito próximo se encontram a pequena Itália (*Little Italy*) e a *Chinatown*.

Esse processo de transferência geográfica das fábricas e de mudança na estrutura física industrial que se consolidou com vigor a partir da década de 20 retirou, em boa parte, somente a etapa de confecção das roupas do *Garment District*, deixando para trás o comércio e outras atividades ligadas a produção, como o *design*. A região passaria a ser chamada de *Fashion District*, uma tentativa de mudar a imagem de outrora. De acordo com Soyer (2005), no princípio dos anos de 1950, a transferência para os arredores do centro era visível, algo entre 65% e 80% das manufaturas estavam localizadas entre a décima e a quinta avenida. Essas indústrias de confecção espalharam-se na direção de áreas com menores custos de trabalho, até mesmo saindo dos limites de *Manhattan* e da própria cidade de Nova Iorque⁵⁵ (CHIN, 2005).

Italianos e judeus tornam-se mão-de-obra escassa para a indústria de vestuário a partir da segunda-guerra mundial, boa parte absorvidos pelas indústrias bélicas, cedendo lugar aos estrangeiros de outros grupos étnicos que chegavam à cidade em fluxos imigratórios mais numerosos e seus descendentes, notadamente após 1965. Eram compostos em sua maioria por imigrantes de Porto Rico e da China. Entre o final de 1960 e início de 1970, 250 oficinas de costura instaladas em *Chinatown*, cujos proprietários eram chineses, empregavam por volta de 7.500 compatriotas. No ano de 1940, os costureiros de origem porto-riquenha nascidos nos Estados Unidos empregados na indústria de confecção eram 1.400 e os estrangeiros 1.900. Quarenta anos após, eram 13.500 e 20.700, respectivamente. Na década seguinte, os números caem para 5.029 e 14.547 (CHIN, 2005).

Apesar da queda dos imigrantes de Porto Rico e seus descendentes no trabalho com a costura, outros hispânicos apresentaram crescimento, principalmente mexicanos de primeira e segunda geração, seguidos dos equatorianos. Somam-se a eles com vigor dos anos 80 até os dias de hoje os asiáticos, notadamente os chineses⁵⁶ que estão no setor desde 1960 e os coreanos, tanto empregados quanto empregadores. Comumente, o trabalho de costureiro é a primeira atividade laboral a que se dedicam os imigrantes recém-chegados a Nova Iorque, uma vez que não necessitam de conhecimento da língua e nem qualificação, tendo sido o trabalho de costura bastante segmentado e simplificado na indústria da moda. É também o

⁵⁵ Durante nossa pesquisa exploratória pelo *Garment District* observamos que a indústria de confecção ainda resiste no local, assim como um comércio popular de vestuário. Outro fator interessante é a concentração de lojas de tecidos e aviamentos, mormente de proprietários judeus.

⁵⁶ De acordo com Chin (2005) no ápice da produção dos imigrantes chineses nos anos oitenta, estes eram donos de mais de 500 oficinas de costura empregando 20 mil trabalhadores de igual nacionalidade. Os coreanos eram proprietários de 400 fábricas e empregavam mais de 14 mil costureiros hispânicos.

setor com maior oferta de vagas disponíveis dentro o nicho laboral a que estão circunscritos os imigrantes, pois implica em um trabalho repetitivo e exaustivo, com longas jornadas e baixos rendimentos, muitas vezes em condições precárias. Por outro lado, representa ainda para muitos estrangeiros a possibilidade de fazer a América nos Estados Unidos, repetindo as trajetórias de mobilidade social ascendentes daqueles que de costureiros passaram a donos de confecções e até mesmo pontos comerciais de vestuário.

Essa possibilidade faz parte incisivamente do imaginário do trabalhador imigrante latino-americano que atualmente costura nas confecções paulistanas⁵⁷. Ainda que com menor expressão quantitativa em relação com Nova Iorque, o setor têxtil-vestuário de São Paulo igualmente presenciou as passagens e permanências de diferentes grupos étnicos, trabalhadores, oficineiros e empreendedores, que por meio da fabricação de roupas alcançou melhores condições de vida. Algo corrente nas falas desses trabalhadores é o desejo de tornarem-se donos de suas próprias oficinas, como aclara o entrevistado B

“[...] para ficar no Brasil... e também trazer minha família da Bolívia... tenho dois irmãos mais novos e no Brasil eles têm condições melhores para estudar que lá... para fazer dinheiro com costura tem que ser oficineiro e para ser oficineiro tenho que juntar dinheiro costurando. É isso.” (trecho de entrevista concedida pelo costureiro B, de origem boliviana, em 16 de dezembro de 2012, em São Paulo).

O ramo representou um caminho para a ascensão da comunidade coreana no final dos anos 60 (KEUM, 1991; YANG, 2011) e em para os bolivianos, a partir dos anos 80 (SILVA, 1997; AZEVEDO, 2005; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009). A importância atribuída às indústrias de confecção pela comunidade coreana pôde ser sentida em conversa que tivemos com um imigrante vindo ainda criança da Coréia do Sul para São Paulo em 1978 que se declarou ex-oficineiro e hoje possui uma loja de roupas no bairro do Bom Retiro. Segundo o lojista, foi trabalhando com a costura que ele e sua família puderam se sustentar no Brasil e aos poucos, por meio de muito trabalho, puderam trazer parentes para ajudar na pequena fábrica que tinham no próprio bairro. Abriu a loja junto com o pai, nos anos 90, para vender diretamente sua produção que até então era repassada para lojas de brasileiros ou vendida nas ruas do centro. Depois passou a se dedicar unicamente a etapa de comercialização das roupas com ajuda de uma filha que cursa a universidade de moda. Juntos fazem planos de ampliar o

⁵⁷ Dentre os imigrantes costureiros que entrevistamos, metade declarou a intenção de fixar-se definitivamente no Brasil e montar sua própria oficina de costura, onde pretendem empregar familiares e compatriotas. Todos os entrevistados conheciam histórias de costureiros estrangeiros que se tornaram donos de oficinas de costura na capital e consideravam essa condição como uma mobilidade social ascendente.

negócio e criar uma marca própria de linha jovem e urbana⁵⁸.

O primeiro grupo de coreanos que desembarcou do vapor *Tjitjalengka* na cidade de Santos no ano de 1963 era composto por famílias e totalizava 103 indivíduos. Esse deslocamento teve origem em um acordo selado no ano anterior entre o governo do Brasil e o governo da Coreia do Sul, tratando-se, portanto de um fluxo imigratório reconhecido pelo Estado brasileiro (AZEVEDO, 2005). Conforme Keum (1991) entre os objetivos desta imigração estava a cooperação entre os Estados não comunistas. Algumas dessas famílias se estabeleceram na capital paulista, nos bairros do centro, onde já existiam alguns compatriotas emigrados anteriormente⁵⁹ e outras colônias de imigrantes, como os japoneses. Yang (2011) nos fala que o período de maior entrada de sul-coreanos no Brasil foi entre 1963 e 1974, não somente no estado de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Bahia. Voltava-se ao trabalho agrícola, projeto que por inúmeras razões fracassou, levando esses imigrantes coreanos a deixarem o campo rumo às cidades, notadamente São Paulo. Até 1966, o Brasil recebeu cinco levadas de imigrantes da Coreia do Sul, ano em que a emigração oficial daquele país para cá foi finalizada. A partir daí, os influxos eram mantidos pelos anteriormente estabelecidos, figurando a eles como um negócio lucrativo e dando início ao fenômeno da imigração ilegal da Coreia do Sul para o Brasil (YANG, 2011).

Assim como os demais imigrantes laborais, os coreanos enfrentaram inúmeras dificuldades para se inserirem na sociedade brasileira. Yang (2011) fala da existência de 50 mil coreanos legalizados no país⁶⁰ e algo em torno de 30 mil ilegalizados, predominantemente concentrados na cidade de São Paulo. Os bairros de maior presença da nacionalidade na virada dos anos de 1960 para 1970 eram o Brás, o Bom Retiro, a Liberdade e a Mooca. Nos dois primeiros, destaca-se a atividade no ramo do vestuário, tanto com a comercialização quanto com a produção das roupas. Igualmente a outros imigrantes que fizeram parte do setor têxtil-vestuário na capital, o comércio foi porta de entrada, pois com pouco conhecimento do idioma e baixo investimento de capital econômico podia-se acumular dinheiro com certa facilidade. Vendiam produtos trazidos da Coreia a baixos preços e de melhor qualidade que os

⁵⁸ Quando perguntado sobre a origem dos produtos que comercializava o lojista não respondeu. Sobre os parentes que vieram da Coreia do Sul para trabalhar na oficina de costura de sua família, ele nos disse que alguns continuaram no ramo e outros foram para o “negócio de restaurantes”.

⁵⁹ Outros imigrantes vindos da Coreia chegaram a São a partir de 1920, naturalizados japoneses ou ainda, por refúgio político após a separação entre ocorrida entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul em 1948, como o grupo de soldados vindos em 1957 (YANG, 1991).

⁶⁰ Por meio das consecutivas anistias promulgadas pelo governo brasileiro, em 1969, 1981, 1989, 1998 e 2009. Ainda conforme Yang (2011), o Brasil é o segundo maior país receptor de imigrantes coreanos, perdendo apenas para os Estados Unidos que possui cerca de 2 milhões de estrangeiros dessa nacionalidade.

nacionais diretamente aos consumidores, de maneira semelhante a mascateagem⁶¹.

Por meio da venda de roupas, aviamentos e tecidos de casa em casa, efetuou-se a passagem para o ramo da costura, já no final dos anos 60. O pioneirismo coube a *Kim Su-san*, *Kim Seok-jo* e *Kim In-bae*, donos das primeiras confecções que tiveram início com intenso trabalho familiar e domiciliar, com poucas máquinas de costura compradas a prestações. Seus passos foram seguidos por outros imigrantes coreanos que conforme aumentavam os rendimentos, passavam a alugar diminutos espaços nas ruas do centro e empregar compatriotas em suas pequenas fábricas de roupas que serviam de local de moradia dos trabalhadores e, por vezes, dos próprios empregadores. Alguns fatores explicativos da boa ventura desse grupo foram os baixos custos com o trabalho, uma vez que se apoiavam na mão-de-obra familiar e compatriota; a grande procura por seus produtos que apesar de comercializados a baixos preços, eram de qualidade superior aos populares nacionais e atendiam as demandas de curto prazo, como afirmou Kontic (2007); o conhecimento prévio do ramo trazido pelos imigrantes de regiões industrializadas da Coreia do Sul, como Seul, foi apontado por Yang (2011) e, por fim, Garcia e Cruz-Moreira (2004) atribuem aos coreanos uma capacidade especial para captar e reproduzir as demandas da moda para o gosto e poder aquisitivo do consumidor de baixa renda.

Todas essas características adicionaram às empresas étnicas em bairros tradicionalmente imigrantes e ligados a indústria de confecção, servindo aos coreanos como um “trampolim” que outrora beneficiou a outras nacionalidades. As gerações seguintes, como demonstrou Yang (2011), já apresentam uma maior diversidade ocupacional, muitos dos quais se formam em nível superior, de maneira semelhante aos judeus, italianos e árabes. Os próximos imigrantes que ingressarem no ramo, sobretudo a partir dos anos 80, foram os sul-americanos, vindos do Peru, do Paraguai, e, principalmente, da Bolívia. Por serem os bolivianos a maioria irretorquível dentre os demais trabalhadores costureiros hoje presentes nas oficinas, assim como a nacionalidade de maior fluxo emigratório para São Paulo na atualidade, os estudos sobre as recentes migrações internacionais para a capital e os estudos sobre o setor na cidade de São Paulo focam-se nos imigrantes da Bolívia.

Retomando as origens da imigração boliviana no Brasil, Silva (1997) fala de um pequeno número de profissionais liberais e estudantes que chegaram ao país na década de 1950. No entanto, como nos diz o autor, somente a partir dos anos 80, essa imigração se

⁶¹ Ainda conforme Yang (2011), em 1967 cerca de 70% dos dois mil coreanos espalhados pelo Brasil eram mascates ou donos de negócio próprio. Daí surgiu o termo até hoje usado pela comunidade coreana para designar a atividade de venda de vestuário, o “bendê”, explicada pela dificuldade inicial com a pronúncia original da palavra em Português vender.

intensificou e tomou seus traços atuais. Foi nessa década que vieram para São Paulo os emigrantes do altiplano andino, fugindo da pobreza agravada pela crise econômica vivenciada pela Bolívia nesse período⁶². Alguns se dedicaram ao comércio de rua de produtos típicos, no entanto, o ingresso maior se deu nas oficinas de costura, em substituição à mão-de-obra coreana nas empresas de coreanos e brasileiros.

Sem dúvidas, a mobilidade social ascendente alcançada pelos coreanos explicaria sua diminuição na tarefa da costura. Paulatinamente, ao longo dos últimos vinte anos, foi majoritariamente substituída por bolivianos. Em um processo que se repete, os imigrantes da Bolívia que chegaram a maior tempo no país ou que para cá vieram com algum capital estão constituindo grupo crescente de oficineiros. Algumas pesquisas como as de Silva (1997), Freire (2008) e Freitas (2009) apontam que os bolivianos não constituem somente os trabalhadores das oficinas como também já são donos de várias delas, adquiridas após anos de trabalho intenso com a agulha como no caso do oficineiro boliviano com o qual conversamos em uma rua do bairro do Bom Retiro. Ele levava encomendas de sua oficina a pé em um carrinho de feira para entregá-las a um comprador e disse que em breve esperava comprar um veículo para circular com sua produção. Contou-nos que continua trabalhando como costureiro e depois de quase seis anos costurando em várias oficinas de proprietários coreanos e bolivianos conseguiu dinheiro para comprar cinco máquinas de costura, alugar um espaço no centro da capital e trazer parte da família pra ajudá-lo⁶³.

Assim como seus antecessores, os bolivianos empregam compatriotas e imigrantes vindos de outros países da América do Sul. De acordo com Souchaud (2012), esses empresários bolivianos ganharam espaço na indústria de confecção “[...] porque os coreanos quiseram se especializar no desenho e na distribuição, criando suas próprias linhas e marcas concebidas e vendidas nas suas lojas de atacado do Bom Retiro e do Brás.” (SOUCHAUD, 2012, p.84). Os coreanos passam a assumir as tarefas de concepção ou as “funções inteligentes” a que Garcia e Cruz-Moreira (2004) fazem menção e sobre as quais falamos anteriormente no presente texto. A parte produtiva, intensiva em trabalho e de menor lucratividade passa progressivamente às mãos dos bolivianos, sendo que essas oficinas de

⁶² Interessante observar que nos anos 80 a Bolívia vivenciou uma vultosa migração interna de populações vindas do campo com destinos as principais cidades do país, como *La Paz*, *Cochabamba* e *Santa Cruz de La Sierra*. Silva (1997) atribuiu esse êxodo rural a decadência do setor mineiro. Desta forma, o processo emigratório foi sucedido, por vezes, a migração. Não só o Brasil foi país receptor, a princípio até o final da década de 90, a Argentina recebia maiores fluxos de emigrantes bolivianos que trabalhavam na costura e no campo (SILVA, 1997; BAEZA, 2006; BENENCIA, 2006).

⁶³ Esse oficineiro boliviano casou-se no Brasil com uma imigrante boliviana que conheceu em uma oficina de costura na qual trabalhou e juntos tiveram três filhos brasileiros. Segundo ele, volta para a Bolívia agora somente para visitar a família.

costura ainda encontram-se vinculadas aos coreanos por meio da subcontratação. Apesar da aparente entrada dos bolivianos como proprietários das pequenas oficinas de costura, esses constituem ainda de forma predominante o trabalhador costureiro. Para ambos os casos, apresentar dados quantitativos exatos é tarefa árdua, pois, apesar de se tratar de um fluxo migratório contemporâneo, este é realizado ou mantido ilegalmente e o número de imigrantes se altera a cada dia. As estimativas a respeito são bastante divergentes

“[...] o Consulado da Bolívia calcula 50 mil indocumentados, a pastoral dos imigrantes acredita habitarem mais de 70 mil bolivianos indocumentados em São Paulo, sendo 35 mil só no bairro do Brás; o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma estimativa que varia entre 10 e 30 mil indocumentados; o Ministério Público fala em 200 mil bolivianos ao todo (regulares e irregulares), o Sindicato das Costureiras fala em 80 mil trabalhadores irregulares (o que inclui famílias brasileiras e bolivianas)” (CYMBALISTA; XAVIER, 2007, p. 6)⁶⁴.

Aclara-se que a indústria da moda constituiu e ainda constitui um nicho laboral privilegiado para os trabalhadores estrangeiros, onde desenham estratégias de mobilidade social e encontram as bases materiais para a manutenção do projeto migratório. Realidade esta igualmente presente em Nova Iorque, onde os trabalhadores estrangeiros empregados na indústria de confecção escreveram um importante capítulo do movimento sindical estadunidense ainda em princípios do século XX. Uma vez reconstituída, ainda que de maneira breve, a profunda relação entre imigração, produção e comercialização de vestuário em São Paulo e Nova Iorque, partimos agora para uma análise da mão-de-obra transnacional nas pequenas fábricas de confecção no contexto da reestruturação produtiva. Intentamos explicar seu crescimento e sua expansão a partir das regiões centrais das metrópoles em questão, localizando como estas se inserem na estrutura da indústria da moda e sua articulação com o mundo do trabalho.

1.5 *Sweatshops, talleres del sudor* e oficinas de costura: de alcunha a conceito

Uma notícia veiculada no dia 20 de outubro de 2010 sobre o IBGE, chamou especial atenção. Coletes usados pelos recenseadores foram costurados por quinze bolivianos ilegalizados em oficina de costura de proprietário boliviano, também indocumentado no

⁶⁴ De acordo com o IBGE, no último censo realizado em 2010, constavam 15.735 bolivianos no Brasil, residentes em sua maioria na capital paulista e região metropolitana.

Brasil. Essa descoberta se deu por meio de uma fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo (SRTE/SP), realizada em pequenas fábricas de costura no bairro de Casa Verde, na zona norte da capital paulista. Em resposta, o IBGE afirmou ter contratado outra empresa no estado do Paraná, vencedora da licitação milionária. A partir de então, essa empresa repassou o serviço de confecção dos coletes para outras empresas, dentre as quais a dos costureiros bolivianos que fora fiscalizada. O dono afirmou que haviam produzido três mil peças e dado o caráter emergencial da encomenda, o pagamento que normalmente seria de um real por cada peça pronta passou a ser um real e oitenta centavos. Para dar conta do prazo estabelecido pela contratante paranaense, cujo dono era brasileiro, os bolivianos da oficina iniciavam sua jornada de trabalho às seis e cinquenta da manhã e encerravam-na sempre após oito horas da noite.

Nos últimos dez anos, a divulgação midiática sobre o trabalho de costureiros imigrantes em condições análogas ao escravo na cidade de São Paulo tornou-se corrente⁶⁵, envolvendo grandes redes de supermercado, importantes lojas varejistas, algumas grifes nacionais e até mesmo as internacionais. Nesses casos, a contratação das confecções de trabalhadores imigrantes costuma envolver intermediários, como esclareceu Maria Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco em entrevista no dia 18 de dezembro de 2012, é comum que uma empresa grande:

“[...] pegue uma empresa pequena⁶⁶, só com o nome, CNPJ, endereço, tudo “bonitinho”, ela pega o serviço da grande e ali ela distribui para as [outras empresas] pequenas... [o intermediário] não é uma figura física, mas um CNPJ e existem muitos. Ele pega lá 200 mil peças da empresa, mas ele [por vezes] não tem nenhuma costureira registrada, ele só têm departamento pessoal, contador e pronto. Quem faz o serviço? Toda mão-de-obra é mão de obra terceirizada, “quarteirizada”, “quinteirizada”⁶⁷, escravizada, tudo isso.” (trecho da entrevista concedida por Maria Susicléia Assis no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, 18 de dezembro de 2012, São Paulo).

⁶⁵ No ano de 2012, algumas oficinas de costura com trabalhadores imigrantes foram encontradas nas proximidades da cidade de São José do Rio Preto e Americana, importante polo da indústria de confecção no interior de São Paulo. Foi a primeira denúncia de trabalho em condições análogas ao escravo na indústria de confecção fora da cidade de São Paulo e da sua região metropolitana.

⁶⁶ Comumente de proprietários brasileiros.

⁶⁷ Ao usar as palavras “quarteirizada” e “quinteirizada”, Maria Assis enfatizou um fenômeno de extrema pulverização existente entre as oficinas de costura étnicas paulistanas. Não raro, esse primeiro intermediário que foi diretamente contratado pela empresa comerciante, repassa a produção total, ou em parte, para outra(s) oficina(s) que podem repassar novamente parte da produção. O que as entrevistas por nós realizadas e por outros pesquisadores apontou, é que existe um intenso diálogo entre os oficineiros e contratantes estrangeiros, podendo um coreano repassar a encomenda para um boliviano e, assim, consecutivamente.

A descrição feita pela funcionária do sindicato é compatível com aquela divulgada nas notícias sobre as fiscalizações realizadas nas oficinas de costura, quando os fiscais encontram provas da ligação de uma grande empresa com a fábrica em questão⁶⁸. Por meio de um levantamento desse material⁶⁹, das entrevistas realizadas durante a pesquisa e da revisão bibliográfica, traçamos algumas características a respeito das oficinas de costura, como são chamadas pelos próprios imigrantes sul-americanos do setor. São pequenas fábricas, mormente possuem entre cinco e quinze trabalhadores, majoritariamente bolivianos, seguidos por uma minoria de outras nacionalidades, como paraguaios e peruanos. Cada trabalhador produz, em média, 500 peças por mês, em jornadas de trabalho de seis dias semanais que não raro excedem doze horas, podendo chegar a dezoito horas por dia quando há picos de encomenda. Os costureiros são predominantemente indocumentados, não recolhem direitos trabalhistas e recebem pagamento por peça costurada, variando entre 0,20 centavos a um Real a peça. As oficinas são locais de moradia e de trabalho, marcadas pelas condições insalubres e precárias⁷⁰, constituídas por pequenos espaços mal ventilados e superlotados, com instalações elétricas improvisadas e sem infraestrutura adequada.

As oficinas de costura acima descritas mostram uma peculiar passagem do trabalho doméstico para o trabalho fabril, onde a fábrica torna-se local de moradia do costureiro. Essa interseção explica e é explicada por um conjunto de fatores. Em relação ao que ela enseja, destacamos um maior controle do empregador (oficineiro) sobre o trabalho e o trabalhador. Habitar o local de trabalho permite as longas jornadas, a fiscalização do tempo de serviço e do tempo de descanso do funcionário, dificultando e até mesmo impedindo a sua transferência para outra oficina ou atividade laboral, além de facilitar a coerção não raro exercida pelos empregadores sobre os costureiros. Como nos contou o entrevistado D,

“Na oficina que eu moro tem mais cinco bolivianos, duas mulheres e três homens, tem dois que são família do dono da oficina que é boliviano e também costura, mas menos que nós, porque ele tem que cuidar de outras coisas, as encomendas, as entregas, ai sempre vai

⁶⁸ As próprias etiquetas das marcas comercializadas pelas grandes empresas ou das grifes são fundamentais para provar a ligação. A esse respeito, um costureiro boliviano por nós entrevistado declarou que as etiquetas costumam ser a última parte colocada nas peças e pouco antes das entregas. Com o crescente número de fiscalizações, os donos das oficinas tomariam maior cuidado para não associar a produção com a contratante final da cadeia, porque assim teriam regularidade nas encomendas feitas pelos intermediários.

⁶⁹ Levantamos diversas reportagens a respeito do tema em jornais, internet e televisão, entre os anos de 2001 e 2012. A primeira delas escrita pelo sociólogo peruano Albino Ruiz Lazo no jornal O Estado de São Paulo em 18/03/2001 com o título “Há escravos em São Paulo. Estão em prisões infectas nos subterrâneos do trabalho ilegal.”. Freitas (2009) realizou um excelente levantamento das notícias sobre as oficinas de costura na capital desde os anos 80.

⁷⁰ Em várias oficinas fiscalizadas, encontraram-se surtos de piolho e trabalhadores com tuberculose. Afora colchões entre as máquinas de costura, um único banheiro a ser dividido por todos, barulho excessivo das máquinas e uma série de outras irregularidades como fiação exposta e inadequada.

mais um pra ajudar... Dá pra costurar bastante porque costuramos em casa e a gente sai pouco, também não pode sair muito e São Paulo é caro... Ele [oficineiro] é bom para a gente, paga direito quando recebe em dia... na oficina que eu trabalhei antes, o dono era coreano e tratava a gente muito mal, sai de lá e prefiro trabalhar com boliviano. É difícil sair porque tem que ter lugar pra morar certo antes de sair, eu conheci essa oficina que estou agora aqui na praça [Kantuta], quando sai da outra ele [oficineiro] não pagou... é duro mesmo, tem que trabalhar bastante, na oficina de boliviano ou coreano, tem que trabalhar [...]”. (trecho de entrevista concedida pelo costureiro D, de origem boliviana, em dezembro de 2012, em São Paulo).

Segundo Maria Assis (entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2012 no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco), os empregadores coreanos, além de comporem ainda a maioria dos oficineiros ou contratantes das oficinas de costura dos sul-americanos⁷¹, são aqueles que recebem maiores queixas por parte dos imigrantes costureiros, principalmente bolivianos, que chegam ao sindicato. Em parte, essas queixas justificam-se pelo estranhamento, por parte dos sul-americanos, em relação com a “cultura laboral” rígida e as formas de tratamento comuns entre os coreanos. Por outra, diz respeito a uma preferência dos imigrantes costureiros em trabalhar com conterrâneos, onde existe identificação étnica e cultural, além de laços de camaradagem e familiaridade. Além disso, como esclareceu Silva (1999),

“É preciso considerar também um outro elemento, este de ordem mais conjuntural, pois os coreanos abdicaram de contratar mão-de-obra de seus próprios compatriotas, a partir do momento em que a imprensa passou a denunciar a existência de ‘trabalho escravo’ no interior da comunidade. Assim, a estratégia adotada por eles foi a terceirização do trabalho, delegando aos bolivianos a incumbência de contratar os seus próprios conterrâneos para realizá-lo, sob o regime de produção em que o ganho do trabalhador depende da quantidade de peças que for capaz de costurar.” (SILVA, 1999, p. 3).

Para os coreanos do setor, o evento acima descrito revelou-se eficaz. Além de repassar os perigos e custos da produção e da informalidade a outrem, deixam de lado a necessidade de angariar diretamente a mão-de-obra boliviana. Independentemente da trajetória imigratória dos trabalhadores bolivianos⁷², a proximidade entre oficineiro e costureiro imigrante coloca a

⁷¹ Como as pesquisas atuais sobre os imigrantes na indústria de confecção paulistana têm apontado, os coreanos estão deixando a propriedade das oficinas de costura para se concentrarem na comercialização e criação das roupas. Lentamente, os bolivianos estão assumindo o papel de oficineiros e sua produção não somente é destinada às grandes empresas e grifes, como, também, aos comerciantes coreanos e suas lojas da região central.

⁷² Freitas (2009) expôs três trajetórias sócio-espaciais típicas da imigração dos costureiros bolivianos. Na primeira estão os imigrantes que se tornaram costureiros ou oficineiros após uma inserção anterior na capital paulista. Na segunda, aqueles que já vieram da Bolívia a partir de anúncios das vagas de trabalho na costura ou por meio de colegas e amigos e, na terceira, aqueles que vieram da Bolívia por contatos familiares. Para os imigrantes de outras nacionalidades, essa tipologia das trajetórias também é válida, e observa-se que a indústria

relação entre empregador e empregado em terrenos onde sua relação se dá de maneira mais complexa. Esse ponto é comum nos trabalhos de Silva (1997), Azevedo (2005), Freire (2008) e Freitas (2009), assim como aparece na fala dos imigrantes costureiros.

A propósito da manutenção de certa estabilidade da mão-de-obra imigrante de baixo custo nas oficinas, soma-se a indocumentação e o desconhecimento sobre as leis migratórias brasileiras, que leva os costureiros à reclusão e à aceitação das condições de trabalho por medo da deportação⁷³. Esse sentimento, junto com a expectativa de mobilidade social ascendente é constantemente alimentado pelos empregadores. A explicação das oficinas de costura servirem de moradia aos costureiros imigrantes muitas vezes antecede sua própria chegada ao Brasil. No caso dos bolivianos, esta condição geralmente é acertada ainda no país de origem, onde o emigrante vislumbra ser esta mais uma vantagem dentre as quais encontrará com o projeto emigratório a São Paulo.

Transladar-se implica na participação de terceiros que não somente articulam os meios de fazê-lo, mas, também, indicam moradia e trabalho nos locais de destino. Aqueles que saem da Bolívia para costurarem nas oficinas da capital paulista o fazem por meio de contatos com familiares, amigos e conhecidos que já realizaram ou realizam essa imigração laboral ou ainda, por meio de empreiteiros de mão-de-obra que atuam nas principais cidades do país⁷⁴. Quer pela primeira, quer pela segunda forma, a migração transnacional de trabalhadores para o setor tem se enraizado nos dois polos desse deslocamento, no local de origem e no local de destino⁷⁵. Ao abordar o recrutamento de trabalhadores bolivianos nas principais cidades daquele país, Cacciamali e Azevedo (2006, p. 131-32) contemplam a discussão sobre o tráfico humano, onde um [...] aliciador busca engajar pessoas em atividades e/ou trabalhos nada afeito às normas laborais, tendo como único propósito a sua exploração.” Segundo os autores, esses imigrantes tornam-se vítimas de um trabalho forçado semelhante ao escravo⁷⁶, da servidão por dívida⁷⁷ e veem-se cerceados em sua liberdade. Silva (2005) nos fala que

de confecção paulistana é potencialmente criadora de redes de migração transnacional no continente.

⁷³ Algo válido, sobretudo, aos recém-chegados.

⁷⁴ A esse respeito, ver o excelente trabalho de Xavier (2010) desenvolvido no Brasil e na Bolívia.

⁷⁵ Nesse caso, falamos de São Paulo e Bolívia. Faltam estudos que tratem da imigração das demais nacionalidades de trabalhadores para a indústria de vestuário paulistana.

⁷⁶ No Brasil a lei n. 10.803/2003 legisla sobre o assunto. Seguimos os tratados e leis supranacionais como da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁷⁷ A servidão por dívida caracteriza-se pelo impedimento da vítima poder deixar o seu trabalho ou a terra onde trabalha até que sua dívida seja quitada. Ou seja, trabalhadores podem ser privados de sua liberdade por dívidas contraídas com adiantamentos por agentes de recrutamento e transporte, muitas vezes empreiteiros de mão-de-obra para proprietários de terra ou para outros setores (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, apud CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006, p.4). Essa é uma prática bastante recorrente nas oficinas de costura paulistanas. Além de cobrar os custos com o transporte, normalmente arcados pelos contratantes, estes cobram dos trabalhadores energia elétrica, alimentação e até mesmo o custo com os instrumentos de trabalho, no caso, a máquina de costura.

rádios e jornais locais de cidades como La Paz e Santa Cruz são importantes instrumentos de agenciamento, sendo que

“Alguns já chegam endividados, visto que o empregador assume os custos da sua viagem ao Brasil, além de lhes fornecer casa e alimentação. Criam-se, portanto, relações de dependência entre o empregado e o empregador, em que este exige daquele fidelidade por ter-lhe feito um ‘favor’.” (SILVA, 2005, p. 21).

Talvez resida nesse aspecto de mobilização da força de trabalho transnacional uma faceta mais impactante do que as demais motivações migratórias envolvidas no fenômeno. Desconsiderá-las, no entanto, resumiriam sobremaneira o entendimento da realidade e sua possível projeção futura. Uma vez estabelecidas redes imigratórias entre Brasil e Bolívia, os próprios atores dessa imigração laboral, os trabalhadores, tornam-se responsáveis pela manutenção desse processo nas cidades de origem e na cidade de destino. No entendimento de Portes (2001, p.120) “*El reclutamiento de trabajadores ha moldeado las orígenes y destinos de muchos flujos migratorios y les ha dado suficiente impulso para hacerlos autosustentables.*”⁷⁸. Se na cidade de São Paulo a atual presença de trabalhadores imigrantes vindos da América do Sul, sobretudo bolivianos, tem seu crescimento relacionado com a indústria de confecção, não se pode atribuir a mesma afirmação para o caso de Nova Iorque.

De acordo com o *New York State Department of Labor* (2010)⁷⁹, em 2009, 1,9 milhões de imigrantes compunham a classe trabalhadora da cidade, equivalendo a 43% do total dos trabalhadores. Até meados do século passado, a indústria de vestuário concentrava a maior parte da população imigrante da cidade. Conforme a diversificação econômica nova-iorquina, o crescimento do setor de serviços e a reestruturação produtiva do setor têxtil-vestuário que transferiu boa parte da produção para outros países, o número de empregos na indústria de confecção vem caindo ano após ano. Oficialmente, a indústria de vestuário passou a ser a décima nona empregadora dos imigrantes laborais, com 54.160 trabalhadores empregados que correspondem a 89% do total dos trabalhadores dessa indústria em Nova Iorque⁸⁰. As nacionalidades de maior presença no setor são os porto-riquenhos, chineses, mexicanos e coreanos, sendo que o rendimento por hora de trabalho como costureiro nas

⁷⁸ “O recrutamento de trabalhadores moldou as origens e destinos de muitos fluxos migratórios e lhes deu impulso suficiente para fazê-los autossustentáveis”. (PORTES, 2001, p. 120, tradução nossa).

⁷⁹ Disponível em <https://www.labor.ny.gov/immigrants/>

⁸⁰ Dados do *U.S. Census Bureau* de 2000 publicados em 2002. No momento de produção do presente texto, os dados do último censo, referentes a 2010, não estavam disponíveis. Sabe-se, porém, que tais números não correspondem com a realidade, uma vez que o número de imigrantes na indústria de confecção não contabilizados é muito grande.

confeções legalizadas era de 12.42 dólares em 2010⁸¹. Nas *sweatshops* clandestinas, o ganho do trabalhador é por peça, assim como no Brasil, girando em torno de 2% do valor final do produto. A indústria de confecção faz parte do que Sassen (1991) cunhou “setor manufatureiro degradado”, em referência as atividades de menor rendimento e maior exaustão, largamente ocupadas pelos imigrantes nas grandes cidades estadunidenses.

Como podemos observar, apesar da diminuição dos postos de trabalho formais na indústria de vestuário nova-iorquina, estes continuam a ser dominados por trabalhadores imigrantes. Trata-se de um nicho laboral destinado, sobretudo, aos estrangeiros recém-chegados à cidade, que não emigram com o objetivo específico de trabalhar como costureiro ou contratados em seus países de origem para tal, mas que encontram nos “*talleres del sudor*” um primeiro emprego comumente indicado por amigos e familiares (CHIN, 2005; MARRONI, 2006). As fábricas são assim chamadas pelos imigrantes hispânicos em referência ao termo em inglês *sweatshop* (fábrica de suor). Apesar de o termo ser largamente usado em referência as unidades produtoras de vestuário, originalmente diz respeito a “[...] *an employer that violates more than one federal or state labor Law governing minimum wage and overtime, child labor, industrial homework, occupational safety and healthy, workers’ compensation, or industry regulation.*”⁸² (HUM, 2003, p. 306). A alcunha de *sweatshop* foi conquistada pela indústria de confecção ainda na virada do século XIX para o século XX, por apresentar características muito semelhantes com as atuais oficinas de costura paulistanas. A grande novidade, portanto, não se encerra na produção de vestuário em tais condições, mas, sim, na força de seu reaparecimento na cidade de Nova Iorque a partir do final dos anos 70 (WALDINGER, 1984).

O ressurgimento das *sweatshops*, contudo, não é consensualmente afirmado pelos estudiosos nos Estados Unidos, para o que pesa o forte deslocamento da indústria de confecção para os países asiáticos como China, Bangladesh, Vietnã e Paquistão. Segundo May Chen, em entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2012 no *Murphy Institute*, além da reestruturação produtiva do setor, contribuem para essa negligência o diminuto tamanho das fábricas e o fato de que elas se encontram mais escondidas hoje do que em tempos anteriores. Como ela nos disse

“[...] the reality is, to me, there is really more sweatshop than that used to be, for a number of reasons. One is the lost of union shops,

⁸¹ Disponível em <http://www.bls.gov/ooh/production/sewers-and-tailors.htm>

⁸² “Um empregador que viola mais de uma lei trabalhista federal ou estadual sobre salário mínimo e hora extra, trabalho infantil, indústria domiciliar, segurança e saúde ocupacional, compensações aos trabalhadores, ou regulamentação industrial.” (HUM, 2003, p. 306, tradução nossa).

when the union was very strong in the garment industry in New York, the union provided more regulation against the sweatshops and helped the workers to make complains and to enforce the required standards...Another reason is the government labor department, because this industry is much smaller as turned attention to another industries...they cannot regulate everybody all the time, they do not have enough inspectors. The last thing is a kind of structural system in the garment industry that creates sweatshops because these need to produce for the lowest price... you have five factories trying to get a work order and the one that can give the lowest price get the order.” (trecho da entrevista concedida por May Ying Chen, no The Murphy Institute, 12 de setembro de 2012, Nova Iorque)⁸³.

A produção realizada pelas pequenas fábricas dos imigrantes, não importando o comerciante final a que se destina, sempre é realizada a preços baixos. Mesmo os estrangeiros donos das oficinas ficam com uma pequena parte do valor total da peça produzida e faz-se fundamental para sua existência retirar os lucros a partir da mão-de-obra dos costureiros. Deve-se acrescentar a competição que existe entre os oficinheiros para ficar com as encomendas, na qual pesa como fator de distinção a produção em menor tempo. O ponto mais fraco desse elo é, portanto, o trabalhador costureiro. Diante dessa realidade, o que possibilita para a indústria de confecção angariar trabalhadores imigrantes e mantê-los com certa estabilidade? Sem dúvidas, a resposta encontra-se relacionada com o fato de que os donos das oficinas de costura e das *sweatshops* são, igualmente, imigrantes. Além da subjetividade do trabalhador imigrante⁸⁴, existe um capital social da imigração que é privilegiadamente mobilizado pelos empregadores estrangeiros, pois sabem mobilizar os recursos das redes imigratórias.

Uma primordial diferença se estabelece na comparação entre as atuais indústrias de confecção que se utilizam de trabalhadores imigrantes na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque. Na primeira metrópole, observa-se seu potencial de criação das redes imigratórias transnacionais, enquanto na segunda metrópole, observa-se seu potencial de

⁸³ “[...] a realidade é, para mim, existe mais *sweatshops* do que costumavam existir, por uma série de razões. Primeiro, pela perda das fábricas no sindicato, quando o sindicato era muito forte na indústria de vestuário em Nova Iorque, o sindicato fornecia maior regulação contra as *sweatshops*, ajudava os trabalhadores a fazer reclamações e fazer cumprir os padrões exigidos... Outra razão é o departamento de trabalho do governo, porque essa indústria esta muito menor a atenção se voltou para outras indústrias... eles não podem regular todo mundo o tempo todo, eles não tem inspetores suficientes. A última causa é um tipo de sistema estrutural na indústria do vestuário que cria *sweatshops* por causa da necessidade de produzir pelo preço mais baixo... você tem cinco fábricas tentando pegar uma encomenda de trabalho e aquela que consegue oferecer preço mais baixo fica com o serviço.” (trecho da entrevista concedida por May Ying Chen, no The Murphy Institute, 12 de setembro de 2012, Nova Iorque, tradução nossa).

⁸⁴ Fazemos referência, entre outras, a tendência do trabalhador imigrante em trabalhar exaustivamente para juntar um pecúlio para o posterior retorno ou permanência em melhores condições, ou, ainda, enviar remessas aos familiares ou trazê-los ao país de destino. No caso da indústria de confecção, acrescenta-se que o ganho é por peça e que o local de trabalho é o local de moradia em muitos casos.

mobilizar as redes imigratórias transnacionais já estabelecidas. Tendo em vista essa observação, pontuaremos suas semelhanças.

A primeira delas requer um olhar sobre as cidades e a indústria da moda. Ambas cediam importantes eventos do universo da moda, como a São Paulo *Fashion Week* e a *New York Fashion Week*⁸⁵, realizadas anualmente. Concentram grande número de cursos técnicos e superiores voltados a formação de profissionais para o setor têxtil-vestuário, além de um poderoso comércio atacadista e varejista de roupas, voltados a todos os estratos econômicos não só das próprias cidades, como de todo o país⁸⁶. Pode-se afirmar que são referências para o mundo *fashion* e locais estimados dos ícones e tendências da moda na América do Sul e na América do Norte. Essa prerrogativa explica, em parte, a manutenção da indústria de confecção em São Paulo e Nova Iorque, mesmo diante dos processos de desindustrialização e de inchaço do setor de serviços pelos quais tem passado as grandes cidades mundo afora (GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004).

Um resumo desses fatores no que diz respeito a esfera do consumo pode ser pensado em termos da (re)construção constante da identidade por meio da moda, referentes a um sujeito urbano e a um modo de vida urbano, fluído e cosmopolita, unindo mercado e mercadoria, como pensado por Lefebvre (1999). No que tange a produção, a permanência do trabalho intelectual e imaterial nessas capitais justifica-as como centro da indústria da moda, ainda que a produção material estivesse ausente.

A proximidade com um potencial mercado consumidor e a continuidade das “funções inteligentes” em São Paulo e Nova Iorque são fatores de estímulo em comum para a indústria de vestuário. Para a indústria de vestuário que se utiliza de trabalhadores imigrantes, essas metrópoles exercem atração em especial sobre os costureiros. Grandes cidades oferecem maiores possibilidades de inserção laboral, o que inclui os estrangeiros e suas redes transnacionais; funciona como um local de destino mais seguro ao imigrante, sobretudo o indocumentado, tornando-se este apenas mais um entre a multidão de imigrantes históricos e contemporâneos que somaram às cidades. Portes (2001) nos fala da preferência de longa data dos imigrantes por grandes espaços urbanos, assim como, sua tendente aglomeração nas áreas centrais. Sabemos que do núcleo da cidade de São Paulo e da cidade de Nova Iorque que a

⁸⁵ A semana de moda de Nova Iorque ocorreu durante o período em que realizamos nossa pesquisa na cidade. Ficamos impressionados com as mudanças que ocorreram na metrópole por ocasião do evento e com a sua influência sobre os nova-iorquinos. Uma verdadeira celebração da moda, compartilhada por todos.

⁸⁶ De acordo com estudo da *New York City Economic Development Corporation* (2012), na cidade de Nova Iorque, em média 15 bilhões de dólares anuais são movimentados pela indústria da moda (www.nycfashioninfo.com). Em São Paulo, 1,5 bilhões anuais somente no bairro do Bom Retiro (KONTIC, 2007).

ligação entre a indústria de confecção e as populações estrangeiras teve sua origem.

Uma análise sobre a dinâmica espacial urbana das confecções de mão-de-obra estrangeira demonstra sua disseminação a partir das áreas centrais. No caso de São Paulo, a região metropolitana⁸⁷ presencia um aumento das oficinas de costura e, conseqüentemente, da população sul-americana residente. Souchaud (2010) demonstrou que enquanto a concentração dos coreanos nos bairros centrais, tradicionalmente produtores de vestuário é intensa, vem ocorrendo uma dispersão dos bolivianos para outros bairros da capital e sua região metropolitana. Apesar da tendência, o centro concentra ainda a maior parte dos trabalhadores andinos. Seguindo a indicação do autor de que os coreanos tem se concentrado na produção imaterial, cedendo lugar aos bolivianos na propriedade das oficinas de costura, uma análise demográfica dessa dinâmica territorial pode indicar o afastamento da etapa produtiva material para fora da área tradicional, em um processo semelhante ao ocorrido no *Garment District*. Outra explicação é dada pelas constantes fiscalizações realizadas pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo, responsáveis pelo afastamento das oficinas para áreas “menos visadas”.

Em Nova Iorque, a dispersão das *sweatshops* segue a direção dos bairros em distritos de maior concentração dos imigrantes. De acordo com Hum (2003), no ano de 2001, somente na vizinhança do *Sunset Park* existiam 384 fábricas de vestuário, empregando mais de 10.000 trabalhadores estrangeiros. Em uma força tarefa investigativa sobre as *sweatshops* realizada pelo *New York State Department of Labor* no ano de 2002, as áreas de maior concentração apontadas estavam em *Chinatown*⁸⁸, no *Brooklyn*, no *Queens*⁸⁹ e no *Bronx*. Encontraram 1.810 violações⁹⁰ em 1.295 diferentes fábricas nesses distritos que empregavam 7.774 trabalhadores. No total, foram investigadas 3.423 fábricas de vestuário onde os trabalhadores tinham origem hispânica (dominicanos e mexicanos) e asiática (chineses e coreanos), com proprietários predominantemente vindos da República Dominicana, da China e das Coréias do Sul e do

⁸⁷ A RMSP compreende 39 municípios ao redor da cidade. Souchaud (2010) aponta a dispersão dos bolivianos em maior parte para Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, Osasco, Cajamar, Diadema e São Bernardo, além de outros bairros próximos ao centro da capital paulista. A maior concentração, no entanto, ainda ocorre no Bom Retiro, no Pari, no Brás e no Belém. Ver anexo 5.

⁸⁸ As *sweatshops* de *Chinatown* são percebíveis por um transeunte atento. Tal qual nas oficinas de costura paulistanas, as janelas ainda são cobertas por jornais quando em andares baixos. Nos pisos superiores essa preocupação é menor e os trabalhadores podem ser observados atrás das máquinas de costura. Muitas confecções dessa região funcionam nos antigos prédios de arquitetura *tenement* e servem de moradia, sobretudo, aos imigrantes chineses.

⁸⁹ No *Queens*, a produção e o comércio de vestuário estão fortemente ligados aos enclaves étnicos. Na *Little India*, por exemplo, prevalece a moda indiana.

⁹⁰ Não possuíam registro de funcionamento 433 fábricas, estavam com os pagamentos atrasados 392 fábricas, não respeitavam o pagamento mínimo de 8,69 dólares/hora 123 fábricas, funcionavam como local de moradia 25 fábricas, empregavam menores de 18 anos 8 fábricas, violavam uma ou mais leis 829 fábricas. A maioria não cumpria os requisitos relativos a segurança e saúde do trabalhador.

Norte. Como podemos observar, são pequenas confecções que possuem em média seis trabalhadores, quase em sua totalidade, imigrantes indocumentados.

A indocumentação dos trabalhadores imigrantes é fator comum às oficinas de costura paulistanas, implicando em um mecanismo perverso de controle sobre os costureiros. Por um lado, a estadia ilegalizada torna-se instrumento de coerção nas mãos dos empregadores e, por outro, impede que os trabalhadores com esse status jurisdicional requeiram seus direitos trabalhistas de acordo com as leis brasileiras. Além das condições precárias do ambiente de trabalho e moradia, da não rara servidão por dívida, uma prática bastante comum é o atraso no pagamento do trabalho medido por peça costurada. Se um determinado trabalhador tem que receber pela costura de n peças em certa encomenda, só terá seu rendimento total, ou parte dele, após realizar o trabalho de outra encomenda. Assim, o imigrante costureiro sempre tem pagamentos em haver, o que o impede muitas vezes de deixar determinada oficina. O baixo rendimento do trabalho por produção é outra característica, apesar das longas jornadas, os lucros obtidos raramente ultrapassam os 500 reais, ficando abaixo do salário mínimo estadual e da categoria⁹¹, que em 2012 foi reajustado para 676 reais. Acrescenta-se que nas pequenas fábricas onde os donos são imigrantes, surgem relações de compadrio e afinidades culturais e étnicas.

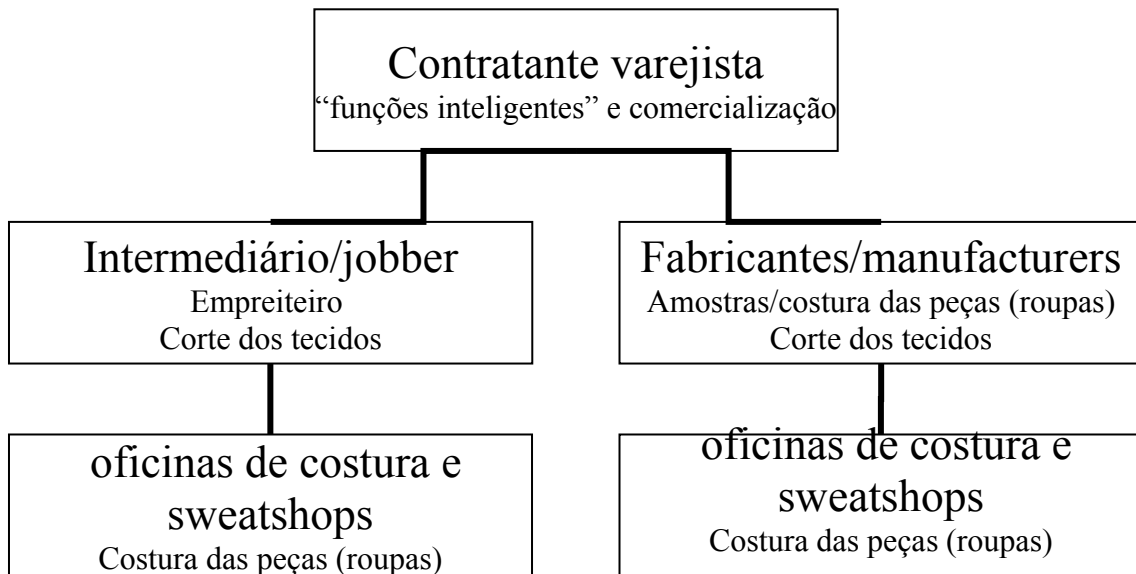
Tanto em São Paulo quanto em Nova Iorque, as fábricas de costura concentram trabalhadores imigrantes com pouca ou nenhuma qualificação profissional. O aprendizado necessário para a função de costureiro é geralmente adquirido no próprio ambiente fabril⁹² e circunscreve-se ao uso da máquina de costura⁹³. Isso porque, conforme já descrevemos anteriormente, as *sweatshops* e as oficinas de costura realizam somente a produção material das peças, ou seja, transformam os tecidos, não raro já cortados, em roupas para vestir. O *design*, a quantidade e tamanho das peças, seus insumos, sua distribuição e comercialização são responsabilidade das contratantes, que podem ser marcas, grifes, grandes redes de lojas e hipermercados e as pequenas lojas, como também os fabricantes com marca e/ou loja própria que repassam parte da produção, os *manufacturers*. Nesse cenário onde a etapa de produção

⁹¹ Os costureiros estaduais possuem quatro pisos salariais distintos.

⁹² Maria Assis, em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2012 no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, nos disse que alguns bolivianos já procuram os cursos de qualificação profissional fornecidos gratuitamente pelo sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

⁹³ Dentre as principais máquinas de costura industriais temos a Overlock, a Galoneira, a Zigue-zague e a Pespontadeira, todas com funções específicas e exigentes de conhecimento técnico próprio e limitado para serem manejadas. É comum que nas oficinas de costura os trabalhadores imigrantes utilizem sempre a mesma máquina e não tenham conhecimento prévio sobre as demais. Em conversa com um costureiro de origem boliviana, fui informada de que o trabalho realizado com a Overlock é melhor pago, pois exige maior destreza do trabalhador. Já foi acrescentado nesse tipo de maquinário tecnologia computadorizada com base microeletrônica sendo de uso, porém, ainda restrito a grandes empresas do ramo.

desvincula-se da concepção e da distribuição, existem também os intermediários ou *jobbers*, como são chamados nos Estados Unidos (SOYER, 2005), responsáveis por fazer a ponte entre os diferentes tipos de contratantes e as oficinas de costura e as *sweatshops*, podendo ser uma pessoa física ou jurídica. Abaixo representamos graficamente a organização da produção a partir dos contratantes e a relação com as oficinas de costura e *sweatshops*, identificando as funções típicas de cada um.



Fonte: elaboração própria.

O gráfico acima foi elaborado de maneira a simplificar a visualização da cadeia de subcontratação da indústria de confecção em São Paulo e em Nova Iorque. No entanto, algumas complicações devem ser acrescentadas. A primeira delas diz respeito a uma descentralização geográfica que pode ocorrer entre os participantes, nesse caso, somente as oficinas de costura e as *sweatshops* estariam necessariamente instaladas nas metrópoles em questão. Outra é referente aos fabricantes/*manufacturers*, pois eles podem ser comerciantes diretos no atacado e no varejo das roupas produzidas nas oficinas de costura e nas *sweatshops*. Nesse caso são também contratantes diretos e costumam se localizar nas mesmas cidades das oficinas de costura e das *sweatshops*, podendo, inclusive, empregar costureiros imigrantes em suas oficinas próprias. Aqui se encontram os imigrantes que possuem lojas nas capitais e o que a literatura indica é que eles estão paulatinamente delegando a produção material das peças, seguindo o caminho das grandes varejistas. Por fim, as próprias oficinas de costura e *sweatshops* podem comercializar sua produção na informalidade das ruas, indicando o caminho para o oficineiro da mobilidade social ascendente alçada pelos imigrantes em períodos anteriores.

Entrar para o ramo de produção de vestuário é tarefa relativamente fácil, pois é necessário um baixo investimento inicial e os compradores da produção são encontrados sem maiores dificuldades. Isso possibilita aos trabalhadores costureiros imigrantes montarem suas próprias oficinas, empregando familiares e conterrâneos, sobretudo, na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque, polos de imigração e de consumo. Na busca pela redução dos custos com o trabalho que levou parte produtiva das economias centrais do globo às áreas periféricas, a indústria de confecção que se manteve nas capitais da moda proporciona igual vantagem a custos ainda menores e com o prestígio das etiquetas *made in USA* ou *made in BRAZIL*. Exceções são as empresas da indústria da moda de vestuário que ainda não adotaram a primeira ou a segunda estratégia, seguindo a regra a tendência da subcontratação nos últimos trinta anos. Retomando Harvey (2010) por meio de um excerto de excelente justeza

“[...] a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes a da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. O retorno de formas de produção que envolvem exploração em cidades como Nova Iorque, Los Angeles e Londres, se tornou objeto de comentários na metade dos anos 70 e proliferou, em vez de diminuir, na década de 80... Contudo, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas (com frequência dominadas por novos grupos de imigrantes em grandes cidades, como filipinos, sul-coreanos, vietnamitas e naturais de Taiwan em Los Angeles, ou indianos e nativos de Bangladesh no leste de Londres) representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (como os haitianos em Miami ou Nova Iorque), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego.” (HARVEY, 2010, p. 145).

O aspecto contraditório das oficinas de costura e das *sweatshops* é compatível com a leitura feita por Harvey (2010), assim como suas consequências para os trabalhadores costureiros. Daí a necessidade em revisitarmos a mobilidade social ascendente dos imigrantes dentro do setor, enraizadas na história da indústria da moda em São Paulo e em Nova Iorque. Isso porque o vigoroso crescimento das oficinas de costura e das *sweatshops* nessas cidades a partir dos anos 80 explica-se pelo contexto amplo de reestruturação produtiva, mas, também, pela ligação histórica entre os imigrantes e o setor. Desta forma faz-se necessário pensar o

trabalhador costureiro e o dono imigrante das pequenas fábricas, pontuando o que diferencia e aproxima costureiros e oficineiros. Essa discussão tem sido levada a cabo nos Estados Unidos por meio do empreendedorismo étnico, tal qual o estudo de Waldinger (1984) sobre as *sweatshops* nova-iorquinas. Igualmente enriquecedor para a compreensão das oficinas de costura em São Paulo e das *sweatshops* em Nova Iorque é pensar no trabalhador imigrante enquanto participante de uma classe de trabalhadores transnacionais e nas vicissitudes que decorrem dessa particularidade para o mundo do trabalho nas regiões de destino. Parte considerável das pesquisas nacionais sobre imigração contemporânea para o Brasil tem seguido esses caminhos. Não por acaso a indústria de confecção paulistana esbarra em tantas delas, demonstrando que a imigração laboral contemporânea é tema pungente para as nossas ciências sociais, tendo que o Brasil, uma vez mais, retoma sua importância no cenário mundial dos deslocamentos populacionais.

2 OS TRABALHADORES TRANSNACIONAIS E AS GRANDES CIDADES

2.1 Imigração e trabalho: temas da mão-de-obra transnacional

Estimativas da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas calculam que 214 milhões de pessoas residam fora de seus países de origem (UNFPA, 2011). O massivo deslocamento populacional por entre as fronteiras nacionais deve sua atualidade, em grandiosa parte, aos imigrantes laborais. Embora não componham uma classe trabalhadora homogênea, observa-se que a circulação de trabalhadores pouco qualificados, em idade ativa e que permanecem sazonalmente no exterior sob o status jurisdicional de ilegalizado é substancialmente maior que as demais categorias de trabalhadores imigrantes. Sem dúvidas, essa afirmação encontra-se privilegiadamente asseverada nos Estados Unidos, um país que demonstrou de maneira ímpar a ampliação dos imigrantes de diferentes origens ao longo do século XX e início do XXI⁹⁴. No continente sul-americano, o Brasil retoma posição de destaque enquanto país receptor, ao passo que ainda se mantém como fornecedor de mão-de-obra para países da Europa e da América do Norte⁹⁵.

Tendo em vista a fundamental importância que os imigrantes assumem no mercado de trabalho dos países de destino, inúmeros pesquisadores dedicados aos estudos do trabalho atentam para as peculiaridades dos trabalhadores transnacionais, assim como para as vicissitudes de suas presenças nos países e nas cidades receptoras. Igual destaque é projetado nos países, regiões e cidades de origem dos imigrantes. A migração transnacional traz

⁹⁴ Em 2010, conforme o *U. S. Census Bureau*, quase 40 milhões de estrangeiros residiam nos Estados Unidos, representando aproximadamente 13% da população total do país. Os imigrantes da América Latina e Caribe somavam 21,224 milhões, predominantemente mexicanos (11,711 milhões), seguidos pelos asiáticos com 11,284 milhões. Os estados com maior número de imigrantes eram a Califórnia (27%), Nova Iorque (22%) e *New Jersey* (21%). Metade dos imigrantes está na faixa etária entre 18 e 44 anos e 80% estão entre 18 e 64 anos, sendo que 54% dos imigrantes são do sexo masculino. Em uma comparação entre os nativos e os estrangeiros acima dos 16 anos que estavam empregados, 68% dos imigrantes trabalhavam, enquanto 64% dos estadunidenses trabalhavam. No estado de Nova Iorque, 21,7% da população era estrangeira, 10,1% das empresas tinham donos de origem asiática e 9,9% eram de donos hispânicos. Na capital do estado, 36,8% dos habitantes eram estrangeiros, 28,6% tinham origem latino-americana e 12,7% origem asiática. Quanto as empresas, 16,3% eram de donos asiáticos e 15,1% de donos hispânicos, predominantemente pequenas empresas.

⁹⁵ De acordo com o IBGE (2010), o último censo registrou aproximadamente 140 mil estrangeiros no país. Somados aos 174,6 mil brasileiros que retornaram ao país após um período de mais de cinco anos no exterior, o crescimento do número de imigrantes (nacionais e estrangeiros) em relação ao censo anterior, realizado em 2000, foi de 86,7%. Dados do último censo para os brasileiros emigrantes falam em 491,645 mil brasileiros residentes no exterior, sendo que 60% estão na faixa etária de 30 a 34 anos e 53,8% são mulheres. Ainda somos um país notadamente emigrante.

consequências e explica-se, concomitantemente, pelas áreas de onde partiram os trabalhadores que decidiram deixar definitivamente, ou provisoriamente, suas pátrias mães. Uma análise conjunta dos locais de origem e dos locais de destino dos imigrantes se impõe metodologicamente aos estudos migratórios, aos quais contribuem um olhar sobre os percursos e os meios do deslocamento (FAUSTO, 1991).

Embora essa exigência seja insuprível nos limites do presente trabalho e exceda as necessidades imediatas de seu objeto – os trabalhadores imigrantes das *sweatshops* nova-iorquinas e das oficinas de costura paulistanas, suas representações e subjetividades – dedicamos este item às principais alterações provenientes das reflexões sobre os polos das migrações internacionais que se estabelecem a partir do deslocamento, tanto “dentro” quanto “fora” do indivíduo imigrante, assim como suas ligações. Não enfocar grupos étnicos e nacionais em específico, mas sim em imigrantes exercendo determinada atividade laboral; deixar submersos seus locais de origem e emergir seus locais de destino faz-se necessário; porém, tais escolhas não exclui que utilizemos um instrumental teórico com tais preocupações. Ao contrário, a eles recorreremos para uma leitura histórica do setor têxtil-vestuário e para o entendimento da categoria de trabalhadores aos quais dedicamos nosso estudo. Partimos do pressuposto de que tais trabalhadores, os estrangeiros, diferenciam-se dos demais por sua “natureza imigrante”, assim como pelo conjunto de elementos diversos que figuram em relação a estes nos locais de suas origens e nos locais de seus destinos.

Um exame sobre o Brasil e sobre os Estados Unidos demonstra a relevância histórica da imigração para seus contextos nacionais. Esse predicado de apresentar estrangeiros de inúmeras nacionalidades e seus descendentes pesa enquanto um fator explicativo da atração dos novos fluxos migratórios, contudo, não atua isoladamente. Na realidade, o debate acerca das motivações migratórias reside em um conjunto alternante de concepções super e subsocializadas da ação humana, assim como os movimentos migratórios explicam-se por uma somatória de fatores apoiados em explicações **macroestruturais** e **microcasuísticas** (MARRONI, 2006).

No que diz respeito a esta primeira, a fragilidade econômica das áreas expulsoras de mão-de-obra rumo às áreas de maior desenvolvimento econômico traz a pobreza e o desemprego como principais “fatores de repulsão” enquanto as possibilidades de empregos e melhores salários apresentam-se na forma de “fatores de atração” (SASSEN, 2010). Tal leitura implica pensar a imigração laboral como a busca de uma mobilidade social ascendente

em termos econômicos⁹⁶ e encontra substancial apoio nas remessas da migração internacional. Trata-se do dinheiro enviado pelo trabalhador imigrante aos seus países de origem, capital econômico que circula de maneira formal através de instituições financeiras ou informalmente nos bolsos de viajantes. De acordo com o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2004), no ano de 2003, mais de 38 bilhões de dólares foram enviados por imigrantes para seus países de origem. Parte considerável dos remetentes desse dinheiro encontra-se em países da América Latina, recebendo-o a partir de parentes que trabalham nos Estados Unidos, prioritariamente. No ano de 2004, o México aparecia como o maior receptor de remessas em volume de capital, aproximadamente 40% do total destinado à região latino-americana, embora sua participação no quadro geral tenha caído desde os anos 80. No mesmo período, a América do Sul apresentou crescimento, com destaque para o Brasil, que passou a ser o segundo maior receptor em volume de capital das remessas.

Embora as remessas da migração internacional sejam importante fonte de renda para os países mais populosos e com maior desenvolvimento econômico da América Latina, essas assumem importância ainda maior para os países com menor número de habitantes e menor desenvolvimento econômico, chegando a representar quase um terço do produto interno bruto (PIB) de alguns deles, como ocorre no Haiti. No caso da Bolívia, país de origem predominante entre os costureiros imigrantes em São Paulo, Hirsch (2008) nos fala que de acordo com o Centro Boliviano de Economia (CEBEC), as remessas apresentaram significativo crescimento na última década, representando a segunda maior fonte de renda do país, ficando esta atrás, apenas, da exportação de gás natural.

O dinheiro das remessas é essencial à economia dos países de origem dos imigrantes, assim como para a manutenção dos destinatários, comumente familiares que permaneceram⁹⁷. Igualmente, representam a possibilidade de formar um pecúlio para o investimento no posterior retorno do próprio trabalhador que emigrou. O lucro do trabalho no exterior é contabilizado pelo imigrante nas duas moedas nacionais, a do país de origem e a do país de destino, onde a conversão cambial explica, em parte, a vantagem econômica do projeto imigratório, apesar dos baixos salários e das longas jornadas a que estão submetidos parte

⁹⁶ O debate sobre a mobilidade social ascendente é bastante amplo, uma vez que além de considerar a comparação entre os países de origem e os países de destino, contempla outras esferas como: a participação política, o acesso à educação e a formação profissional, o consumo de vários bens e até mesmo a experiência imigratória. Os diversos estudos realizados com comunidades imigrantes de fluxos históricos e contemporâneos, no Brasil e nos Estados Unidos, demonstrou que o período de estadia no exterior reflete diretamente no grau de participação e na busca por mobilidades ascendentes nos países de destino. Para aqueles que decidiram permanecer em definitivo, a mobilidade social ascendente é estudada geracionalmente.

⁹⁷ Dentre os onze bolivianos por nós entrevistados, enviam remessas para a família na Bolívia com certa regularidade.

massiva dos imigrantes laborais. Tendo que a valorização monetária funciona como um fator de atração, cabe atentar que o Dólar estadunidense e o Real brasileiro são as moedas mais fortes da América do Norte e da América do Sul, respectivamente.

O câmbio monetário consta de maneira íntima no cotidiano dessa classe de trabalhadores transnacionais, demonstrando sua capacidade em mobilizar capital por entre as fronteiras nacionais e em utilizar mecanismos informais de circulação financeira. Se o trabalho como costureiro nas oficinas de costura ou nas *sweatshops* não traz renda significativa em comparação aos parâmetros das metrópoles, quando relacionado aos países de origem, se traduzem em efetivos ganhos salariais. O argumento da conversão cambial como um fator de atração mostrou-se válido para as imigrações contemporâneas, pertencentes ao cenário exposto pela globalização. Existem ainda outros determinantes **macroestruturais** explicativos dos fatores de atração e dos fatores de repulsão com profundos prolongamentos para o fenômeno migratório.

Marcante entre eles é a atuação do Estado, tanto dos países de origem quanto dos países de destino das migrações internacionais. A história dos movimentos migratórios revela o potencial que os Estados nacionais possuem em criar fatores atrativos e fatores repulsivos aos movimentos populacionais (FAUSTO, 1991; PORTES, 2001; SASSEN, 2010). No que tange a imigração laboral ao Brasil e aos Estados Unidos, não faltam exemplos a serem lembrados da atuação dos governos no recrutamento direto de mão-de-obra no exterior. Em proveito de nosso objeto de pesquisa, cabe mencionar o acordo entre Brasil e Coreia do Sul realizado nos anos de 1960 que abriram as fronteiras para o primeiro fluxo quantitativamente considerável de sul-coreanos no país, ou ainda, o acordo bilateral entre Brasil e Bolívia sobre a regularização migratória, promulgado em 2005.

Nos Estados Unidos, inúmeros foram os acordos realizados com diferentes nações para atrair trabalhadores estrangeiros. Um marco a ser apontado entre estes foi o *The Mexican Farm Labor Program*, conhecido como *The Bracero Program*, assinado em 1942 e suspenso em 1964. O Programa Bracero deu início ao segundo período das imigrações para o país, notadamente marcado pela entrada dos imigrantes hispânicos (MASSEY, DURAND e MALONE, 2002; NGAI, 2004; DURAND, 2007). Posturas ambíguas marcaram a ação do Estado brasileiro e do Estado estadunidense em relação às suas políticas migratórias. Pode-se dizer que em momentos de escassez de mão-de-obra ou a fim de atender projetos para a nação, como a construção de parcerias em âmbito das relações internacionais, as fronteiras

foram abertas⁹⁸. Do contrário, quando a imigração em si ou de grupos específicos de imigrantes era ou é tida como ônus, fecham-se as portas de entrada com políticas restritivas à imigração, fiscalização ostensiva das fronteiras e rotas, assim como se acentuam as deportações. Sem hesitação, o status jurisdicional conferido ao imigrante é sobrestante de sua permanência e enseja as condições da mesma, traduzindo a vontade soberana do Estado.

Em ambos os países, uma tênue diferença acerca da definição de imigrante ilegal e de imigrante clandestino é feita por lei. Estrangeiro ilegal é aquele que entrou no país legalmente e excedeu o limite de tempo de permanência para o qual seu visto foi conferido, enquanto o clandestino entrou sem permissão alguma, não constando nos registros oficiais de alfândega. Quer de uma forma, quer de outra, as consequências para o estrangeiro em sua estadia são as mesmas, a indocumentação traz a ilegalidade jurídica que os isenta de serem cidadãos plenos de direitos e de deveres, incluso enquanto classe trabalhadora. O status criminoso é carregado pela alcunha de ilegal, no Brasil e de *alien*, nos Estados Unidos (SILVA, 2005; AZEVEDO, 2005; NGAI, 2008; STEIN, 2011).

O volume de imigrantes indocumentados nos dois países, sobretudo naquele da América do Norte, demonstra, no entanto, que as portas estão “entreabertas”, e que nenhum ser humano e trabalhador é ilegal. Se a condição de ilegalizado dificulta sua permanência e como apontam vários estudiosos, é decisória para que a imigração seja temporária, ela não impede ou diminui os fluxos migratórios transnacionais. A própria imigração, enquanto um fenômeno social, se autorreproduz nos meandros da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Décadas de hegemonia econômica e cultural (colonialismos e neocolonialismos) são seguidas pela ampliação das políticas internacionais por parte dos Estados, como a criação dos blocos comerciais; pela expansão das grandes empresas e corporações pelo globo, aquilo a que Harvey (2010) remeteu a um **fordismo periférico**. Estes são traços dos novos fluxos migratórios pertencentes a globalização e normatizados por condições historicamente construídas, a quem Sassen (2010) propõe uma **geoeconomia das migrações**. Como a autora mesma destaca, as tendências gerais absorvem-se das particularidades de cada fluxo, seus momentos e seus lugares, num intrincado diálogo entre a amplidão do tema e suas especificidades. Ou seja

“A racionalidade da emigração é muito mais complexa do que permitem as explicações de repulsão e atração. É crítico que muitas pessoas se disponham a aceitar empregos indesejáveis...e viver em extremo desconforto e em condições que não aceitariam em seu país

⁹⁸ Nos dois países uma política de “branqueamento” da população foi levada a cabo pelo estímulo aos imigrantes brancos, mormente europeus. Ainda que no Brasil tenha sido residual e exclusivo para o Sudeste e Sul.

natal. Assim, existe uma subjetividade do imigrante de primeira geração que deve ser considerada como uma das variáveis. Por outro lado, os efeitos de conexão da globalização geram as condições materiais e novos tipos de imaginários que fazem da emigração uma opção, onde até pouco tempo ela não existia.” (SASSEN, 2010, p. 115).

Adentrar o terreno do subjetivo e do imaginário pertinente a uma classe trabalhadora imigrante na atualidade requer que não se deem os ombros a uma série de questões em todos os espaços do deslocamento. Quanto às condições materiais aludidas por Sassen (2010), os estudos migratórios aclaram que estas não são explicadas unicamente por seus determinantes **macroestruturais**. O enfoque dado para as **microestruturas** da migração transnacional tem possibilitado o entendimento dos fluxos imigratórios e a compreensão de meios e estratégias de mobilidade social ascendente dos imigrantes. Se o Estado do país de destino dificulta o acesso do imigrante ao seu território e ao mercado de trabalho formal, os próprios imigrantes de igual ou diferente nacionalidade, componentes da classe trabalhadora ou donos de pequenas empresas, ativam e/ou mantêm a chegada e permanência de imigrantes com deslocamento mais recente.

Nesse sentido, Portes (2001), Truzzi (2008) e outros autores falam que uma vez iniciado o processo imigratório ele se autossustentável e atua como um mecanismo construtor de redes. Isto ocorre porque aqueles que migram anteriormente passam informações e dão apoio aos que pretendem fazê-lo e aos recém-chegados em determinada cidade. Diversos estudos em comunidades expulsoras e em comunidades receptoras comprovam que laços sociais são fundamentais para que os emigrantes deixem suas regiões de origem, proporcionando aos imigrantes a habitação e emprego nos locais de destino. Esses laços sociais não somente sustentam novos fluxos de imigrantes como, também, conectam cidades de diferentes países em uma dinâmica própria das migrações internacionais. Ao analisar as cidades metropolitanas, para as quais a presença de populações estrangeiras é constitutiva de suas histórias e realidade contemporânea, Portes (2001) afirma que a elas pertence um caráter global, onde emerge o espaço transnacional. Tal transnacionalismo é **feito por cima**, guiado por grandes atores corporativos e financeiros (transformadores das comunicações e dos transportes) e **feito por baixo**, através da circulação de pessoas comuns em busca de melhores condições de vida.

Tendo que o fenômeno imigratório é partícipe da construção das cidades transnacionais ou globais, assemelha-se a uma tautologia afirmar que as metrópoles patenteiam os novos fluxos imigratórios laborais. O interesse volta-se, portanto, ao

esclarecimento das causas desta atração privilegiada e como estas dialogam com os locais de origem. Por meio de laboriosas pesquisas, amplamente apoiadas em trabalhos de campo com grupos de imigrantes em suas pátrias mães e em suas estadias no exterior, tornou-se possível depreender que os deslocamentos atuais continuam a construir e articular redes étnicas internacionais e que estas, por sua vez, manifestam-se com vigor em grandes centros urbanos como São Paulo e Nova Iorque, favorecendo a emergência de trabalhadores imigrantes e de empreendedores étnicos.

A noção de rede é bastante cara as ciências sociais contemporâneas, usando-a Elias (1994, p. 30) “para denotar a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade”. Em verdade, pôs-se evidente em um período recente do percurso da história que remete as grandes transformações do capitalismo e da sociedade em seus aspectos globais. Para Castells (2007), assenta-se na ideia de sociedade informacional onde a rede e o ser encontram-se cada vez mais distanciados, reunindo-se os indivíduos em torno de identificações religiosas, étnicas, territoriais e nacionais. Não à toa tornou-se *leitmotiv* da literatura dedicada aos estudos migratórios, pois contempla a construção das identidades e sociabilidades a partir de deslocamentos populacionais tanto nos países de origem quanto nos países de destino, trazendo à tona a importância da imigração enquanto um fenômeno social.

Seus diferentes usos abarcam alguns consensos. Um primeiro deles é a capacidade de interligar regiões de origem e regiões de destino, aonde o ir e vir de migrantes entre esses espaços torna-se corriqueiro, fazendo emergir nas áreas expulsoras de mão-de-obra “uma conduta de moda” imigrante (PORTES, 2001) ou ainda, uma cultura imigratória (MARRONI, 2006). O trabalho por um tempo provisório no exterior passa a ser visto não somente como necessidade econômica, mas, também, como uma experiência a ser vivenciada.

Uma segunda concordância diz respeito à redução dos custos da emigração, uma vez que o contato com indivíduos que conhecem os meios de se transladar diminui as incertezas e os perigos do caminho. Esse acesso a informações privilegiadas nos conduz a um terceiro apontamento comum, de que os imigrantes anteriormente estabelecidos nas cidades de destino são fundamentais para que os recém- chegados consigam se fixar e adentrem um mercado de trabalho, comumente associado a sua minoria. Uma última consideração infere que essas redes construídas na migração internacional são dotadas de relações de reciprocidade e solidariedade, um capital social mobilizado pelos próprios imigrantes que possibilita o acesso a recursos e a mobilidade social ascendente.

As características que em conjunto dão forma as redes explicariam como determinados fluxos se mantêm mesmo na ausência de formas diretas de recrutamento de trabalhadores –

promovido pelo Estado ou por setores da economia. Ocorre aqui um deslocamento da ação do indivíduo imigrante de um aspecto restrito à racionalidade econômica para terrenos onde as motivações encontram apelos outros e envolvem, em grande parte, projetos familiares. Como afirma Truzzi (2008, p. 208) “[...] as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos.”. Como o autor indica, a perspectiva de redes insere os aspectos culturais e sociais ao econômico.

Considerar os laços sociais criados e mantidos pelo fenômeno imigratório é fazer uso das redes enquanto instrumentos metodológicos a fim de evitar generalizações limitações às trajetórias individuais. Ao trabalharmos a temática da imigração laboral e no nosso caso em específico, o trabalho dos imigrantes nas indústrias de confecção de São Paulo e de Nova Iorque, a análise das redes fornece um instrumental para pensarmos ambas as categorias de imigrantes envolvidos no setor, os costureiros e os donos das pequenas fábricas de costura. Compete pontuarmos, no entanto, que o surgimento das oficinas de costura e das *sweatshops* em ambas as metrópoles acompanha as transformações ocorridas no setor e no mundo do trabalho a partir dos anos 1970. A imigração laboral que é predominantemente ilegalizada, revela sentir de forma mais contundente, as consequências da flexibilização da produção e da gestão do trabalho. É nas cidades globais que as ocupações mal remuneradas, perigosas, exaustivas e informais são endossadas aos trabalhadores imigrantes.

Nesse sentido, Sassen (2010) atenta para a demanda por trabalhadores nos países receptores naqueles setores menos avançados da economia local, exigentes de pouca ou nenhuma formação em empregos que os nativos não tendem a ocupar. A imigração contemporânea comumente está relacionada ao crescimento do setor informal nas grandes cidades de países economicamente desenvolvidos, como apontado nos Estados Unidos (CASTELLS e PORTES, 1989; SASSEN-KOOB, 1989). Soma-se a essa economia subterrânea um intrincado conjunto de fatores, pois “Diversas questões culturais, jurídicas e políticas envolvem a questão do imigrante na sociedade norte-americana.” (STEIN, 2011, p. 2). A ligação entre populações imigrantes e a informalidade na dinâmica urbana de grandes cidades tem sido levadas a cabo no Brasil, na medida em que a imigração laboral assume importância atual em cidades como São Paulo. Na vanguarda de tais estudos encontram-se o estudo das oficinas de costura de trabalhadores estrangeiros ilegalizados (SILVA, 1997; FREIRE, 2008).

2.2 Redes étnicas, imigração e economia informal: caminhos das oficinas de costura e das *sweatshops*

O debate sobre a economia informal nos espaços urbanos, no Brasil e nos Estados Unidos, contempla inúmeras apreciações, até mesmo quanto ao uso da palavra economia. Alguns pesquisadores utilizam o termo setor informal, enquanto outros substituem a palavra por informalidades, irregularidades, entre outras. Quando se referem às empresas informais, a designação de clandestinidade é frequente. Uma vez relacionadas ao tema da imigração, se utilizam em larga escala da noção de rede, em conformidade com as discussões mais amplas acerca do trabalho e da classe trabalhadora mediante a mundialização financeira, os novos modos de gestão e o declínio das conquistas do período fordista de produção. Comumente abarcam a compreensão de que a informalidade segue em companhia da precarização do trabalho e das subcontratações, se expandindo no âmago da reestruturação produtiva. Nos estudos sobre as *sweatshops* estadunidenses em grandes cidades como Los Angeles (LIGHT; BERNARD e KIM, 1999; BONACICH, 2004) e Nova Iorque (WALDINGER, 1984; HUM, 2003; CHIN, 2005; SOYER, 2005; HERNANDÉZ, 2005) o mercado informal é central, incumbindo todas as estratégias e arranjos dos imigrantes trabalhadores e empreendedores nos feitiços da informalidade.

Nosso propósito ao entrarmos na discussão do tema é interpor as oficinas de costura e as *sweatshops* e, por conseguinte, os trabalhadores imigrantes e os empreendedores imigrantes das metrópoles de São Paulo e de Nova Iorque, ao contexto da **acumulação flexível**. Trata-se de um imperativo ao nosso trabalho e, possivelmente, mediremos algumas acepções em detrimento de outras, a fim de atender aos limites que se impõem às pesquisas acadêmicas. A justeza de nossas escolhas apoia-se na amplidão do assunto, cujas discussões na América Latina remetem, em meados do século passado, aos pesquisadores integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), passando a integrar as alterações da intelectualidade brasileira e mundial.

O cenário atual apresenta que a economia informal, anteriormente associada aos países subdesenvolvidos, se desenrola igualmente nos países desenvolvidos. No cerne deste movimento que legitima terminologias em seu desuso, encontra-se a imigração. De fato, nos dias de hoje, o fenômeno migratório em si é marcado pela informalidade, uma vez que os imigrantes cruzam as fronteiras e/ou permanecem no exterior sem consentimento dos Estados. O status de ilegal coloca essa classe de trabalhadores nas instâncias de maior vulnerabilidade, fazendo-os alheios aos direitos sociais e às leis trabalhistas. Não por acaso a

imigração laboral encarga prioritariamente as atividades em que os olhos e as mãos do Estado se quedam distantes. Em parte, explica-se pelo propósito obstinado de boa parte dos trabalhadores imigrantes, o de juntar um pecúlio a fim de seu retorno ao país de origem, uma vez obtida a mobilidade social ascendente em relação a sua terra natal – aqui pensada em seus parâmetros econômicos. Os imigrantes sabem de antemão ou logo apreendem após emigrar que melhorar suas condições de vida, tanto em seu ponto de partida, quanto em seu ponto de chegada, requer árduo trabalho.

Essa dura verdade é forjada e mantida em um mercado de trabalho pouco ou nada regulamentado, onde os aparatos e fiscalizações são ineficientes diante do estrondoso aumento do trabalhador imigrante indocumentado nas manufaturas e no setor de serviços. A inoperância mostra sua outra face, pois que nela o imigrante pode construir estratégias de mobilidade, nutrindo o processo imigratório. É na economia informal que se encontram majoritariamente os imigrantes, sobretudo os ilegalizados, onde estão igualmente os nichos laborais a que se destinam. Para esse encontro, de modo algum fortuito, as redes formadas na migração transnacional são fundamentais, podendo ser mobilizadas pelos empregadores e pelos empregados. As pesquisas empíricas têm demonstrado que os empregadores, os intermediários e recrutadores imigrantes, sabem melhor como fazê-lo.

Partindo do substrato do fenômeno imigratório e atendo-nos ao nosso objeto e ao período de análise, abrangemos as características da economia informal, comuns aos países “centrais” e aos países “periféricos” do sistema capitalista. A partir dos anos 80, tornou-se evidente o crescimento da informalidade em determinados setores da economia e seu diálogo constante com a economia formal como um importante gerador de riquezas. Reporta-se a estagnação do trabalho assalariado e de carteira assinada, para o acréscimo do autoemprego, do empreendedorismo, do trabalhador temporário, do uso de formas flexíveis de contratação e de pagamento dos trabalhadores, dando margem para as novas e para as velhas variedades de exploração da mão-de-obra. Tais modos e relações de trabalho condizem com as transformações organizacionais da reestruturação produtiva, baseada na eficiência horizontal celebrada pelas subcontratações, em nome da produtividade e do *just in time*, culminando na privação de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores (CASTELLS e PORTES, 1989). Até mesmo a indústria, bastião do desenvolvimento econômico atrelado ao mercado de trabalho formal, seguiu a marcha da informalidade que acometia a expansão dos grandes centros urbanos de norte a sul, sob o rasto da globalização.

As pequenas indústrias de confecção nova-iorquinas fizeram-se notar em tal contexto, acompanhando a reestruturação produtiva do setor têxtil-vestuário e inflamando as discussões

acerca do “*back to the sweatshop*” (de volta à *sweatshop*). A analogia feita entre a realidade da virada do século XIX para o século XX, duradoura ainda em seu primeiro quartel e, entre o período que teve início nos na passagem dos anos 70 para os anos 80 e, se estende até os dias de hoje, leva em consideração a economia informal, outrora ausente enquanto conceito. Desta forma, o reflorescimento das *sweatshops* em cidades como Nova Iorque passou a ser interpretada, em parte, como a emergência da informalidade na produção industrial aonde, assim como no setor de serviços, o imigrante exerce papel essencial. Mais que isso, conforme Waldinger e Lapp (1993), “as novas *sweatshops*” retomaram antigas questões que colocaram o Estado e a fenômeno migratório, uma vez mais, em pauta, pois

“[...] it is the expansion of informal activities in a largely regulated context that gives a new historical meaning to the current process of a rising informal economy. It is often argued that uncontrolled, exploitative relationships of production are the oldest history, so that sweatshops represent classical capitalism, not advanced capitalism. But is precisely the development of sweatshops and of other unregulated activities after a long period of institutional control that causes old forms of production to become new ones. An old form in a new setting is, in fact, new, since all social relationships can only be defined in their specific historical context. This context is defined by the prior existence of institutionalized regulation, by which we understand the explicit, active intervention of the state in the process and outcome of income generating activities, on the basis of a set of enforceable legal rules.” (CASTELLS e PORTES, 1989, p. 13)⁹⁹.

No final dos anos de 1970, o aumento das pequenas indústrias de confecção que empregavam trabalhadores imigrantes e, mormente, envolviam empreendedores étnicos, ganharam repercussão na mídia estadunidense e local. A partir de então, adentraram a arena política, ensejando maior fiscalização sobre os empregadores e voltaram às atenções dos acadêmicos em seus estudos sobre as transformações da cidade e dos processos de trabalho. Dois argumentos principais dividiram as análises do fenômeno de renascimento das *sweatshops*. Em um primeiro deles que fora compartilhado pelo sindicato, se enfatizava as motivações dos trabalhadores como fator explicativo de sua participação na economia

⁹⁹ “É a expansão de atividades informais em um contexto largamente regulado que dá um novo significado histórico ao processo atual de ascensão da economia informal. Argumenta-se com frequência que não controladas, as relações exploratórias de produção são história antiga, desta forma, as *sweatshops* representam o capitalismo clássico, não o capitalismo avançado. Mas é precisamente o desenvolvimento das *sweatshops* e de outras atividades não reguladas após um longo período de controle institucional que propiciam que as velhas formas de produção se tornem novas. Uma velha forma em uma nova configuração é, de fato, nova, desde que todas as relações sociais somente podem ser definidas em seus contextos históricos específicos. Esse contexto é definido pela existência prévia da regulação institucionalizada, pela qual entendemos a explícita, intervenção ativa do Estado no processo e no resultado das atividades geradoras de renda, na base de um conjunto de normas legais executáveis.” (CASTELLS e Portes, 1989, p. 13, tradução nossa).

informal, construídas em consequência de sua ilegalidade jurisdicional no país. No segundo, o crescimento das *sweatshops* era tido como parte da eminente informalidade urbana, e esta, por sua vez, parte integrante de um processo mais amplo, inerente as transformações do sistema capitalista (WALDINGER e LAPP, 1993).

Um consenso sobre a condição e a subjetividade do trabalhador imigrante assim como sobre a importância das redes étnicas construídas na imigração transnacional levaram a certa anuência das interpretações. De lá para cá, ocorreu um substancial aumento dos estudos das *sweatshops* na cidade de Nova Iorque e mesmo destas nos países de origem dos trabalhadores imigrantes costureiros. O movimento das fábricas para áreas mais afastadas da cidade (BAO, 2002, 2005; HUM, 2003), o terreno confuso das relações de trabalho estabelecidas entre empregadores e trabalhadores imigrantes (BAO, 2005; CHIN, 2005), a questão do autoemprego e do empreendedorismo étnico (WALDINGER, 1984, 1986), recortes étnicos e de gênero enfocando o trabalho feminino (HERNANDÉZ, 2005), o papel dessas pequenas indústrias mediante a globalização do setor (PALPACUER, 2005) e a contenda da responsabilidade social (BORIS, 2005) tem sido os temas abordados com maior frequência, sempre acompanhados, porém, de outros, como o sindicato, os movimentos sociais e a história dessa indústria. Inúmeros autores, estudiosos do fenômeno imigratório e do mundo do trabalho, passam com maior ou menor assiduidade pelas *sweatshops*. Certamente, o assunto apresenta tenacidade empírica refletindo-a no meio intelectual.

A quantidade e a qualidade de tais produções das ciências sociais têm colocado novos paradigmas ao entendimento mesmo da economia informal, das atividades subterrâneas que se entremeiam no seio da reestruturação produtiva. As péssimas condições de trabalho, as longas jornadas, os baixos rendimentos e o pagamento por peça produzida, as espúrias contratações e subcontratações, o controle e a coerção exercidos sobre o trabalhador, enfim, um apanhado de retrocessos às conquistas realizadas a duras penas pelos trabalhadores é apenas parte da lógica de seu funcionamento. A diminuição com os custos do trabalho e a manutenção da etapa produtiva final na cidade explicam e são explicadas pela existência dos imigrantes e suas dinâmicas, assim como pela utilização das redes imigratórias.

O trabalhador estrangeiro sempre encontra emprego nos *talleres del sudor*, seja de compatriotas ou não, por meio de conhecidos e parentes em circuitos já conhecidos dos imigrantes. Os empregadores, também imigrantes, não encontram dificuldades em angariar e manter uma mão-de-obra barata e altamente produtiva (WALDINGER, 1984). Soma-se a isto o fato de que a pequena indústria de confecção significa para muitos imigrantes a possibilidade de mobilidade social ascendente, propiciando até mesmo a permanência nos

Estados Unidos, para a qual trazem família e conterrâneos. Diante das dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, comprar uma máquina de costura para trabalhar em casa ou abrir uma pequena fábrica nas periferias da metrópole comumente significa a realização de um sonho.

Essa mirada sobre os donos das *sweatshops* em suas trajetórias também é bastante esclarecedora. Não raro, partiram eles próprios do trabalho de costureiro e encontraram espaço como empreendedores na indústria da moda responsabilizando-se pelo trabalho sujo e pesado, delegado pelas grandes empresas, grifes e lojas que participam da economia formal e vendem produtos legais. O passo seguinte a ser dado por este empreendedor étnico que permanece no ramo é deixar de lado a manufatura de roupas e a contratação de trabalhadores imigrantes para dedicar-se ao comércio e as “funções inteligentes”. Isto significa não somente a passagem para etapas mais lucrativas assim como o abandono da informalidade e dos riscos que ela traz.

Em São Paulo, a paulatina transferência da propriedade das oficinas dos imigrantes sul-coreanos para imigrantes bolivianos, como apontou Souchaud (2012), elucida esse processo. Como vimos no capítulo anterior, mesmo antes de instalarem as pequenas oficinas de costura no centro paulistano, esses imigrantes já estavam inseridos na economia informal no que talvez seja sua atividade mais exemplificativa, o comércio de rua. Através do “bendê” se inseriram no setor e deram início as “fábricas de suor” na capital paulista, incluindo a manufatura de vestuário com o uso de trabalho estrangeiro dentre as “novas” atividades subterrâneas da realidade paulistana.

A presença dos sul-americanos, sobretudo bolivianos, faz surgir, como fez em tempos passados para outras nacionalidades e grupos étnicos, uma vida comercial a eles relacionada (ligada a cultura andina), que quase sempre se enquadra na categoria de informal. Apesar disso, os setores informais da capital são até este momento, largamente ocupados por brasileiros, contrariando a realidade estadunidense. No que diz respeito a costura, a linha que separa a economia informal da economia formal sempre foi e permanece tênue. As oficinas de costura indicam que a indústria de confecção é potencial exequente da expansão da economia informal no contexto da reestruturação produtiva.

Isto se prova tanto pelo lado do trabalhador, quanto pelo lado do empregador. A desregulação é factiva, segundo Castells e Portes (1989), de variados elementos no processo de trabalho. Podem ser referentes ao status do trabalhador, onde não há registro e benefícios sociais; as condições de trabalho, danosas a saúde e fora dos padrões adequados e; as formas de gerenciamento de algumas empresas, que cometem numerosas fraudes fiscais. A

subcontratação não somente transfere parte custosa da produção de vestuário para pequenas fábricas de confecção, como, também, coloca-as a incumbência incômoda da informalidade.

Em tempos de autoemprego e de valorização da ação empreendedora, cabe ao imigrante participar à maneira de seu status, ou seja, clandestinamente. Somente dentro da informalidade ele encontra os meios de fazê-lo, seguindo a lógica perversa a que fora em boa parte submetido. Essa indústria de confecção representa com incrível veracidade, para ambas as capitais e as duas categorias de imigrantes, o aspecto por muitas vezes nefasto do capitalismo, demonstrando claramente as transformações ocorridas na produção e no trabalho. De modo que o empreendedorismo participa vigorosamente desta lógica, passamos agora a falar sobre tema.

2.3 O empreendedorismo étnico, os nichos laborais e a mobilidade social ascendente

Uma definição sucinta de empreendedorismo étnico ou empreendedorismo imigrante é “[...] aqueles indivíduos que iniciam atividades empresariais no país para o qual imigraram, servindo principalmente à comunidade étnica a que pertencem [...]” (MARTES e RODRIGUEZ, p. 118, 2003). Esse pequeno excerto contempla, em maior medida, os empreendedores que atendem aos mercados étnicos, com produtos e serviços voltados aos estrangeiros que são por muitas vezes exóticos aos nativos. Mas, de outra forma, existem empresas de imigrantes que atendem aos consumidores da sociedade receptora e aquelas subcontratadas por outras empresas maiores ou intermediárias, como no caso das pequenas fábricas de vestuário.

O empreendedorismo étnico ocupa um lugar estimado nas ciências sociais, sobretudo nos Estados Unidos, onde a imigração é realidade pungente. Esse interesse se explica pela importância da população estrangeira na criação das pequenas empresas, atraindo especial atenção da sociologia econômica, para quem o mercado é uma construção social. Desta forma, inúmeros são os estudos que relacionam as experiências empíricas de empreendedorismo étnico com as interpretações teóricas que buscam compreender a relação entre a imigração e a atividade empresarial no capitalismo, assim como suas consequências para as comunidades imigrantes e a sociedade nativa.

Na cidade de Nova Iorque, as pequenas empresas de imigrantes, principalmente de asiáticos (chineses e coreanos) e de hispânicos da América Central e México, ocupam papel

fundamental na economia e no mercado de trabalho urbano. De acordo com o relatório da Iniciativa de Pesquisa em Imigração realizado pelo Fiscal Policy Institute's (2012), em 2010, 36% dos imigrantes da cidade eram donos de seu próprio negócio, onde empregam predominantemente outros imigrantes, ou se declaravam autoempregados. Outro levantamento realizado pelo órgão em 2011 apontou que entre 2005 e 2009, os imigrantes eram donos de 69,411 pequenos negócios, correspondendo a 48% do total das microempresas da metrópole nova-iorquina e 53% no total das pequenas manufaturas. Nesse percentual estão inseridas somente as empresas formalizadas, ou seja, aquelas que se registraram junto ao *New York State Department of Labor* (Departamento de Trabalho do Estado de Nova Iorque). Para as empresas produtoras de artigos de vestuário e para os contratantes de mão-de-obra com esta finalidade, o cadastro anual é feito no mês de janeiro, segundo o Estado, tornando os empregadores cientes dos padrões trabalhistas e das leis a serem seguidas.

Todavia, muitos dos pequenos empreendimentos dos imigrantes, dentre os quais as fabriquetas de roupas e a produção domiciliar de vestuário, permanecem na informalidade. Para Sassen-Koob (1989), a reestruturação produtiva abriu espaços para as pequenas empresas de imigrantes em grandes cidades estadunidenses e, em Nova Iorque, o crescimento da economia informal é indissociável da expansão das empresas étnicas clandestinas. Ainda segundo a autora, em princípio de 1970, existiam menos de 200 *sweatshops* na cidade, passando já em 1981 a constarem aproximadamente 3,000 *sweatshops*, com cerca de 60,000 trabalhadores.

Esse notável crescimento não ficou circunscrito ao período e as manufaturas de vestuário. A participação dos microempreendedores estrangeiros só fez crescer e, apesar das empresas de imigrantes tomarem parte, em grande medida, dos setores informais, são fundamentais na criação de empregos e de renda, mobilizando grandes volumes de capital econômico. Embora gerem empregos diretos com maior frequência aos próprios imigrantes, estimulam a economia como um todo e promovem a permanência de determinadas indústrias na cidade, como a de confecção.

A importância econômica e social do empreendedorismo étnico é tamanha que levou o prefeito da cidade Michael Bloomberg a se contrapor publicamente as leis imigratórias federais e declarar, durante um pronunciamento em março de 2011, que Nova Iorque não esperaria pelo “concerto” da legislação do país e tomaria resoluções próprias para incentivar as empresas e o empreendedorismo imigrante. A fala do *mayor* é elucidativa de um fenômeno de grande amplitude no capitalismo marcado pela acumulação flexível e de complexo tratamento quando vinculado à imigração, o empreendedorismo. Apesar da robustez da ideia

de empreendedorismo no Brasil, inexistem fontes de dados quantitativos sobre os atuais empreendedores imigrantes, nem tampouco em São Paulo.

Há que se ressaltar, no entanto, que o debate sobre a relação entre empresários e industriais estrangeiros esta posto nas ciências sociais brasileiras desde a década de 1960, como nas obras de Luiz Carlos Bresser Pereira e Fernando Henrique Cardoso¹⁰⁰. Somam-se a eles, na década seguinte, os pesquisadores estrangeiros cognominados “brasilianistas”, como Warren Dean¹⁰¹. Atribui-se às imigrações históricas um papel essencial para o desenvolvimento econômico paulistano e brasileiro, cerne da consideração corrente do imigrante como agente modernizador nacional. Os grupos de imigrantes dos fluxos em massa e/ou do começo do século continuam objeto de estudos na atualidade, comumente repousados sob o empreendedorismo étnico (GRUN, 1992; TRUZZI, 2007; 2008; TRUZZI e SACOMANO NETO, 2009).

Um recuo no tempo enfocando a produção e a comercialização de artigos de vestuário em São Paulo e em Nova Iorque mostra o vínculo secular entre os estrangeiros e o setor têxtil-vestuário. Mais ainda, expõe que os imigrantes estiveram à frente das pequenas fábricas de roupas como trabalhadores e/ou empresários, onde a atividade de costura revelou-se para alguns como possível meio de ascensão social. Alguns estudos partem desta relação íntima para retratá-las nos termos do empreendedorismo étnico, especialmente nos Estados Unidos, onde as empresas de imigrantes tornaram-se tema usual da sociologia econômica.

O porquê deste uso teórico encontra resposta no axioma da sociologia econômica, de que os mercados são construções sociais. Por conseguinte, as pequenas empresas de propriedade de imigrantes, onde, mormente os trabalhadores são estrangeiros, encontram explicação nas dinâmicas sociais da imigração. Seu substrato é uma oposição às interpretações economicistas, emergindo os sujeitos como os agentes do mercado, onde a ação não se exprime, somente, pela racionalidade econômica (SWEDBERG, 2002; ZALIO, 2009; MARTES, 2010). Daí a escolha pelo termo empreendedorismo étnico, pois permite compreender a formação e a manutenção das empresas e nichos laborais étnicos, assim como a ação empreendedora dos imigrantes no exterior.

O sentido do empreendedorismo e do empreendedor, mesmo por parte dos sociólogos da economia, é depositário em grande medida das reflexões de Joseph Schumpeter (1985). Ao contrapor-se a teoria econômica neoclássica, o economista austríaco enfocou a importância do indivíduo empreendedor na construção dos mercados, considerando-o como um tipo social e

¹⁰⁰ Entre outros, ver o artigo “Origens étnicas e sociais do empresário paulista”, escrito por Pereira em 1964 e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, tese de doutorado de Cardoso, publicada em 1964.

¹⁰¹ Entre as várias obras do autor, ver *A industrialização de São Paulo* (1971).

coletivo (MARTES, 2010). Esse ator social é quem efetua a “destruição criativa” propulsora do sistema capitalista, avocando as incertezas e as probabilidades de insucesso pertinentes às inovações. Esta habilidade particular do empreendedor schumpeteriano reveste-o de uma aura de heroísmo, como apontara Zalio (2009), que o diferenciaria da imagem vinculada ao capitalista expropriador e voraz de outrora¹⁰². Harvey (2010) atentou para a questão do empreendedorismo étnico e para a representação trazida por Schumpeter, onde o empreendedor era uma “[...] figura heróica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social.” (HARVEY, 2010, p. 26).

Depreende-se desta forma que para Schumpeter o mercado é uma construção social e que o empreendedor é um inovador, que não inventa algo novo e sim “recombina recursos já existentes” (SWEDBERG, 2002, p. 233). Isso requer, portanto, que o empreendedor lidere transformações por meio de novas combinações que são precursoras de riscos e incertezas, mobilizando não somente o capital econômico como outros meios de que se pode dispor socialmente. Os diferentes capitais (social, simbólico e cultural) descritos nas obras de Bourdieu são instrumental teórico a que recorrem a sociologia econômica para o estudo das empresas étnicas.

A atribuição desta qualidade distintiva fundamental ao empreendedor e sua imersão na sociedade implica em duas inquietações fundamentais: o embate consequente de qualquer inovação com as estruturas já estabelecidas (as instituições legitimadas), assim como o poder de convencimento sobre os atores (inclusive as vias pelas quais estas ocorrem) (SCHUMPETER, 2002; SWEDBERG, 2002; MARTINELLI, 2009; MARTES, 2010). Nesse ponto, Schumpeter adentra em uma discussão esposada pelas ciências sociais - dos clássicos aos contemporâneos - a relação entre ação e estrutura. Reconhecendo os limites da ciência econômica para essa questão, o autor situa a envergadura das ciências sociais para o estudo das instituições nas atividades econômicas, incluindo o Estado (SCHUMPETER, 2002).

Essa indicação foi acolhida pela reflexão estadunidense contemporânea proposta para as *sweatshops* do começo do século XX e para o retorno das *sweatshops* a partir do final dos anos 70. Salvo as particularidades concernentes aos diferentes contextos históricos, o fio condutor dentre os estudos acerca do assunto é a importância da imigração, enquanto um fenômeno social, para a formação dos mercados. Aqueles imigrantes que costuravam no

¹⁰² O empreendedorismo étnico é tema que se insere em uma discussão muito profunda sobre o próprio empreendedorismo e as mudanças no mercado de trabalho com a reestruturação produtiva. Observa-se uma crescente valorização do empreendedor retomando aquele caráter idolátrico presente na leitura schumpeteriana, onde a ação empreendedora deve constar no cotidiano de cada trabalhador.

espaço domiciliar ou que abriam fabriquetas de costura, onde empregavam familiares e conterrâneos, passaram a ser interpretados como empreendedores étnicos.

No caso da produção fabril de vestuário, os empreendedores de diferentes nacionalidades no setor experienciaram com suas *sweatshops* e oficinas de costura um marcante episódio de suas mobilidades sociais ascendentes. As fabriquetas de vestuário, por sua vez, constituíram os nichos laborais para muitos dos imigrantes recém-chegados. Por conseguinte, o empreendedorismo étnico necessariamente contempla ambas as classes de imigrantes, os empresários estrangeiros e os trabalhadores estrangeiros, tornando-se uma categoria analítica das migrações históricas e contemporâneas.

Alguns pontos correntes para o tratamento dos empresários estrangeiros sob a noção de empreendedorismo devem ser citados. No que diz respeito a critérios quantitativos, o tamanho das empresas de propriedade dos imigrantes, onde o número de funcionários é reduzido e o volume de capital econômico envolvido para a ação empreendedora é baixo, condiz com a classificação feita pela literatura da ciência econômica. Assim, a mobilização de outros capitais pelos empreendedores estrangeiros é fundamental à boa ventura de seus empreendimentos, sobretudo, diante das inúmeras dificuldades encontradas pelos imigrantes no exterior. Face aos riscos e a intensa competição, fazer uso da solidariedade existente nas comunidades imigrantes torna-se fundamental, aspectos qualitativos estes destacados pela sociologia econômica (ALDRICH e WALDINGER, 1990, PORTES e SENSENBRENNER, 1993).

Ademais, como demonstrou Waldinger (1984, p. 61) a partir de suas observações sobre as *sweatshops* nova-iorquinas realizadas em 1981 e 1982, o pertencimento dos empreendedores imigrantes a uma comunidade étnica estrutura o mercado de trabalho de maneira particular, uma vez que “[...] *Family and ethnic ties enable immigrants owners to mobilize, train, and maintain a stable labor force, and to keep labor costs down.*”¹⁰³. A mesma ligação entre as redes migratórias e as oficinas de costura paulistanas vem sendo apresentadas pelas pesquisas acadêmicas desde a obra de Silva (1997). Precisamente, a extrema exploração dos trabalhadores atrelada a precarização das condições de trabalho remete a essas pequenas empresas da indústria da moda em diversos centros urbanos, realçando os contornos da migração diante das transformações no mundo do trabalho.

Perante a um quadro que remonta a um enorme retrocesso das conquistas trabalhistas e demonstra a vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores imigrantes em que medida é

¹⁰³ “[...] Laços familiares e étnicos possibilitam aos proprietários imigrantes mobilizar, treinar e conservar uma força de trabalho estável, e manter os custos com o trabalho baixos.” (WALDINGER, 1984, p. 61, tradução nossa).

possível falarmos de um empreendedorismo étnico na indústria de confecção? Ou ainda que este empreendedorismo étnico apresente alguma positividade para a população imigrante envolvida no setor? Duas perguntas cujas respostas são demasiadamente complexas e abrem caminhos para inflamadas discussões. Respondê-las com profundidade exigiria um esforço que está além dos limites reais da presente pesquisa e que nos conduziria adentro de uma reflexão sistêmica do capitalismo, da qual o empreendedorismo faz parte.

Contentamo-nos, portanto, em apontar que essa perspectiva largamente considerada nos estudos das *sweatshops* estadunidenses trouxe uma contribuição fundamental, o olhar sobre os donos das pequenas fábricas de vestuário e suas relações com o grupo de imigrantes ao qual pertencem ou com uma classe de trabalhadores transnacionais. Isso possibilita enxergar a dubiedade imposta pela realidade empírica que se encontra refletida na construção teórica.

Por um lado, temos a visão desta como um facultativo da mobilidade social ascendente para o imigrante, onde os trabalhadores encontrariam meios de trabalho e os empreendedores imigrantes meios de inserção no sistema capitalista. Nesse caso, o empreendedorismo étnico é cingido pelo capital social próprio da imigração e se manifesta nas redes imigratórias, das quais os estrangeiros fazem uso para a ação empreendedora. Por conseguinte, o empreendedorismo étnico é tido como um dos significados aos deslocamentos populacionais, passível de entendimento através das dinâmicas da imigração.

No outro extremo, aquela que enxerga o empreendedorismo *pari passu* à flexibilização dos regimes e mercados de trabalho, onde os empreendedores são atores chaves para a redução de custos das grandes empresas da indústria da moda. Assim, assumiriam as partes mais onerosas, deletérias e de maiores riscos do processo produtivo, repassando-as aos trabalhadores estrangeiros. Traduz-se por uma das transformações entre aquelas colocadas pela gestão pós-fordista do trabalho, abrindo espaço as pequenas empresas e as formas flexíveis de contratação.

Com efeito, uma leitura não anula a outra, mas sim, complementam-se, tal qual demonstrou Waldinger (1984) ao expor a avocação das *sweatshops* nova-iorquinas sobre as inconstâncias da indústria da moda. A partir da indústria da moda, pode-se estender a observação do autor ao Brasil, uma vez que o volume da produção nas oficinas de costura paulistanas destina-se as encomendas que atendem as instabilidades do mercado consumidor. Em períodos de “virada de estação”, ou ainda, quando algumas peças tem grande saída, encontramos os picos de produção e, por consequência, de trabalho. O contrário também é válido, em momentos de retração do consumo as jornadas são menores, atendendo a lógica do

just in time em mercadorias de vida social efêmeras.

Assim, o empreendedorismo seria um dispositivo de mercado essencial para atender as necessidades indispensáveis do sistema de produção flexível, como “[...] na solução de problemas, nas respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas, e na adaptabilidade de habilidades para propósitos especiais.” (HARVEY, 2010, p. 146). Frente ao acirramento da competitividade no mercado globalizado – e evidente na indústria da moda - o empreendedorismo étnico funcionaria como um redutor ímpar dos custos com o trabalho, explicado pela estrutura organizacional da acumulação flexível, pelas dinâmicas da imigração e da informalidade.

Inegavelmente não há mão-de-obra mais barata, em qualquer país receptor do mundo, do que o imigrante, sobretudo o ilegalizado. Também é o imigrante indocumentado quem participa de forma mais ativa da economia informal nos Estados Unidos, no nosso caso e lugar em específico, trabalhando ou abrindo uma fabriquetinha clandestina. Apesar de a indústria de confecção paulistana ser ainda, em maior parte, formada em ambas as classes por brasileiros¹⁰⁴, a presença estrangeira sempre foi constitutiva desta e se intensificou após a abertura do mercado nacional aos produtos importados, nos anos 90.

A imigração laboral transnacional e sua massiva participação na economia informal está entre as transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva. Os trabalhadores imigrantes possuem dinâmicas organizacionais próprias aos deslocamentos populacionais e uma subjetividade diferenciada dos trabalhadores nativos. A questão imigratória impõe um novo conjunto de termos para o trabalho organizado, os movimentos sociais e os Estados das nações receptoras ainda no século XXI.

¹⁰⁴ Os poucos dados quantitativos existentes na literatura brasileira estão concentrados em estimativas diversas sobre o número de trabalhadores estrangeiros empregados nas oficinas de costura, porém, o número de empresários imigrantes é uma lacuna não preenchida. No entanto, as pesquisas de Silva (1997), Freire (2008), Freitas (2009) e Xavier (2010) mostram que é comum que os costureiros empregados nas oficinas de outros estrangeiros (coreanos e bolivianos) se tornem donos de suas próprias oficinas, trazendo familiares e conterrâneos para trabalharem como costureiros.

3 ESTADOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS SOBRE OS TRABALHADORES IMIGRANTES NAS OFICINAS DE COSTURA E NAS *SWEATSHOPS*

3.1 Atores e formas de atuação para a regularização migratória

A notoriedade atual das oficinas de costura e das *sweatshops* deve-se, em maior ou menor medida, a organização dos próprios trabalhadores estrangeiros, aos movimentos sociais, as ações dos sindicatos e as fiscalizações dos Estados nos países de destino. Podemos afirmar que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o caminho pretendido, embora tantas vezes seguido de maneira incongruente e a curtos passos, é o de melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores imigrantes costureiros. Isso tem sido feito por meio do controle da informalidade no setor, para a qual as fiscalizações dos órgãos públicos do trabalho são instrumento e pela discussão acerca da ilegalidade do trabalhador imigrante. No presente capítulo, pretendemos apontar as perspectivas e direções tomadas nesse sentido, com o intuito de mapear o posicionamento dos diferentes atores e esclarecer que a ampliação do fenômeno é concomitante as formas de luta e resistência.

Sem dúvidas, a tarefa aqui pretendida consiste na parte mais árdua desse trabalho, apesar de nosso esforço em limitarmo-nos naquilo que confere uma contribuição ao entendimento teórico de um universo empírico particular, quer seja, os costureiros imigrantes na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque. Isso porquê a classe de trabalhadores a qual nos propusemos analisar localiza-se no centro de uma intrincada discussão, cujas raízes requerem uma abordagem histórica, por nós realizada anteriormente e; principalmente, por seu desenlace suscitar a articulação entre a reestruturação produtiva e suas consequências para o mundo do trabalho com os aspectos da globalização e dos posicionamentos dos Estados-nação.

No limite, reiteramos a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que:

“O entendimento dos processos sociais envolvidos no fluxo de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica *migração internacional* estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. Se, de um lado, nos interessa reter esse termo como forma de legitimar e garantir a visibilidade do que estamos tratando, nos fóruns internacionais e nacionais, de outro, carregamos o desafio de concretizar, em termos teórico-conceituais, as diversas e complexas interligações de instancias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, entre outras, que envolvem os movimentos de pessoas

que cruzam fronteiras de Estado-nação.” (PATARRA, 2006, p. 9, grifo da autora).

O abstruso cenário construído pelo conflito entre capital e trabalho no campo dos deslocamentos populacionais laborais coloca-nos diante da coexistência entre os imigrantes enquanto trabalhadores e enquanto “não cidadãos” nos países receptores. Essa dupla condição faz-se presente em todo momento, tornando-se imprescindível pensar que a questão do trabalho imigrante passa por questões mais amplas, como a cidadania. Não mais uma cidadania em sua forma clássica, assentada sob uma leitura espacial (territorial), mas sim outra, que supera a identidade nacional circunscrita ao Estado-nação, típica de um mundo globalizado (KERBAUY e TRUZZI, 2007).

Os direitos humanos tem mostrado um fecundo terreno de discussão sobre a consolidação de uma cidadania universal e em defesa da população imigrante. No caso da imigração laboral, orienta-se para que os direitos sociais fundamentais descritos no regular desempenho de um trabalho estendam-se aos trabalhadores estrangeiros ilegalizados. A primazia no processo de internacionalização dos direitos dos trabalhadores imigrantes, pautados no respeito aos direitos humanos, coube à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Já no ano de 1949, a OIT produziu um conjunto de leis reguladoras da questão migratória, reunidas na Convenção de Imigração para o Trabalho (n. 97). A legislação incorporou novos temas como a ilegalidade e o tráfico de pessoas na Convenção dos Trabalhadores Imigrantes, de 1975 (REIS, 2004).

Embora a mediação feita por agências internacionais entre os imigrantes e os Estados seja fundamental para a “governabilidade das migrações internacionais”, como ressalta Patarra (2006), há que se introduzirem os outros atores econômicos que pesam nos deslocamentos massivos de trabalhadores, como as empresas transnacionais e o próprio mercado de trabalho dos países receptores. Pois que, a exemplo mesmo das Convenções acima citadas, inúmeros países tradicionalmente receptores dos imigrantes, como os Estados Unidos, não ratificaram os documentos.

Nota-se que dentro da cadeia produtiva de vestuário em São Paulo e em Nova Iorque, o enunciado de combate à exploração do trabalhador imigrante tornou-se corrente. Grandes revendedores e grifes do setor passaram a incorporar sua responsabilidade por meio de campanhas e assinatura de acordos que envolvem representantes do governo, dos trabalhadores, dos produtores e dos comerciantes. A pressão exercida sobre os importantes nomes da moda em ambos os países explica-se, por um lado, pela mobilização dos

trabalhadores estrangeiros e dos trabalhadores nativos nos sindicatos e nos movimentos sociais. Por outro, está a crescente cobrança feita pelos próprios consumidores do vestuário, em decisões individuais e isoladas de não consumir os produtos associados a denúncias de exploração do trabalhador imigrante, como também, em grupos organizados por vezes internacionalmente (BORIS, 2005).

A influência coativa realizada pelos trabalhadores e consumidores é interlocutora direta dos Estados em seus respectivos órgãos de agência sobre as questões de trabalho por meio da fiscalização das oficinas de costura e das *sweatshops*. Aqui, a soberania do Estado-nação, posta em cheque pela imigração não consentida, se reinsere com base na regulamentação da economia e no controle do mercado informal, aclarando a conflitante posição do Estado receptor ao tutelar a informalidade que ele próprio legitima.

Na verdade, o que a massa de trabalhadores ilegalizados demonstra é que as políticas migratórias não dão conta da velocidade e variedade dos fluxos populacionais e que o imigrante laboral é tocado tanto pelas políticas imigratórias quanto pelas políticas de controle da economia informal. Os Estados, os sindicatos e os movimentos sociais encerram o desafio de incorporar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva, dentre as quais a própria imigração ilegal. A regularização migratória tornou-se o mote sobre o qual os trabalhadores estrangeiros orientam suas reivindicações de igualdade e figura como um primeiro e fundamental passo para a efetivação das conquistas no âmbito do trabalho.

A primeira década do século XXI foi marcada por grandes greves de imigrantes nas principais cidades receptoras, como na construção civil parisiense nos anos de 2008, 2009 e 2010 com a paralisação de mais de três mil *sans-papiers*¹⁰⁵ (NIZOLLI, 2010). No caso estadunidense, imigrantes de todo o país empregados em diferentes atividades econômicas organizaram greves e boicotes que resultaram no fechamento de empresas e em vitórias dos trabalhadores sobre poderosas redes de *fast food* (STEIN, 2012). O que os recentes levantes da população imigrante nos países de destino têm sublinhado é que, sob a óptica da defesa dos direitos humanos, um número crescente de movimentos sociais (com larga participação dos próprios imigrantes), ONG's, instituições religiosas e associações étnicas se colocam em apoio as lutas dos imigrantes por reconhecimento de seus direitos.

Se a legalidade migratória não esgota os problemas da população imigrante, tampouco a ilegalidade os omite. Concomitantemente a presença e a diversidade dos trabalhadores estrangeiros são as múltiplas arenas e atores sociais envolvidos com a questão imigratória. De um lado, temos atuações anti-imigratórias e um embate com parte da sociedade civil dos

¹⁰⁵ Sem documentos é como são chamados os imigrantes ilegalizados na França.

países receptores, que veem com receio essa entrada da mão-de-obra no mercado de trabalho, fundamentando-se no crescimento da competição e na queda dos patamares trabalhistas (PORTES, 2001). Por outro, a própria sociedade civil receptora e os trabalhadores nativos incorporam a problemática da imigração. A multiplicidade das manifestações pró e contra os imigrantes e a imigração na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque merece, por sua natureza, um detalhamento e não nos caberia aqui elenca-las. No entanto, sua asseveração é sintomática de que a migração internacional não passa despercebida e de que os grandes centros urbanos são um palco privilegiado para a discussão sobre a cidadania necessária a um mundo globalizado.

Quem mora em São Paulo pode observar a olhos nus o crescimento do número de estrangeiros andinos e seus descendentes, inconfundíveis pela ancestralidade indígena, que junto aos asiáticos contribuem para a manutenção do “caldeirão étnico” da cidade. Também é verdade que a capital vivencia, pouco a pouco, o ressurgimento e o adensamento das passeatas que expressam a condição imigrante e onde os estrangeiros se pronunciam com sua própria voz. Um bom exemplo é a Marcha do Imigrante, realizada em ocasião do dia internacional do imigrante que é 18 de dezembro, encontra-se em sua sexta edição¹⁰⁶ e já se tornou evento notável, pelo número de pessoas e pelas diferentes nacionalidades dos participantes. A concentração é feita na Praça da República e a caminhada termina na Praça da Sé, envolvendo inúmeras ONG's, grupos organizados de imigrantes, a Pastoral do Imigrante sob o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No cartaz escrito em espanhol, com o lema “nenhum direito a menos para os imigrantes”, foram enumeradas dez reivindicações, a saber: pela cidadania universal, pelo trabalho decente, por direitos iguais, pela não discriminação, pela anistia, por direito ao voto, por educação e saúde de qualidade, por uma nova lei de imigração justa e solidária, pela integração dos povos, contra o projeto de código penal (o imigrante visto como criminoso). Apesar de não ser uma manifestação restrita aos trabalhadores das oficinas de costura, os costureiros endossam com força a marcha e a melhoria das condições de trabalho na indústria de confecção esteve em pauta desde sua primeira edição, em 2007.

Nos Estados Unidos e na capital nova-iorquina, as passeatas que reúnem milhares de imigrantes tendo demandas semelhantes às colocadas acima, já fazem parte da realidade estadunidense. Em junho de 2012, a comunidade imigrante juntou-se a comunidade negra da cidade marchando por quilômetros, do *Bronx* até *upper Manhattan* tendo como ponto final a casa do prefeito da cidade, *Michael Bloomberg*. O protesto foi organizado contra a ação

¹⁰⁶ Aconteceu no dia 2 de dezembro de 2012.

ostensiva das autoridades policiais para com os estrangeiros e os afro-americanos nos bairros periféricos da cidade.

A importância que esses espaços assumem para ampliação da cidadania imigrante e para a luta por melhorias da condição de trabalho e vida soma-se ao fato de aproximar trabalhadores estrangeiros heterogêneos e dispersos nos cotidianos laborais em busca de algo comum. O caminho inverso, ou seja, a reunião de trabalhadores estrangeiros em grupos organizados de trabalho, como os *workers centers* e em organizações independentes, formadas por trabalhadores de determinada atividade ou nacionalidade, como analisou Ness (2006) a respeito dos imigrantes em Nova Iorque, também tem trazido importante contribuição. Eles coexistem com os movimentos sociais e com os sindicatos, ampliando os caminhos por reconhecimento e para as conquistas de contratos de trabalho legais para os imigrantes indocumentados. Contrariando a legitimidade dos Estados em matéria de migração internacional e a configuração do mercado de trabalho nos países receptores que faz pesar sobre os imigrantes com extrema força os efeitos negativos do trabalho na acumulação flexível, estão esses esforços organizativos. Há que se considerar que para além de seus significados e atores restritos, possuem um peso positivo para a formulação de políticas migratórias mais condizentes com um mundo onde as fronteiras territoriais, enquanto parâmetros legítimos de proteção social, foram suprimidas.

3.2 Estado-nação e imigração: construindo a categoria de ser humano ilegal

Versar sobre as políticas migratórias de dois países com posicionamentos econômicos e políticos distintos, assim como abarcar suas vicissitudes diante dos acontecimentos em nível nacional e internacional é empreitada que foge ao nosso alcance. No entanto, não abordar questões de encontro entre a gestão do Estado e os imigrantes costureiros, tais quais a ilegalidade e a informalidade, deixaria lacunas ao entendimento do fenômeno de (re)nascimento das oficinas em São Paulo e das *sweatshops* em Nova Iorque.

A clandestinidade das pequenas fábricas de vestuário e a ilegalidade jurisdicional predominante entre seus funcionários não oculta a presença dos imigrantes costureiros pelas cidades. Se a princípio o medo da deportação intimida os trabalhadores a estabelecerem contatos e atividades afora o núcleo laboral e familiar - o que é válido para qualquer imigrante recém-chegado e não se restringe aqueles que trabalham com a costura -, com o passar do tempo, ampliam-se as interações e os espaços onde essas ocorrem.

Basta caminhar pelas ruas dos bairros centrais da capital paulista para notar a

influência que os novos imigrantes, sul-americanos e asiáticos, trazem para aquele espaço urbano. Letreiros, cardápios e anúncios de várias espécies escritos em coreano, chinês e espanhol dividem lugar com o português. O uso de línguas estrangeiras igualmente se dá em meios de comunicação dirigidos as comunidades imigrantes, como em jornais e rádios¹⁰⁷, também ensinada às crianças em escolas bilíngues e associações culturais.

Pouco a pouco o imigrante encontra locais onde a indocumentação não impede a sociabilidade com conterrâneos, estrangeiros de outras nacionalidades e nativos. Tal asserção encontra total embasamento ao observarmos Nova Iorque, a ponto de considerarmos a deportação do imigrante já residente na cidade no seu ir e vir cotidiano uma falácia. O rígido controle das fronteiras e a perseguição adotada por parte dos governantes de alguns estados do país com relação aos estrangeiros ilegalizados é contrastante diante da impressionante força da imigração na metrópole nova-iorquina.

Acolá dos grandes enclaves étnicos e dos vários idiomas em que não se lê ou escuta palavra inglesa sequer, os imigrantes com status jurisdicional de ilegal estão em toda a parte, compondo boa fração do mercado de trabalho pouco qualificado e o grosso da população que circula com o transporte público. Como nos disse um jovem imigrante mexicano, vindo da região de Puebla e que preparava pratos em um pequeno restaurante localizado no maior centro financeiro do país, *Wall Street*, se o estrangeiro indocumentado não tem problemas com a polícia, dificilmente os terá com “*la migra*”. O termo “*la migra*” é largamente usado pelos imigrantes hispânicos como alusão aos agentes da imigração que são responsáveis pelas deportações e também em referência as leis e aos órgãos imigratórios. A junção das diferentes esferas sob uma mesma palavra traduz o desconhecimento ou a pouca informação que grande parcela dos imigrantes possuem acerca de seus direitos e dos trâmites imigratórios. O mesmo ocorre com os trabalhadores estrangeiros em São Paulo, segundo o entrevistado C, boliviano que reside irregularmente no Brasil:

“Nós chegamos e não sabemos como funcionam as coisas, isso é pior para quem não fala brasileiro [português]... no começo tinha medo de ser mandado de volta para a Bolívia e na oficina que eu costurava quando cheguei o dono falava sempre que não era para sair que era perigoso... quando você conversa com os outros [imigrantes] que estão faz mais tempo vai perdendo o medo... ainda não sei direito como faz para conseguir o visto... não tenho medo de tentar porque conheço

¹⁰⁷ São inúmeras as rádios, mormente piratas, voltadas ao público imigrante. Em sua maioria, possuem um alcance restrito aos quilômetros dos bairros do centro e saem do ar com grande frequência, retornando após certo tempo. Conversando com os trabalhadores bolivianos, descobrimos que além de entretenimento e preservação da cultura do altiplano, as rádios tem a função de promover reencontros entre parentes e amigos, informações sobre oportunidades de trabalho e eventos da comunidade. Interessante notar que os outros idiomas falados na Bolívia, o quéchua e o aimará, são bastante utilizados pelos locutores.

gente que tentou.” (trecho de entrevista concedida pelo costureiro C, de origem boliviana, em dezembro de 2012, em São Paulo).

O extenso e complicado repertório de leis imigratórias e trabalhistas que parecem sobre a imigração laboral não é estendido de forma clara e eficaz para a população estrangeira por parte dos órgãos públicos dos países receptores. O próprio “mito” da deportação é desincentivo para que os imigrantes procurem regularizar sua situação migratória, por conseguinte, laboral. A instrução e, por vezes, a assistência jurídica prestada pelos movimentos sociais, sindicatos, associações religiosas¹⁰⁸, grupos étnicos e pelas ONG’s, tornou-se fundamental aos trabalhadores estrangeiros e constituiu locais privilegiados para o exercício da cidadania imigrante. Assim, a ilegalidade outorgada pelo Estado se constitui ainda no maior obstáculo enfrentado pelo trabalhador que cruza as fronteiras de Estado-nação para o exercício pleno de seus direitos e deveres. Porém, cabe ressaltar que as políticas imigratórias e as propostas para mudanças futuras procuram justamente desatar esse nó, algo inadiável dado a configuração do mundo globalizado.

Nos atentaremos em apresentar quais são as ações públicas praticadas nos últimos anos que efetivamente tocam na questão da clandestinidade, ora tomando por comparação as políticas internas e ora olhando para a política externa, por meio dos tratados e acordos bilaterais e multilaterais assinados pelos países de destino e países de origem dos costureiros. Podemos dizer que o dissenso que atualmente impera nas sociedades receptoras em relação aos imigrantes, faz-se presente também na história política do Brasil e dos Estados Unidos, envolvendo preconceitos, estereótipos e interesses econômicos de grupos específicos. Há que se considerar, também, a importância que as chamadas minorias étnicas, nas quais se incluem os estrangeiros e descendentes, possuem no jogo político.

Apesar da proibição de voto do imigrante ilegalizado nos Estados Unidos, algo em comum com o Brasil, o peso da comunidade latina nas eleições estadunidenses ficou evidente com a vitória do presidente Barack Obama em 2008 e sua reeleição em 2012. A participação política é considerada por muitos estudiosos da imigração enquanto um fator de análise da mobilidade social ascendente do imigrante, a exemplo do estudo de Truzzi (2008) e sabe-se que foi estratégia largamente utilizada pelos imigrantes e suas gerações no caso brasileiro. Mormente, essa influência caminha no sentido de uma flexibilização das rígidas normas restritivas ao elemento estrangeiro e faz incorporar reivindicações mais compatíveis a um “cosmopolitismo democrático”.

¹⁰⁸ Entre elas está a Pastoral do Migrante.

A dissolução das fronteiras vinculadas a nação para a consolidação de uma cidadania de maior amplitude é tema cativo às instituições supranacionais, como no caso do Mercosul¹⁰⁹. Tendo em vista que entre as nacionalidades que atualmente trabalham nas oficinas de costura se destacam os sul-americanos (bolivianos e uma pequena parcela de paraguaios e peruanos), verificar as indicações desse bloco para os deslocamentos laborais intrarregionais torna-se pertinente. Esse olhar deixa visível que os interesses em matéria de imigração a nível nacional são conflitantes quando relacionados aos interesses de uma união de países, semelhante ao ocorrido com a União Europeia. Encontram-se contradições entre as políticas migratórias brasileiras e entre as dos demais países do bloco¹¹⁰, assim como com as políticas para a migração internacional delineadas no próprio Mercosul.

Correntes são os estudos atuais que demonstram a intensificação dos fluxos migratórios em países membros de áreas de integração econômica e, no caso dos países mercosulinos, o Brasil tem se destacado como receptor das populações vizinhas, sobretudo em cidades fronteiriças e nos grandes centros urbanos, notadamente São Paulo (MARTES, 2009). Algo corroborado pelo IBGE nos dois últimos censos realizados no ano 2000 e no ano de 2010 e por outros levantamentos demográficos como os realizados pela CEPAL (2006), demonstrando que

“[...] a permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de integração econômica regional, vem contribuindo para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços ou entre países limítrofes, com os deslocamentos transfronteiriços.” (BAENINGER, 2012, p.10-11).

Sobre os deslocamentos intra-regionais para o Brasil, o que a realidade demonstra é o predomínio do trabalhador imigrante ilegalizado, apesar dos avanços do Mercosul e do Mercosul ampliado em matéria de imigração laboral. Entre eles, os Acordos sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, Bolívia e Chile), através da promulgação dos decretos nº 6.964, no dia 29 de setembro de 2009 e do

¹⁰⁹ A centralidade da questão migratória no âmbito do MERCOSUL Social pode ser verificada, entre outras, nas políticas públicas regionais voltadas ao trabalho e previdência social, integração e direitos humanos, enfrentamento ao tráfico de pessoas e nas áreas de saúde e educação. Um marco na construção das mesmas foi o Seminário “MERCOSUL e as Migrações”, realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2007, em Brasília. Por ocasião do encontro, Carlos Lupi, então Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, afirmou que a coesão e integração dos povos participantes têm no ir e vir das pessoas seu maior estímulo. A regularização da residência não encerra, contudo, outros pontos fundamentais ao universo do trabalhador transnacional, em particular, pertencentes à seguridade social. No caso da participação à previdência social, o MERCOSUL se utiliza de um mecanismo chamado *totalização*, que se traduz pela “[...] possibilidade de que os tempos de contribuição em cada país possam ser somados.” (ARRUDA, 2008, p.95).

¹¹⁰ A exemplo de que o Brasil é o único país mercosulino no qual os imigrantes não tem direito a votar.

decreto nº 6.975, no dia 7 de outubro de 2009¹¹¹. Conforme preceituam, tanto os estrangeiros em situação migratória regular quanto aqueles em situação irregular podem requerer o direito a residência, desde que cidadãos mercosulinos sem antecedentes criminais no país de origem e no país de destino. Uma vez obtido o direito de residência no exterior, o imigrante passa a gozar de igualdade de direitos civis e de tratamento para com os nacionais¹¹². Por exigir uma documentação acessível e a cobrança de uma taxa pequena, tornou-se o caminho mais procurado pelos imigrantes para sua regularização migratória.

Ainda no sentido de facilitar a alteração do *status* imigratório e igualizar direitos e deveres dos imigrantes, cabe mencionar o Acordo de Regularização Migratória Brasil/Bolívia, firmado pelos dois governos no ano de 2005. A proposta de concessão de vistos definitivos para os trabalhadores imigrantes bolivianos residentes no Brasil e vice-versa que tivessem entrado no país vizinho até a data de assinatura do acordo trazia algumas barreiras para a regularização migratória dos bolivianos costureiros em São Paulo. A principal delas dizia respeito a necessidade de uma prova original de meios de subsistência na Parte receptora. Essa exigência documental contribuiu para uma clivagem entre os trabalhadores que foram beneficiados pelo acordo que desfavorecia os participantes da economia informal metropolitana.

A comprovação de bens e de exercício de profissão ou emprego lícito por meio de documento hábil constou no rol de documentos solicitados pelo Ministério da Justiça do Brasil para conceder vistos permanentes para aqueles que foram beneficiados com os vistos provisórios pela Lei da Anistia¹¹³, promulgada em 2009. Na primeira fase, a Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE) foi concedida para 45 mil imigrantes e segundo Xavier (2010) as nacionalidades com maior número de beneficiados foram os bolivianos (17.000), os chineses (5.500), os peruanos (4.600), os paraguaios (4.100) e os sul-coreanos (1.100), sendo que 34 mil pedidos foram de residentes em São Paulo¹¹⁴. Ainda conforme a autora, os

¹¹¹ O texto do acordo foi assinado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002, durante a XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Brasília-DF. Traz fundamental contribuição para desfazer a ligação entre o fenômeno do tráfico humano e do contrabando de pessoas com a prática do trabalho forçado e degradante, algo íntimo à imigração ilegal (AZEVEDO, 2005).

¹¹² A residência temporária é válida por dois anos, após esse período o estrangeiro pode obter a residência permanente.

¹¹³ Lei nº 11.961/2009 concedeu Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE) com validade provisória de dois anos.

¹¹⁴ Durante a produção do presente texto, dados oficiais sobre o número de concessão dos vistos permanentes não estavam disponíveis. Segundo Grover Calderón, presidente da Associação Nacional dos Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (ANEIB), boa parte daqueles beneficiados na primeira fase da Lei da Anistia não conseguiram o visto permanente, retornando a irregularidade jurisdicional, pela impossibilidade de comprovar atividade laboral. O mesmo foi apontado por Silva (2005) a respeito dos bolivianos beneficiados pela anistia anterior.

bolivianos estiveram entre os estrangeiros com maior número de vistos concedidos nas três últimas anistias, em 1988, em 1998 e em 2009¹¹⁵. A ocupação profissional e outras características dos estrangeiros anistiados não foram detalhadas pelo governo e nem tampouco objeto de estudos já concluídos¹¹⁶. A lacuna existente acerca do número de costureiros e de oficinheiros imigrantes contemplados e as consequências da regularização imigratória de trabalhadores e empreendedores para as oficinas de costura está ainda por ser preenchida.

Com base na predominância dos costureiros ilegalizados¹¹⁷ e das oficinas clandestinas, algo corroborado pelos estudos na capital paulista, torna-se evidente os limites da extensão das medidas imigratórias brasileiras sobre o mercado de trabalho informal. No entanto, essas trouxeram substancial contribuição no caminho da descriminalização do imigrante ilegalizado, fazendo contraponto ao Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980¹¹⁸ que fora largamente incorporado em matéria de imigração pela Constituição de 1988. De acordo com a lei 6.815 do referido estatuto, entrar e permanecer no país sem consentimento do Governo Federal configura crime passível de punição por meio de extradição e pagamento de multa. Silva (2005) esclarece que

“A falta de documentos é um dos grandes desafios que imigrantes advindos dos países vizinhos enfrentam no Brasil., porque a lei que rege a permanência dos estrangeiros no território nacional, lei 6.815 de 1980, é restritiva e transforma os imigrantes mais pobres numa possível ‘ameaça’ à segurança do país. Isso se deve ao fato de que essa lei foi aprovada num momento em que a ‘ideologia da segurança nacional’ ainda regia os destinos políticos do Brasil. Nessa perspectiva, só é bem-vindo ao país quem aportar com tecnologia e for mão-de-obra especializada.” (SILVA, 2005, p. 24).

A imigração enquanto pauta da segurança nacional é corporificada com notoriedade ainda maior nos Estados Unidos, sobretudo após o episódio do onze de setembro de 2001, em Nova Iorque (NESS, 2005). Alba e Leite (2004) falam que o houve recrudescimento no controle imigratório apoiado no reforço a segurança das fronteiras do país que encontravam porosidades trazidas pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), mas, também, “[...] *há reforzado la logica que atribuye a los inmigrantes y asilados un papel de*

¹¹⁵ A primeira Anistia aos imigrantes irregulares no país foi realizada em 1981.

¹¹⁶ Segundo informações do Ministério da Justiça divulgadas por um portal oficial do governo brasileiro, entre os anistiados há predominância de jovens entre 19 e 30 anos e do sexo masculino (PORTAL BRASIL, 30/01/2012, disponível em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/01/30/18-mil-estrangeiros-anistiados-recebem-residencia-permanente>).

¹¹⁷ Todos os bolivianos por nós entrevistados encontram-se irregularmente no Brasil.

¹¹⁸ O novo Estatuto do Estrangeiro aguarda votação pelo Congresso Nacional desde 2009.

potenciales amenazas a la seguridad del Estado y la sociedad.”¹¹⁹ (p. 11). Para Amaral (2011), as mudanças na política imigratória pós-11 de setembro consolidaram o crescimento do controle migratório já corrente desde a década de 1980, que traz consigo uma representação negativa do imigrante construída ainda no final século XIX.

O melhor exemplo a ser citado em termos de controle dos imigrantes já estabelecidos no país foi a criação, em março de 2003, do *U.S. Immigration and Customs Enforcement* (ICE)¹²⁰, uma entidade de investigação exclusiva à imigração e que faz parte do *Department of Homeland Security* (DHS)¹²¹. Segundo consta no site oficial¹²² este foi criado em substituição ao *Immigration and Naturalization Service* (INS) e ao *U.S. Customs Service* para fazer cumprir de forma mais eficaz as leis de imigração e alfândega, assim como proteger o país de ataques terroristas. Uma das propostas desse órgão é efetivar de maneira rápida a deportação dos imigrantes criminosos e daqueles considerados perigosos ao país. Cabe lembrar que a imigração ilegal é em si um crime, de acordo com a legislação estadunidense, que proíbe a entrada e a estadia ilegalizada a nível nacional. Ou seja, o ICE reforçou o caráter criminoso da ilegalidade imigratória e organizou o sistema burocrático a fim de torná-lo mais eficiente no processo de seleção dos imigrantes que devem permanecer nos Estados Unidos.

Alba e Leite (2004) incluem que para o âmbito político, os atentados de 11 de setembro recolocou a centralidade da soberania nacional e trouxe a contraposição entre os Estados membros. A força da aplicação das leis imigratórias federais e a possibilidade de criar uma legislação particular são dadas a cada Estado do país, individualmente. Na atualidade, alguns apresentam medidas extremamente anti-imigratórias e grandes índices de deportação, como no caso do Arizona, enquanto outros executam as leis imigratórias de maneira branda e propõem um controle sobre as ações xenófobas, a exemplo da Califórnia. De qualquer maneira, o que a predominância dos imigrantes ilegalizados demonstra é que a política restritiva de imigração dos Estados Unidos vai à contramão das discussões supranacionais em matéria de deslocamentos humano.

O que a história da imigração para os Estados Unidos elucida, no entanto, é que sempre existiu alternância entre períodos de abertura à imigração e outros de maior rigidez à entrada e permanência de estrangeiros. Essas atendiam aos interesses políticos do governo, a exemplo da larga entrada de refugiados cubanos no país no final da década de 70, sobretudo

¹¹⁹ “[...] reforçou a lógica que atribui aos imigrantes e exilados um papel de potenciais ameaças a segurança do Estado e da Sociedade.” (ALBA e LEITE, 2004, p. 11, tradução nossa).

¹²⁰ Serviço de Imigração e Controle de Fronteiras dos Estados Unidos.

¹²¹ Departamento de Segurança Nacional.

¹²² Disponível em <http://www.ice.gov/about/overview/>

em Miami, ainda no contexto da guerra-fria. Também atendiam aos interesses de grupos econômicos, como no caso da incorporação massiva de mexicanos no setor agroindustrial do país, em sucessivas ondas e programas imigratórios (PORTES, 2001; NGAI, 2004; REIS, 2006). Enquanto a importação da mão-de-obra em condições flexíveis formou um extenso mercado de trabalho de baixo custo, surgiram diversas ondas nativistas na sociedade civil estadunidense que ganhavam força em tempos de crise econômica, acompanhadas de perto dos movimentos a favor da imigração e que contavam com larga participação dos próprios imigrantes.

Reis (2006) situa a criação de grupos influentes pró e contra a imigração ainda nos anos 1960, para os quais de lá para cá vieram somar muitos outros. O jogo de interesses e a variedade de atores que envolvem a questão da imigração nos Estados Unidos, ainda conforme a autora, delineiam as alterações nas políticas imigratórias nos últimos anos. Uma política marcada pelo conflito entre o abrandamento e o endurecimento, marcada por ações estatais contraditórias e pela autoridade, cada vez maior, das próprias comunidades de imigrantes. Mesmo após os ataques de 11 de setembro e sobre a qual se ergueu a justificativa do endurecimento das fiscalizações e das perseguições aos imigrantes, denunciadas por grupos de direitos humanos, a pressão por mudanças de abertura na política imigratória é grande. A reforma imigratória tem sido tema importante na discussão política dos Estados Unidos e o presidente reeleito Barack Obama encontra o grande desafio de consolidá-la em seu segundo mandato. Algumas medidas de normalização migratória já foram tomadas, como o *Dream Act*, anunciado em junho de 2012, que se propõe a regularizar a situação dos jovens estudantes que chegaram ao país ainda crianças. Seria o primeiro passo a ser dado para alteração do *status* jurisdicional de ilegalidade sobre o qual vivem mais de 15 milhões de imigrantes.

A marginalização dos imigrantes e a centralidade da imigração ilegal estiveram postas no país desde o século XIX e foram concretizadas pela criação, em 1924, da lei *Johnson Reed Immigration Act*, conferindo ao Estado-nação controle total dos deslocamentos (NGAI, 2008). O caráter seletivo e racista das leis imigratórias estadunidenses que se perpetuou desde então, não está posto unicamente no *status* jurisdicional de ilegal, mas também, na própria palavra oficialmente usada na definição do imigrante, como trouxe Stein (2011)

“A palavra inglesa, tanto nos Estados Unidos, como no Reino Unido, usada para designar o portador da condição de **não cidadão** daqueles países é *alien* em vez de *Foreigner*. O que traduzindo para o português seria **alienígena** para o não nativo que trabalha naquele país

e não portador de direitos. **Estrangeiro** para o não nascido naquele território, portanto também um portador de não direitos de cidadania, entre os quais os direitos sociais. Porque essa palavra foi escolhida e não simplesmente **estrangeiro**? Hoje *illegal alien* é um estigma. Alguém que não tem permissão legal para permanecer naquele território, muito menos trabalhar. Alguém que não recebeu o *Green card*, logo sua permanência lá se constitui em crime. Significa alguém espúrio, indesejado, enquanto que o *Foreigner* é apenas um estranho ao país, ou àquela terra, mas não necessariamente hostil ou prejudicial à ordem social.” (STEIN, 2011, p. 3, grifos do autor).

Vemos que em ambos os países a questão da ilegalidade imigratória é pungente e indissociável aos direitos humanos. É sobre essa óptica que as discussões acerca dos trabalhadores imigrantes tem sido largamente abordada e figura de igual maneira como cerne das lutas pelo reconhecimento dos direitos no mundo do trabalho, entre os quais o direito a sindicalização. Diante da proibição legal, no Brasil e nos Estados Unidos, da participação do trabalhador estrangeiro ilegalizado nos sindicatos¹²³, outras formas de representação dos trabalhadores emergiram. No entanto, como veremos a seguir, o sindicatos exerceram papel fundamental na luta pelos trabalhadores imigrantes nas *sweatshops*, no caso estadunidense, e no caso brasileiro, tem construído estratégias de atuação sobre essa “nova” classe de trabalhadores transnacionais trazidos pelas oficinas de costura.

Para essa análise, escolhemos em São Paulo o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco¹²⁴, afiliado a Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST), por ser o maior sindicato da categoria e por destacar-se na interlocução com Estado e patronato defendendo melhores condições de trabalho para os imigrantes costureiros. Em Nova Iorque, privilegiaremos uma narrativa histórica da atuação do extinto *International Ladies’ Garment Workers Union* (ILGWU)¹²⁵ que em 1995 se fundiu ao *Amalgamated Clothing and Textile Workers Union* formando o *Union of Needletrades, Industrial and Textile Employees* (UNITE). Em 2004, juntou-se ao *Hotel Employees and Restaurant Employees Union* (HERE), formando o UNITE HERE¹²⁶.

¹²³ Interessante observar que é do vínculo entre os imigrantes e a formação dos sindicatos na América que remonta no Brasil e nos Estados Unidos a proibição legal do estrangeiro ilegalizado à sindicalização, algo que se mantém ainda hoje e que é ponto de reivindicação comum aos movimentos dos trabalhadores imigrantes e de centrais sindicais nos dois países, notadamente a CUT e a AFL-CIO.

¹²⁴ Em 2012 o sindicato completou 70 anos, teve sua primeira sede na região do Triângulo e hoje se encontra no bairro do Bom Retiro em São Paulo.

¹²⁵ Representava os trabalhadores costureiros dos Estados Unidos e Canadá e tinha sua sede no *Garment District* de Nova Iorque.

¹²⁶ Afiliado a AFL-CIO, permaneceu por pouco tempo afiliado a *Change to Win* e regressou, em 2009, a AFL-CIO.

3.3 Os imigrantes costureiros e os sindicatos do setor: questões no passado e desafios no presente

O crescimento do mercado de trabalho informal nas grandes cidades, a partir dos anos 80, tem sido consensualmente interpretado em consequência da reestruturação produtiva. Nos Estados Unidos, o tema é largamente relacionado com a presença de mão-de-obra imigrante e se traduziria pelas estratégias de sobrevivência dos estrangeiros e não somente por mudanças estruturais na economia do país (CASTELLS e PORTES, 1989). Enquanto no Brasil a questão imigratória em diálogo com a economia informal insinua seus primeiros contornos, as oficinas de costura paulistanas e a indústria de confecção tornaram-se objeto privilegiado.

Na metrópole paulista, a indústria de confecção teria vivenciado uma queda no período entre 1981 e 2000 de 180 mil trabalhadores formais para 80 mil trabalhadores formais, ou seja, uma queda aproximada de 45% (POCHMANN, 2004 *apud* FREIRE, 2008). Freire (2008) aponta que no ano 2000, a estimativa de trabalhadores ocupados com a fabricação de vestuário era 200 mil pessoas, aclarando que muitos se encontravam no mercado informal. De acordo com Garcia e Cruz-Moreira (2004), dados relativos ao ano de 2001 indicam que toda a cadeia têxtil-vestuário da Região Metropolitana de São Paulo vivenciou uma queda no índice de emprego. Apesar desse quadro, tomando por base os empregos formais, os autores mostram a importância do setor têxtil-vestuário da região que continha 50,3% do emprego total na cadeia no Estado de São Paulo e 15,8% no Brasil. Na indústria de confecção, o volume de emprego formal na Região Metropolitana de São Paulo era de 71.698, enquanto no Estado de São Paulo era 118.608 e no Brasil 421.138.

Na metrópole nova-iorquina, segundo Sassen (1988), no ano de 1982, 5.300 firmas registradas de produção de vestuário empregavam formalmente 145,770 trabalhadores. Quanto a produção no mercado informal no mesmo ano, estimavam-se a existência de 3.000 *sweatshops* que empregavam mais de 50 mil trabalhadores e somavam aos mais de 10 mil costureiros em domicílio. Da década de 1980 até os anos 2000, a indústria de confecção registrou uma queda no número de empregos formais, passando de 148.894 trabalhadores empregados em 5.404 firmas para 56.345 empregados em 3.183 firmas. Dentre os motivos da queda, estariam a transferência das unidades produtoras para os países asiáticos e o fortalecimento da produção informal em indústrias clandestinas e na produção doméstica, colocando a estimativa de 200 mil trabalhadores informais (HUM, 2003).

Tanto lá como aqui, a queda no número de trabalhadores formais incidiu, sobretudo,

nos trabalhadores da costura, enquanto o emprego nas “funções inteligentes” é caracterizado por contratos formais de trabalho e pela manutenção dos postos nas cidades. Para os sindicatos que representam os trabalhadores costureiros, grosso da mão-de-obra da indústria de confecção, a queda dos empregos formais foi acompanhada de perto pela queda no número de sindicalizados¹²⁷. Os trabalhadores auto-empregados e aqueles que costumam em fábricas afóra dos padrões trabalhistas seguindo a tendência à terceirização, deixaram de ser minoria para, paulatinamente, tornarem-se maioria. No caso brasileiro, a presença do trabalhador estrangeiro está ligada ao informal e fortemente circunscrita a metrópole paulistana, exceção que é regra espacialmente ampla no cenário estadunidense. Enquanto o sindicato nova-iorquino nasceu da organização do trabalhador imigrante e manteve a questão imigratória como tema central mesmo após sua reorganização, o maior sindicato paulista insere o trabalhador imigrante em suas discussões com vigor somente na última década.

O trabalho realizado pelo sindicato junto as oficinas de costura encontra no Estado seu principal interlocutor, mais especificamente, por meio da participação nas reuniões da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP)¹²⁸. Segundo Maria Assis, membro da diretoria executiva do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco e representante do mesmo nas reuniões junto a comissão, o sindicato acompanha as fiscalizações realizadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP)¹²⁹ nas oficinas de costura e participa dos encontros entre o poder público e as empresas envolvidas com a produção irregular. Muitas denúncias feitas ao Ministério do Trabalho partiram do próprio sindicato e a punição que hoje se aplica diretamente às redes varejistas e marcas contratantes, ao invés dos donos das oficinas de costura, mormente imigrantes, foi levantada pelo sindicato, pois antigamente

“[...] autuavam-se os donos das oficinas, faziam o dono da oficina pagar os trabalhadores, o dono da oficina ficava perdido porque eles não tinham de onde tirar dinheiro para pagar, o pessoal [trabalhadores imigrantes] não tinham para onde ir, sair dali e ir para onde? Acabava a fiscalização sendo frustrada.” (trecho da entrevista concedida por Maria Susicléia Assis no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, 18 de dezembro de 2012, São Paulo).

¹²⁷ Segundo Maria Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, hoje a base do sindicato que representa a categoria em São Paulo e Osasco é composta por 80 mil trabalhadores formais, enquanto a quinze anos atrás eram 180 mil. Segundo ela existem no mínimo 80 mil trabalhadores informais no setor, dentre os quais estão os estrangeiros, majoritariamente bolivianos. A queda no número de trabalhadores sindicalizados nos Estados Unidos também é bastante alta. Quando houve a junção do ILGWU ao *Amalgamated Clothing and Textile Workers Union* os dois alcançaram 250 mil membros afiliados, sendo que no auge do ILGWU nos anos 50, ela chegou a possuir mais de 450 mil membros afiliados.

¹²⁸

¹²⁹ Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho 15ª Região.

A partir das fiscalizações podem ser reconstituídas todas as empresas envolvidas no trajeto da subcontratação e identificada a empresa que esta no topo do processo. O Sindicato enxerga de maneira positiva a aplicação de multas para as contratantes, pois além de garantir o pagamento dos trabalhadores imigrantes¹³⁰ atinge diretamente as empresas que alimentam boa parte da cadeia informal da indústria de confecção. Uma estratégia diferente foi adotada pelo sindicato em Nova Iorque, segundo May Chen, desde o começo do século passado, quando o esse atuava sobre os intermediários que eram nativos (*jobbers e manufacturers*) e sobre as *sweatshops* que eram dos estrangeiros. Desta forma, agiam diretamente sobre a população imigrante e também sobre os intermediários através dos trabalhadores sindicalizados dessas indústrias (que comumente possuem trabalhadores para o corte das peças e modelistas).

Algumas considerações devem ser tecidas a esse respeito. No caso brasileiro, uma importante parcela daqueles que contratam as oficinas de costura, composta por pequenos varejistas com ou sem marca e com ou sem indústrias próprias, deixa de ser atingido. Isso porque nas próprias fiscalizações torna-se difícil identificá-los, sobretudo no caso dos varejistas sem marca, tornando necessário fiscalizar o produto em sua etapa comercial e não mais produtiva. Aqui se fazem necessárias a participação dos grupos étnicos envolvidos com a produção e comercialização, inclusive dos trabalhadores imigrantes, assim como dos sindicatos patronais e das associações de lojistas da região central.

A mobilização desses atores foi oficialmente conciliada em 24 de julho de 2009 por meio da assinatura do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confecções. Entre os participantes estão instâncias do poder público, sindicatos, lojistas, movimentos sociais, ONG's e comunidades eclesiais de base (CEB's)¹³¹. Esse documento é fruto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI),

¹³⁰ Após as fiscalizações os costureiros imigrantes recebem o pagamento de todos os direitos previstos nas leis brasileiras e são encaminhados à Defensoria Pública da União para efetuar sua regularização migratória. No entanto, como nos contou o entrevistado G, quando a oficina em que trabalhava na zona norte foi fechada pela fiscalização, ele passou dias dormindo nas ruas até encontrar uma nova oficina para trabalhar e morar.

¹³¹ Envolve o Ministério do Trabalho e Emprego (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo), Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho 2ª e 5ª regiões), Ministério da Justiça (Secretaria Nacional de Justiça), Prefeitura Municipal de São Paulo (Secretaria de Participação e Parceria), Defensoria Pública da União, Sindicato da Indústria do Vestuário Feminino e Infanto-Juvenil de São Paulo e Região (Sindinvest), Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Força Sindical, Sindicato dos Lojistas no Comércio de São Paulo (Sindilojas), Fecomercio, Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, Centro de Apoio ao Imigrante (CAMI-SPM), Centro Pastoral do Migrante (CPM), Associação dos Bolivianos (BOLBRA), Comunidade nos nacionais paraguaios, Associação Brasileira dos Coreanos, Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Coreia, Associação dos Lojistas do Bom Retiro, ONG Repórter Brasil e Instituto Observatório Social.

para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo nas Empresas, Regular ou Irregularmente Instaladas em São Paulo, realizada em 2005. Essa ação de regulamentação da economia informal que teve sua origem no Governo Estadual e Municipal mostra como vários atores são fundamentais para a governabilidade das migrações internacionais.

O envolvimento de todos os atores participantes do pacto acima referido não exclui a necessidade de aproximação do sindicato com os trabalhadores costureiros. Segundo Maria Assis, esse contato tem se intensificado, como mostram a crescente procura dos imigrantes costureiros e a participação ativa de alguns poucos estrangeiros já legalizados. Se no passado os imigrantes confundem-se com o sindicalismo no Brasil¹³², no presente, os sindicatos necessitam incorporar a temática imigratória.

No caso estadunidense, o sindicato pode sustentar uma aproximação direta com o trabalhador imigrante ao longo de toda sua existência por uma série de particularidades históricas. O UNITE HERE que representa os trabalhadores nos Estados Unidos e Canadá, possui uma intensa participação de imigrantes naturalizados e descendentes, participação essa que se explica não somente pela importância da mão-de-obra imigrantes nos setores em que representa, mas também, por seu vínculo que se mantém de longa data com a imigração. Além disso, embora os imigrantes não possuam o direito legal a serem representados pelos sindicatos, as comunidades imigrantes recebem apoio dos mesmos por meio de suas associações de direito civil e não de natureza corporativa.

A união de sete sindicatos locais (compostos por imigrantes judeus) dos maiores centros produtores de vestuário do país, com destaque para Nova Iorque, deu origem ao *International Ladies' Garment Workers Union* (ILGWU), no dia três de junho de 1900 e no mesmo ano, afiliaram-se a *American Federation of Labor* (AFL)¹³³ (TYLER, 1995). No ano de 1909, organizaram a maior greve já vista até então na cidade de Nova Iorque e uma das maiores do país, que ficou conhecida como o “levante dos 20 mil” e teve duração de 14 semanas. Mobilizou os trabalhadores das indústrias de confecção de casacos, primeira peça de vestuário a ser produzida em larga escala e em plantas industriais.

Seguiram a essa grande greve as manifestações organizadas contra os jobbers que

¹³² Em São Paulo, os sindicatos estiveram fortemente relacionados com a participação dos imigrantes italianos, dentre os quais os primeiros sindicatos do setor têxtil-vestuário, como a Liga dos Tecelões, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido e a Liga das Costureiras e Costuradores de Saco (TOLEDO, 2004). Assim como os trabalhadores da indústria de vestuário em Nova Iorque realizaram as grandes greves do primeiro quartel do século passado, Maleronka (2007) fala da adesão das costureiras e dos alfaiates no movimento grevista de 1907, organizado pela Federação Operária de São Paulo. Os motivos dessa relação entre a imigração e o nascente sindicalismo são os mesmos, lá e aqui, pois os trabalhadores europeus traziam para a América as ideias socialistas, anarquistas e de sindicalismo revolucionário que fizeram parte da organização do trabalho fabril (TYLER, 1995; TOLEDO, 2004).

¹³³ Juntou-se a Congress of Industrial Organizations (CIO) em 1955.

contratavam os serviços das pequenas indústrias familiares e domiciliares da baixa *Manhattan*, culminando com a transição da produção de vestuário em domicílio (*tenement*) para a produção fabril (*loft factories*). Em 1911, a *The State Factory Investigating Commission Report* exigiu o fim da pequena manufatura familiar nos cortiços, indicando que a indústria de confecção deveria adequar-se as condições de higiene¹³⁴ e segurança das indústrias modernas, trazendo para o chão da fábrica camadas mais amplas de costureiros imigrantes (MONTERO, 2008). Embora essa passagem do trabalho domiciliar para o trabalho fabril não tenha se efetivado por completo e nem tampouco tenha extinguido as *sweatshops*, foi fundamental para o início das lutas operárias. Através das *loft factories* que os trabalhadores da costura, anteriormente circunscritos as suas residências e a um sistema produtivo que os colocava em competição direta, puderam formar a classe operária fabril da indústria de confecção e consolidar sua base sindical. Até então, a produção realizada nos cortiços era entregue ao *jobber* (intermediário) e os trabalhadores não tinham qualquer vínculo ou contato direto com os comerciantes que lhes pudesse garantir o pagamento das encomendas ou um nome a ser queixado junto às autoridades.

Com o fim da segunda guerra mundial e com o crescimento exponencial do mercado consumidor estadunidense, o sindicato floresceu. Tyler (1995) esclarece que isso se atribuiu, em parte, ao crescimento dos produtores para atender as demandas, por outro lado, ao gerenciamento do sindicato sobre esses produtores e sobre os *jobbers*, por meio de acordos à sindicalização. Esses acordos baseavam-se “[...] *on the principle that the real employer should be responsible for the wages and conditions of all those who were his real employees, whether they worked in an inside shop or in a contracting shop.*”¹³⁵ (TYLER, 1995, p. 263). O período era propício para que esses acordos pudessem ser consolidados, uma vez que no New Deal, os sindicatos assumiam papel no controle da competição entre as empresas e na manutenção da demanda interna para o crescimento econômico do país (LIMONCIC, 2011).

Soma-se a aproximação do sindicato para com a população imigrante. Na medida em que a indústria de confecção Nova Iorque ia incorporando novos fluxos de imigrantes de diferentes nacionalidades, o ILGWU exerceu papel fundamental no controle das condições de trabalho no setor e, de igual maneira, no acolhimento dos imigrantes recém-chegados a Nova Iorque. Até os anos 60, o sindicato manteve uma casa que abrigava os trabalhadores estrangeiros, uma escola com cursos profissionalizantes e um centro de saúde que prestava

¹³⁴ Montero (2008) insere o destaque que as quedas no consumo do vestuário que era produzido nos cortiços, associados a sujeira e as doenças, tiveram para a transição.

¹³⁵ “[...] no princípio de que os reais empregadores deveriam ser responsáveis pelos salários e condições de todos aqueles que eram seus reais empregados, não importando se eles trabalhassem dentro da fábrica ou em uma subcontratada.” (TYLER, 1995, p. 263, tradução nossa).

atendimento médico a todos, independentemente de seu *status* imigratório. Todas essas ações aproximavam os estrangeiros do sindicato e se traduziam por um alto índice de sindicalização dos naturalizados e descendentes, colocando os trabalhadores das grandes fábricas, das pequenas fábricas e das empresas familiares em contato direto com o sindicato. Isso possibilitava ao sindicato atuar sobre as parte a quem May Chen mencionou.

Embora nas décadas de 70 e 80 a assistência prestada aos imigrantes ilegalizados pelo ILGWU tenha se limitado em comparação aos anos anteriores¹³⁶, o sindicato o participou ativamente das discussões políticas sobre as imigrações e a ilegalidade imigratória. Em 1983, a sede do sindicato em Nova Iorque¹³⁷, lançou o *Immigration Project*¹³⁸, um extenso trabalho onde a regularização imigratória era defendida como meio de controle da economia informal. Reconhecendo a contribuição do projeto elaborado pelo sindicato, em 1986, o governo estadunidense efetuou o *Immigration Reform and Control Act*, que concedeu anistia a 2,8 milhões de imigrantes ilegais e criou sanções contra os empregadores de estrangeiros ilegalizados (REIS, 2006).

Mesmo com sua importância no setor e em matéria de imigração, o ILGWU sentiu a fundo os efeitos da reestruturação produtiva do capitalismo, assistindo a uma queda no número de sindicalizados e a perda de controle sobre o trabalho na indústria de confecção, para a qual contribuiu sua descentralização e o crescimento das *sweatshops* em grupos de novos imigrantes com trabalhadores indocumentados (WALDINGER, 1991). A união do ILGWU com a *Amalgamated Clothing and Textile Workers Union* em 1995, para formar a UNITE, pode ser compreendida como uma estratégia de ambos os sindicatos para manter sua representatividade. O mesmo é válido para sua união, em 2004, com o HERE, formando o UNITE HERE, um sindicato com sede em Nova Iorque que possui, atualmente, 265 mil afiliados nos Estados Unidos e Canadá, com larga participação feminina, de imigrantes naturalizados e descendentes. Ainda com foco nos trabalhadores estrangeiros, o sindicato expandiu seus setores de atuação em diálogo com os movimentos sociais, levando a cabo a defesa de um sindicalismo democrático, baseado nos direitos civis e na diversidade. Enquanto May Chen e outros estudiosos atribuem o crescimento das *sweatshops*, em parte, ao enfraquecimento do sindicato, ele próprio encontra-se envolto ao período de turbulência pelo qual passa o sindicalismo estadunidense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹³⁶ Se limitou a prestar assistência jurídica e a oferecer cursos profissionalizantes.

¹³⁷ Local 23-25.

¹³⁸ May Chen participou da elaboração do projeto.

Ao longo dessa dissertação, a atual participação dos trabalhadores imigrantes na atividade de costura na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque, notadamente nas pequenas fábricas cujos donos também são imigrantes, foi por nós apresentada. Caminhamos a fim de demonstrar que o crescimento das oficinas de costura e das *sweatshops* é explicado pelo processo de reestruturação produtiva do setor, onde foram abertas as portas para a pequena produção subcontratada, enquanto a presença dos trabalhadores imigrantes deve-se a anterior participação de imigrantes de outras nacionalidades na indústria da moda em ambas as capitais. Nesse sentido, os mercados informais da indústria de confecção paulistana e nova-iorquina estão articulados com a mobilização das redes sociais de comunidades de imigrantes e as dinâmicas próprias da imigração. Isso possibilitaria a entrada dos estrangeiros enquanto mão-de-obra de baixo custo para as pequenas fábricas, assim como a manutenção da oferta de trabalhadores para o ramo da costura, apesar das péssimas condições de trabalho e dos altos níveis de exploração do trabalhador.

Outro fator por nós levantado foi predominância dos empregadores estrangeiros que se utilizam igualmente das redes imigratórias para angariar trabalhadores de mesma ou diferente nacionalidade que a sua, mas também, mobilizar os recursos necessários para tornarem-se oficinheiros e/ou comerciantes de vestuário nas capitais. Trata-se de um assunto controverso, pois, ao mesmo tempo em que representa a possibilidade de melhorar de vida nos países de destino para uns, para tantos outros, significa a submissão a práticas abusivas e que muitas vezes beiram a servidão. Quer prevaleça uma leitura, quer outra, não se pode perder de vista que a indústria de confecção em São Paulo e em Nova Iorque são nichos laborais tanto para trabalhadores quanto para empregadores.

Muito ainda está por ser estudado quanto a formação e o funcionamento dessas economias étnicas, sobretudo na capital paulista. Sabe-se da importância que a região central exerce como atrativo para as novas populações imigrantes, atração ancorada no passado e nos diferentes fluxos e origens imigratórias. De maneira semelhante, a tradição de bairros como o Brás e o Bom Retiro na produção e na comercialização de artigos de vestuário e sua notabilidade nos dias de hoje encontra-se ligada a diferentes grupos de estrangeiros que ao longo do século, como demonstrou Kontic (2007), dinamizaram o setor. O vínculo privilegiado entre os imigrantes e a indústria de confecção, paulatinamente, se expande para novas áreas da cidade, incluso sua região metropolitana, a exemplo da pesquisa de Xavier (2010) com os imigrantes bolivianos.

Além da movimentação urbana e da participação de diferentes nacionalidades na

indústria de confecção, outras questões merecem aprofundamento, tais como os recursos mobilizados pelos imigrantes para tornarem-se oficineiros e comerciantes e, ainda, quais são suas estratégias para manterem-se na condição de empregadores e como se articulam com a informalidade. Existem grupos organizados de imigrantes em São Paulo, a exemplo da Associação dos Bolivianos e a Associação Brasileira dos Coreanos que concentram grande número de estrangeiros vinculados ao setor, assim como já existe uma cooperativa de imigrantes bolivianos que trabalham na capital, chamada Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção. Uma pesquisa que incorporasse tais grupos poderia mostrar novos rumos para os estudos sobre as oficinas de costura e retratar as trajetórias dos estrangeiros no setor depois de estabelecidos na cidade, verificando os meios e a efetividade ou não da mobilidade social ascendente.

Seguir o caminho percorrido pela minoria de sul-americanos de outras nacionalidades que compõem a mão-de-obra na indústria de confecção também traz substancial contribuição. Durante nossa pesquisa de campo em São Paulo, a presença de imigrantes peruanos, paraguaios e chilenos foi apontada como algo crescente, informação esta corroborada por Souchaud (2012). Os espaços de sociabilidade e de circulação desses estrangeiros afora as oficinas de costura, tais como as ONG's, associações e a Pastoral do Imigrante podem fornecer meios de análise das trajetórias desses trabalhadores desde as suas regiões de origem. Isso possibilitaria pormenorizar como e porque esses novos grupos de imigrantes adentram o setor, fornecendo até mesmo uma via de compreensão das relações interétnicas na capital. Nesse sentido, os dados recolhidos em nossa pesquisa de campo fornecem alguma pista, pois nas duas oficinas onde os entrevistados bolivianos declararam haver trabalhadores peruanos e paraguaios, os oficineiros eram de origem coreana. Por um lado, pode ser um indicativo da existência de um circuito transnacional de contratação de mão-de-obra para as oficinas de costura no Peru e no Paraguai semelhante ao verificado na Bolívia, com “empresas” que contratam os trabalhadores e arcam os custos da viagem. Por outro, pode expressar um entrave relacional entre trabalhadores e oficineiros sul-americanos de diferentes nacionalidades.

Enfocar as trajetórias dos imigrantes que trabalham na indústria de confecção nas regiões de destino é esclarecedor para o funcionamento das oficinas de costura e das *sweatshops*, em diferentes aspectos. Observar as diferenças existentes entre os imigrantes ilegalizados e entre aqueles já regularizados pode ser de substancial contribuição para elucidar em que medida a informalidade migratória se relaciona com o mercado informal, por exemplo. No caso brasileiro, convencionou-se que a clandestinidade das oficinas de costura

deve-se ao *status* ilegal do trabalhador imigrante e do oficineiro imigrante, imergindo-as na economia informal. Contudo, caberia ponderar se a regularização dos trabalhadores e dos oficineiros imigrantes retiraria as pequenas fábricas dos circuitos de informalidade que vigoram na indústria de confecção paulistana, mesmo entre as costureiras brasileiras, aspecto abordado por Georgs e Freire (2007).

Essa questão foi trabalhada por Waldinger e Lapp (1993) sobre as *sweatshops* em Nova Iorque e seu crescimento a partir dos anos 1980. Segundo os autores, falar das pequenas fábricas de imigrantes na cidade desde então é tocar impreterivelmente no tema da ilegalidade migratória. O que a experiência estadunidense demonstrou foi que mesmo as ações localizadas sobre as fábricas clandestinas a fim de “retirá-las do subterrâneo” por meio de um cadastro realizado pelos empregadores junto ao departamento de trabalho do estado de Nova Iorque, independentemente de seu status migratório ou o dos seus trabalhadores, não retirou a produção de vestuário da informalidade. Prevaleceu a tendência para as fábricas de pequeno porte, mormente juntas aos locais de residência e subcontratadas, onde ganho é medido por peça produzida. Nem tampouco, por conseguinte, resultou na melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores. O fim dos padrões da era fordista trouxe para a indústria de confecção nova-iorquina e para os imigrantes, mormente as mulheres, conforme situou Marroni (2011) o “[...] *decrecimiento de la actividad manufacturera formal, corresponde un regreso de los llamados sweatshops y del trabajo a domicilio* [...]” (MARRONI, 2011, p. 23)¹³⁹.

A regularidade migratória, algo fundamental para que o imigrante obtenha igualdade de direitos, inclusive os laborais, no Brasil e nos Estados Unidos, não necessariamente é acompanhada pelo fim das oficinas de costura e das *sweatshops*. Isso porque a indústria da moda, como bem salientou Harvey (2010), está no bojo do processo de acumulação flexível. Assim como a produção de vestuário nos países asiáticos é representativa do poder que as grandes marcas e corporações exercem na mobilidade de capital e sobre as nações economicamente desfavorecidas, as pequenas fábricas dos imigrantes que permaneceram nos centros econômicos e financeiros do Brasil e dos Estados Unidos são locais privilegiados para a observação dos efeitos desse novo tipo de acumulação.

Deixamos, por fim, outro lugar de origem para as discussões sobre as transformações do trabalho na indústria da moda, onde os trabalhadores são os sujeitos mais frágeis e fragilizados. Concomitante a exploração transnacional da mão-de-obra no setor são os

¹³⁹ “[...] *decrécimo da atividade manufatureira formal, corresponde um regresso das chamadas *sweatshops* e do trabalho a domicilio* [...]” (MARRONI, 2011, p. 23).

movimentos que emergem questionando o consumo dos produtos onde o lucro foi produzido com o extremo suor do trabalhador. Ainda que de forma incipiente, se delineiam os contornos de um esforço que ganha adeptos no próprio mercado consumidor e que assim como a cadeia têxtil-vestuário, se organiza globalmente. Como nos lembra Canclini (1995), também o consumo é ferramenta do pensar e não se pode dar de ombros para a importância que os consumidores possuem na negociação da cidadania e das lutas sociais nos dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA

ABERNATHY, F. H. *et al.*. The information-integrated channel: a study of the U.S. apparel industry in transition. In: **Brookings Papers on Economic Activity**: Micro economics, Washington, D.C.: Brookings Institution, p. 175-246, 1995.

ABIT. Associação Brasileira de Indústria Têxtil. **Perfil do setor**. Disponível em: http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=4&idioma=PT. Acesso em 25 de mai. 2012.

ALBA, F.; LEITE, P. Políticas migratórias después del 11 de septiembre: los casos del TLCAN y la EU. In: **Migración y desarrollo**, abril, n. 002, Red Internacional de migración y desarrollo, Zacatecas, Latinoamericanistas, p. 4-20, 2004.

ALDRICH, H.; WALDINGER, R. Ethnicity and entrepreneurship. In: **Annual Review of Sociology**, California, v. 16, p. 111-135, 1990.

AMARAL JUNIOR, Wellington Gontijo do. **As políticas de imigração dos Estados Unidos: Entre o ativismo restricionista e o paradigma de enforcement imigratório contemporâneo**. 2010. 273 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-14092011-132127/>>. Acesso em 21 de dez. 2011.

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas: a mercadoria sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.

ARRUDA, G. A construção de políticas públicas regionais: trabalho e previdência social. In: MARTES, A.; SPRANDEL, M. (org.). **Mercosul e as migrações: os movimentos na fronteira e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; CNIg, 2008.

AZEVEDO, F. A. G. **A presença de trabalho forçado urbano em São Paulo: Brasil/Bolívia**. 2005. 80 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. PROLAM. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP; Fapesp; CNPq, Unfpa, 2012.

_____. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP; Fapesp; CNPq, Unfpa, 2012.

BAEZA, B. Chilenos y bolivianos en Comodoro Rivadavia. In: GRIMSON, A.; JELIN, E. (org.). **Migraciones regionales hacia la Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BAO, X. Sweatshops in Sunset Park: a variation of the late 20th century Chinese garment shops in New York city. In: **International Labor and working-class history**, Cambridge: Cambridge University Press, n. 61, p. 69-90, 2002.

_____. The geographical movement of chineses garment shops: a late twentieth century tale of the New York Garment Industry. In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

BAUDOT, F. **Moda do século**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BENENCIA, R. Bolivianización de la horticultura en la Argentina. In: GRIMSON, A.; JELIN, E. (org.). **Migraciones regionales hacia la Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Enviando dinheiro ao país de origem: remessas para América Latina e o Caribe**. Rio de Janeiro, Maio, 2004.

BONACICH, E. Asian and Latino immigrants in the Los Angeles garment industry: an exploration of relationship between capitalism and racial oppression. In: **Immigration and entrepreneurship**. LIGHT, I.; BHACHU, P. (orgs.). New Brunswick: Transaction publishers, 2004.

BORIS, E. Social responsibility on a global level: the national consumers league, fair labor and workers rights at century's end. In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Tailors and sewers**. Disponível em: <<http://www.bls.gov/ooh/production/sewers-and-tailors.htm>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

CACCIAMALI, M. C.; AZEVEDO, F. A. G. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v.1, n.8, p.129-143, 2006.

CAMPOS, A. C., PAULA, N. M. A indústria têxtil brasileira em um contexto de transformações mundiais. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n.4, 2006.

CARNEVALE, N. Culture of work: italian immigrant women homeworkers in New York city garment industry (1890-1914). In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

CANCLINI, N. **Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización**. Cidade do México: Grijalbo, 1995.

CARONE, E. **Evolução Industrial em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC, 2001.

CASTELLS, M.; PORTES, A. World underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (org.). **The informal economy: studies in advanced and less developed countries**. London: John Hopkins Press, 1989.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

CEPAL. **Migración internacional de latinoamericanos y caribeños**. Centro Latino Americano y Caribeño de demografía, Nações Unidas, Santiago de Chile, jun., 2006.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIN, M. Expanding spheres: men and women in the late twentieth-century garment industry. In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

_____. **Sewing women: immigrants and the New York City garment industry**. New York: Columbia University Press, 2005.

COSTA, A.; ROCHA, E. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. In: Setor Têxtil e confecções, BNDS Setorial Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, março de 2009.

COUTINHO, B.; STEIN, L. Imigração laboral intrarregional: ilegalidade e trabalho precário nos complexos têxteis-vestuários metropolitanos. In: **Revista de Ciências Humanas e Artes – ARIÚS**, Campina Grande – UDUFCG, vol. 17, n. 2, jul./dez., pp. 11-27, 2011.

CRANE, D. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

CRUZ-MOREIRA, J. R. **Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário**. 2003. 275 f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. A Comunidade Boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 17, PUC/SP-IPPUR/UFRJ, 2007. Disponível em: <http://www.miurbal.net/pub06_en.html>. Acesso em: 17 jun. 2009

DEAECTO, M. M. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

DEAN, W. **A industrialização em São Paulo: 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1971.

DERTÔNIO, H. O bairro do Bom Retiro. In: **História dos bairros de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, v.9, 1970.

DURAND, J. The bracero program (1942-1964): a critical appraisal. In: **Migración y Desarrollo**, Red Internacional de migración y desarrollo, Zacatecas, Latinoamericanistas, p. 25-40, 2007.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENTWISTLE, J. **El cuerpo y la moda: uma visão sociológica**. Barcelona: PAIDOS/CONTEXTO, 2002.

KONTIC, Branislav. **Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo**. 2007. 157 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14112007-141115/>>. Acesso em: 05 de mai. 2012.

FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 1991.

FISCAL POLICE INSTITUTE. Disponível em www.fiscalpolice.org. Acessado em: 15 de abr. 2011.

FREIRE, C. **Trabalho Informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, P. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. 2009. 291 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FREYRE, G. **Modos de Homem e modas de mulher**. São Paulo: Global Editora, 2009.

GARCIA, R.; CRUZ-MOREIRA, J. O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: COMIN, Á.; SOMEKH, N (Org.). **Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMS- EMURB/ CEBRAP-CEM, 2004.

GEORGS, I.; FREIRE, C. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e “cooperativado” entre costureiras em São Paulo. In: LIMA, J. (org.). **Ligações Perigosas: Trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2007.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U. S. retailers shape overseas production. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Greenwood Press, 1994.

_____. Outsourcing and changing patterns of international competition in the apparel commodity chain. In: **Responding to Globalization: societies, groups, and individuals**. Conferência: Boulder, Colorado, v.4, n.7, Abril, 2002.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. In: **BNDS Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

GREEN, N. L. **Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York**. Durham: Duke University Press, 1997.

GRUN, R. **Negócios e famílias: armênios em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1992.

HALE, A. Trade liberalizations in the garment industry: who is really benefiting? In: **Development in Practice**, Routledge, v. 12, n. 1, p. 33-44, fev., 2002.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 2010.

HERNANDEZ, R. On dominicans in New York city's garment industry. SOYER, D. (ed.). In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

HIRSCH, O. Migrações sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina. **Observador On-line, Rio de Janeiro**, v.3, n.4, Observatório Político Sul-Americano, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

HUM, T. Mapping Global Production in New York City's Garment Industry: The Role of Sunset Park, Brooklyn's Immigrant Economy. In: **Economic Development Quarterly**, Sage Publisher, n.17, agosto, p. 294-309, 2003.

ICE. **Immigration and customs enforcement**. Disponível em: <<http://www.ice.gov/about/overview/>>. Acesso em: 03.05.2012

KERBAUY, M.; TRUZZI, O. Globalização, migrações e internacionais e novos desafios à cidadania. In: **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, vol. 31, jan/jun, p. 123-135, 2007.

KEUM, J. **Além do arco-íris**: a imigração coreana no Brasil. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

KOSAK, H. Taylors and troblemakers: jewish militancy in New York city garment industry (1889-1910). In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: edUFMG, 1999.

LEMOS, M. B. *et al.* Relatório setorial: indústria têxtil e de vestuário. In: **Agência brasileira de desenvolvimento industrial**. ABDI-FUNDEP-UFMG: Belo Horizonte, 2009.

LIGHT, I.; *et al.* Immigrant incorporation in the garment industry of Los Angeles. In: **International immigration review**, Center for migration studies, Wiley, New York vol. 33, n.1, p. 5-25, 1999.

LIMA, J. (org.). **Ligações Perigosas**: Trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2007.

LIMONCIC, F. O United Auto Workers e a economia política do sindicalismo norte-americano. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP v. 16, n. 30, p. 309-320, 2011.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LUPATINI, M. P. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. 2004. Dissertação (mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MALERONKA, W. **Fazer roupa virou moda: um figurino da ocupação da mulher: São Paulo (1920-1950)**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

MARRONI, M. G. Migrantes Mexicanas em los Escenarios Familiares de las Comunidades de Origen: amor, desamor y dolor. In: **Estudios Sociológicos**, n. XXIV, v. 72, maio, 2006.

_____. Segmentación Laboral em la gran metrópoli: migrantes latinoamericanos en Nueva York. In: **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, v.4, n.1, jul/dez, p. 1-17, 2011.

MARTES, A; RODRIGUEZ, C. Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. In: **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD vol. 8, n. 4, p. 117-141, 2003.

MARTES, A. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. In: **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

_____. Gestión pública de la inmigración em Brasil. In: **Migración y políticas sociales em América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MARTINELLI, A. O contexto do empreendedorismo. In: MARTES, A. (org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MASSEY, D. S.; DURAND, J.; MALONE, N. J. **Beyond smoke and mirror: Mexican immigration in an era of economic integration**. New York: Russel Sage Foundation, 2002.

MONTERO, G. **A stitch in time: a history of New York Fashion District**. New York: Fashion Center Business Improvement District, 2008.

NESS, I. **Immigrants, Unions, and the New U.S. Labor Market**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

NEW YORK CITY FASHION. The official source for NYC fashion information. Disponível em: <www.nycfashioninfo.com>. Acesso em 23 de mar. 2011.

NEW YORK STATE DEPARTMENT OF LABOR. **Division of immigrant policies and affairs**. Disponível em: <<https://www.labor.ny.gov/immigrants/>>. Acesso em: 14 de fev. 2011.

NGAI, M. **Impossible subjects: illegal, aliens and the making of modern America**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

_____. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. In: **Tempo**, Niterói, v.13, n.25, 2008.

NIZZOLI, C. Movimentos sociais, sindicato e imigração: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores sem documentos na região parisiense. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Universidade Estadual de Maringá, n. 108, mai., 2010.

PALPACUER, F. The globalization of New York garment industry. In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

PORTAL BRASIL.GOV. 18 mil estrangeiros anistiados recebem anistia permanente, 30/01/2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/01/30/18-mil-estrangeiros-anistiados-recebem-residencia-permanente>>. Acesso em: 14 de fev. 2012.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (org.). **The informal economy: studies in advanced and less developed countries**. London: John Hopkins Press, 1989.

PORTES, A.; SENSENBRENNER, J. Embeddedness and Immigration: Notes on the social determinants of economic action. In: **The American Journal of Sociology**, Chicago, The University of Chicago Press, v.98, n.6, p. 1320-1350, 1993.

PORTES, A. Inmigración y metrópolis: Reflexiones acerca de la historia urbana. In: **Migraciones Internacionales**, Princeton University, v.1, n.1, p. 111-134, 2001.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In: **Estud. avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, Ago. 2006.

PÓVOA, C. **A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo-SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi**. 2007. 284 f. Tese. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PROCHNIK, V. Cadeia: têxtil e confecções. In: **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002.

REIS, R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, Jun. 2004.

_____. Migrações: casos norte - americano e francês. In: **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, Ago., p. 59-74, 2006.

SASSEN, S. **The global city**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. Sociologia da globalização. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

_____. New York City's informal economy. In : **Conference on comparative ethnicity: the conference papers**, jun., Institute for Social Science Research, UC Los Angeles, 1988.

SASSEN-KOOB, S. New York City's Informal Economy. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (org.). **The informal economy: studies in advanced and less developed countries**. London: John Hopkins Press, 1989.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Economic theory and entrepreneurial history. In: **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, vol. 1, n. 2, p. 201-225, 2002.

SILVA, S. A. **Costurando Sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Estigma e mobilidade: o imigrante boliviano nas confecções de São Paulo. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 16, n.1/2, p.11-120, 1999.

_____. **Bolivianos**: a presença da cultura andina. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

SIMMEL, G. Fashion. In: **The American Journal of Sociology**, Chicago, The University of Chicago Press, v. 62, n. 6, mai., p. 541-558, 1957.

SOYER, D. The rise and the fall of New York garment industry. In: **A coat of many colors**. New York: Fordham, 2005.

SAFFIOTI, H. **Do industrial ao artesanal**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al. (Ed.). **Deslocamentos e reconstruções da experiência imigrante**. Rio de Janeiro: Garamond, p.267-292, 2010.

_____. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

STEIN, L. M. Trabalho em tempo parcial e sindicatos. Estudo de caso nos Estados Unidos. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, UFPE-Recife, 2007, divulgação eletrônica.

_____. Trabalhador “hóspede”, acumulação flexível e racismo. Notas sobre o trabalho do migrante nos Estados Unidos no século XXI. In: **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, UNESP, v.4, n.1, jul/dez, p. 1-17, 2011.

SWEEDBERG, R. The social science view of entrepreneurship: introduction and practical applications. In: SWEDBERG, R. (org.). **Entrepreneurship**: the social science view. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. The economy sociology of capitalism: Weber and Schumpeter. In: **Journal of Classical Sociology**, Sage Publisher, v. 2, n. 3, p. 227-255, 2002.

TELLES, V.; CABANES, R. (org.). **Nas tramas das cidades**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: HUMANITAS, 2006.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, Dez. 2007.

TYLER, G. **Look for the union label**: a history of the ILGWU. New York: Sharpe, 1995.

TOLEDO, E. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república. São Paulo: Ed, Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRUZZI, O. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.27, p. 143-166, 2001.

_____. Redes em processos migratórios. In: **Tempo Social**, v. 20, p. 199-218, 2008.

_____. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Z.; TRUZZI, O. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Edufscar, 2005.

TRUZZI, O.; SACOMANO NETO, M. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. In: MARTES, A. (org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial**: pessoas e possibilidades em um mundo de sete bilhões, Organização das Nações Unidas, 2011.

WALDINGER, R. Immigrant Enterprise in the New York Garment Industry. In: **Social Problems**, California, University of California Press, v.32, n.1, p.60-71, out. 1984.

_____. **Through the Eye of the Needle**: Immigrants and Enterprise in New York's Garment Trades. Nova Iorque: N.Y.U Press, 1986.

WALDINGER, R.; LAPP, M. Why immigrants stay in fashion: insights for New York Garment Industry. In: **Policy Studies Review**, v. 11, n. 2, p. 97-105, 1992.

_____. Back to sweatshop or ahead to informal sector? In: **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 1, vol. 17, p. 7-29, 1993.

U.S DEPARTMENT OF COMMERCE. Disponível em: www.commerce.gov. Acessado em: 14 fev. 2011.

VALADEZ, C. NAFTA and women of Mexican maquilas. In: HALE, A. (ed.). **Trade myths and gender reality**. Uppsala: Global Publications, 1996.

YANG, E. A **“geração 1.5” dos imigrantes coreanos em São Paulo**: identidade, alteridade e educação. 2011. Tese. 507 f. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

XAVIER, I. **Projeto migratório e espaço**: os migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo. 2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Demografia). Programa de Pós-

Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ZALIO, P. Sociologie économique des entrepreneurs. In: STEINER, P.; VATIN, V. (org.). **Traité de sociologie économique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

APÊNDICE 1 - Notas sobre as entrevistas realizadas com os trabalhadores costureiros no Brasil

As entrevistas com os costureiros imigrantes foram coletadas como etapa final da pesquisa e introduzidas ao longo do texto, de forma a contribuir com dados empíricos para o debate bibliográfico anteriormente realizado, assim como procurou esclarecer algumas lacunas que se colocavam a pesquisadora. O roteiro de entrevista que segue como parte do presente Anexo 1 foi elaborado de maneira a coletar informações com os trabalhadores imigrantes costureiros que pudessem esclarecer as características dessa mão-de-obra e da sua imigração, assim como fornecer informações acerca do ambiente e das relações de trabalho

nas oficinas de costura. Tomando por base para sua elaboração algumas questões norteadoras das pesquisas em migração, somadas as contribuições dos estudos sobre os imigrantes na indústria de confecção, foram realizadas onze entrevistas semi-estruturadas¹⁴⁰, cujos resultados são apresentados a seguir. Podemos identificar que os principais pontos em comum nas respostas dos entrevistados encontram familiaridade com as entrevistas anteriormente realizadas por outros pesquisadores com os trabalhadores em questão, como Silva (1997) e Freire (2008).

Dado o local onde coletamos as entrevistas ter sido a Praça *Kantuta*, espaço de sociabilidade dos imigrantes bolivianos em São Paulo, somente conversamos com costureiros dessa nacionalidade¹⁴¹. Trata-se de uma mão-de-obra ilegalizada (todos não possuíam vistos de residência no Brasil), majoritariamente masculina (9 entre os 11 entrevistados), em idade economicamente ativa (entre 21 anos e 41 anos), não especializada (todos os entrevistados nunca realizaram cursos na área), predominantemente boliviana que saiu do seu país de origem em busca de melhores condições de vida. A imigração de retorno foi apontada por cinco entre os onze entrevistados, porém, apenas como uma expectativa e naqueles imigrantes que estão no país a menor tempo. Entre aqueles que vieram para o Brasil e posteriormente regressaram para a Bolívia com o propósito de permanecerem em suas pátrias-mães, todos retornaram para a capital paulista (3 entre 11 entrevistados). Os trabalhadores que pretendem fixar-se em São Paulo definitivamente apontaram o projeto de tornarem-se oficineiros, com exceção de um entrevistado que já está no Brasil há maior tempo e realizou outras atividades laborais. Mesmo dois daqueles que pretendem retornar querem continuar trabalhando com costura, porém, como proprietários de oficina na Bolívia. O contato com o país de origem é corrente, por meio do envio de remessas e/ou ligações telefônicas e, em menor parte, por meio de viagens.

No que diz respeito ao trabalho, o pagamento por peça foi apontado por todos os trabalhadores, alguns o condicionavam com as encomendas, enquanto outros incluíram os custos com a moradia. Embora saibamos que morar no local de trabalho é algo comum as oficinas de costura e os próprios entrevistados usassem ambas as definições, ora moradia e ora trabalho, em referência as mesmas, sentimos que nossas tentativas de aprofundarmos essa questão eram má recebidas pelos entrevistados. Embora tenhamos obtido respostas sobre o rendimento, como valores entre 30 centavos a um real a peça, ou ainda, entre 400 e 600 reais

¹⁴⁰ Cabe esclarecer que embora tenhamos realizado entrevistas com onze trabalhadores imigrantes costureiros, somente dez entrevistas trazem contribuição para a Caracterização do Trabalho, pois os entrevistados F e G trabalham na mesma oficina e possuem igual trajetória laboral na cidade.

¹⁴¹ Na apresentação do presente texto, explicamos nossa tentativa em realizar entrevistas com costureiros de outras origens, pois não enfocamos os costureiros vindos da Bolívia.

por mês, a maneira como o pagamento é contabilizado continuou impreciso, assim como os descontos com transporte, alimentação, contas e aluguel. Outro ponto de mal estar durante a realização das entrevistas foi perceptível em relação aos donos das oficinas e a organização da produção dentro das oficinas, não explicando como funcionavam, por exemplo, o uso das máquinas ou as funções exercidas por cada trabalhador.

Ainda assim, somente proprietários coreanos e bolivianos foram citados (entre as dez oficinas de costura onde os onze entrevistados trabalhavam no momento 3 eram de proprietários coreanos) com prevalência dos primeiros. Além de ser compatível com o indicativo de que os coreanos estão deixando a produção do vestuário, algo apontado pela literatura, os dados trouxeram uma evidencia a ser aprofundada, pois nas duas únicas oficinas onde existiam trabalhadores peruanos e paraguaios os proprietários eram coreanos. Isso pode indicar preferências que se constituem a partir das relações entre esses povos hispânicos, o que traria a escolha por trabalhadores/empregadores conterrâneos, mas também, o funcionamento de canais de cooptação de trabalhadores do Peru e do Paraguai a semelhança daqueles observados na Bolívia.

Os canais acima referidos dizem respeito aos anúncios em cartazes, rádios e jornais, feitos por “empresas” que contratam os trabalhadores na Bolívia e “arcam” com os custos da viagem, sob as falsas promessas e configuram o tráfico internacional de trabalhadores. Por outro lado, compatível com as micro-estruturas da imigração, são os contatos entre os próprios imigrantes aqui estabelecidos e ainda com os residentes na Bolívia. Nossa pequena amostragem confirmou que para a entrada do imigrante na ocupação de costureiro tanto o contato com um trabalhador de determinada oficina é fundamental, quanto o conhecimento de uma área da cidade onde esses trabalhadores se reúnem, tendo que ali funciona um capital social imigratório disponível a todos os imigrantes e que indica a formação de um nicho laboral. Esses recursos são mobilizados tanto pelos empregadores quanto pelos empregados. O indicativo de que a Praça Kantuta exerce também essa função, como apontado pela literatura e pelas entrevistas, pode ser observado pelo próprio pesquisador, por meio das ofertas de emprego escritas em espanhol penduradas em carros e barracas da feira dominical. Todos esses aspectos explicariam a existência de certa rotatividade dos trabalhadores entre as oficinas.

Apesar dos incômodos por parte dos entrevistados em fornecer certas respostas e em aprofundá-las, os aspectos acima mencionados repousam na contribuição da pesquisa de campo. De maneira geral, os trabalhadores correspondiam melhor às perguntas sobre família e motivações para a imigração. Sem dúvidas, existe uma intranquilidade em conceder quase

todas as informações, algo que acreditamos possa ser superado em uma pesquisa de campo de maior fôlego e que envolva outros atores-chave, como membros da Pastoral do Migrante e das ONG's.

Roteiro de Entrevista com os trabalhadores imigrantes costureiros.

Local: _____ data: _____

1) Sexo: F () M ()

1.1) Ocupação _____

2) Ano nascimento _____

3) Naturalidade _____ Província _____

4) Estado civil:

casado () - ir para 4.1 e 4.2

solteiro ()

divorciado ()

viúvo ()

4.1) casou no Brasil?

sim ()

não ()

4.2) naturalidade do cônjuge _____

5) Filhos?

sim () – ir para 5.1, 5.2 e 5.3

não ()

5.1) Número de filhos _____

5.2) Idade(s) _____

5.3) Nacionalidade _____

6) Ano em que chegou em São Paulo? _____

7) Por que veio? _____

8) Como veio? _____

9) Já retornou alguma vez ao seu país de origem?

sim () – ir para 9.1

não ()

9.1) motivo _____

10) Possui família no país de origem?

sim () – ir para 10.1

não ()

10.1) quem? _____

11) Já mandou dinheiro para o país de origem?

sim () - ir para 11.1

não ()

11.1) Para quem? _____

12) Possui família em São Paulo?

sim () – ir para 12.1

não ()

12.1) quem? _____

13) Já trouxe alguém para São Paulo? (familiares, amigos, conhecidos).

sim () - ir para 13.1

não ()

13.1) Quem? _____

14) Pretende trazer alguém para São Paulo? (amigos, familiares, conhecidos).

sim () - ir para 14.1

não ()

14.1) Quem? _____

15) Você trabalha em oficina de costura?

sim () - ir para 15.1

não ()

15.1) Com quantos costureiros, aonde eles nasceram? _____

16) Já trabalhou com costura no país de origem?

sim ()

não ()

17) Em quantas oficinas já trabalhou em São Paulo? _____

18) Nacionalidade dos donos _____

19) Gosta de trabalhar para ele? _____

20) Gosta de costurar?

sim ()

não ()

21) Fez algum curso de costura?

sim () - ir para 21.1

não ()

21.1) Aonde, período de duração curso _____

22) quantas horas trabalha por dia? _____

22.1) quantos dias semana? _____

22.2) como é seu pagamento? _____

22.3) quanto você ganha? _____

22.4) você trabalha com todas as máquinas da oficina? _____

22.5) você somente costura ou tem alguma outra tarefa, como cortar ou criar a peça?

23) Você tem documentos legais do Brasil?

sim ()

não () - ir para 23.1 e 23.2

23.1) Sente medo de ser deportado?

sim ()

não ()

23.2) Já tentou se legalizar?

sim ()

não ()

26) Conhece algum imigrante legalizado?

sim () - ir para 26.1

não ()

26.1) origem: _____

27) Quer ficar em São Paulo?

sim ()

não ()

28) Quer ser dono de oficina?

sim () - ir para 28.1

não ()

28.1) aonde? _____

29) Já procurou o sindicato?

sim () - ir para 29.1

não ()

29.1) Qual? Porque? _____

30) Participa de algum grupo?

sim () – ir para 30.1

não ()

30.1) Qual? _____

APÊNDICE 2¹⁴² - Perfil dos 11 entrevistados na Praça Kantuta

Entrevistado A

Local: Praça Kantuta **Data:** 16/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1991.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O imigrante A chegou em São Paulo em 2011. Veio para a capital para trabalhar em oficina de costura por meio de contato com um conhecido, filho de uma amiga de sua mãe e que já estava na cidade trabalhando em oficina. Fez o trajeto de ônibus e os custos da viagem foram pagos pelo oficinheiro, de origem coreana. Nunca retornou ao país de origem e nunca mandou dinheiro para a Bolívia, mas possui família por lá (mãe, irmão, irmã, primos, tios, avós) e telefona sempre que pode. Não possui família em São Paulo e não pretende trazer ninguém, espera voltar definitivamente daqui a poucos anos para a Bolívia, assim que juntar dinheiro para melhorar suas condições de vida no país de origem.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Nunca trabalhou como costureiro na Bolívia, nunca fez curso de costura e não gosta de costurar. Atualmente trabalha em oficina de costura com mais oito costureiros, todos bolivianos, inclusive o dono. Essa é a segunda oficina em que ele trabalha na capital, a primeira era de coreanos onde ele ficou por mais de um ano. Ele disse que gostava mais de trabalhar para os coreanos porque eles pagavam mais em dia do que o boliviano para o qual trabalha agora. Sua jornada de trabalho costuma ser entre dez e doze horas de serviço, de segunda a sábado e depende da quantidade de peças que ele tem que costurar. Em épocas de grandes encomendas, como antes do Natal, ai ele disse que a jornada aumenta bastante, podendo chegar a 18 horas de serviço. Disse que somente costura os moldes que vêm prontos (nos tecidos cortados) e não faz uso de todas as máquinas, o pagamento é feito por produção e está sempre atrasado. Assim, no mês em que costura mais, ele ganha mais. Ele não nos

¹⁴² Conduzimos as entrevistas de modo a seguir o roteiro estabelecido, assim como, de forma a abrir espaço para que os entrevistados fornecessem informações mais detalhadas. As entrevistas realizadas no primeiro domingo foram gravadas com o consentimento dos entrevistados.

respondeu os valores em dinheiro que recebia por peça e nem a quantidade de peças que produzia por dia, disse apenas depender da própria peça a ser costurada a quantidade e o pagamento. Nunca procurou o sindicato e não participa de nenhum grupo. Não está legalmente no Brasil, disse que só sente medo de ser deportado quando vai para lugares muito longe de onde mora/trabalha e quando o faz sozinho. Não pretende se regularizar porque quer ir embora e também nunca procurou se regularizar pelo mesmo motivo, não sabe se conhece alguém que está regularizado.

Entrevistado B

Local: Praça Kantuta **Data:** 16/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1987.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O entrevistado B chegou a São Paulo em 2009, para trabalhar em oficina de costura após receber convite de um parente que já trabalhava em São Paulo, para ser costureiro na mesma oficina. Veio de ônibus, porém não contou quem pagou os custos da viagem. Disse ter vindo em busca de dinheiro, pois ele e sua família passavam por dificuldades econômicas em seu país de origem. Nunca retornou à Bolívia e já enviou dinheiro para os familiares que permaneceram lá e pretende trazer dois irmãos mais novos para fazer faculdade em São Paulo, citou o fato de conhecer bolivianos que fazem USP. Disse ter parentes em São Paulo, mas nunca ter trazido ninguém para morar na capital.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Disse trabalhar em oficina de costura com mais sete bolivianos e de proprietário coreano, para quem gosta de trabalhar. Desde que chegou a São Paulo passou por cinco oficinas, sempre de bolivianos e coreanos. Nunca fez curso de costura e não era costureiro na Bolívia. Declarou que gosta de costurar e que sua jornada de trabalho varia, geralmente trabalha 14 ou 15 horas de segunda a sábado, podendo trabalhar mais horas por dia e até aos domingos em certos períodos. O pagamento é feito por peça e varia de acordo com a peça e o prazo de entrega e declarou receber 500 reais em certos meses. Usa a mesma máquina e somente costura, quer ser dono de oficina em São Paulo. Pretende se legalizar, apesar de nunca ter procurado fazê-lo e conhece imigrantes bolivianos e coreanos legalizados. Nunca procurou sindicato e não participa de nenhum grupo.

Entrevistado C

Local: Praça Kantuta **Data:** 16/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1984.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: casado na Bolívia com boliviana.

Filhos: dois bolivianos de oito e três anos.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O entrevistado C chegou a São Paulo em 2010 após ver um cartaz com oferta de emprego temporário no Brasil, dizendo que o transporte, feito de ônibus, seria pago pela “empresa”, mas ele afirmou ter ressarcido os custos durante os primeiros meses de trabalho no Brasil. Tinha trabalho na Bolívia, porém, ganhava muito mal e por isso decidiu emigrar. Já retornou para a Bolívia para visitar a família e já mandou dinheiro para a esposa e pretende trazê-la para São Paulo junto aos filhos caso consiga melhorar sua situação por aqui. Deixou toda sua família na Bolívia e não possui parente algum em São Paulo.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Disse gostar de trabalhar como costureiro e ter experiência com costura desde a Bolívia, embora nunca tenha feito nenhum curso. Está na terceira oficina desde que chegou, sendo que na primeira oficina de donos bolivianos foi a que permaneceu por maior tempo. A segunda oficina era de coreanos e a terceira, na qual atualmente trabalha, é de boliviano e moram e trabalham mais onze bolivianos. Ele trabalha de segunda a sábado e em média quinze horas por dia, algo que pode variar de acordo com a quantidade de serviço e o tempo das encomendas. O rendimento é por peça costurada e relaciona-se a cada encomenda, segundo ele, cada peça tem um preço de acordo com a dificuldade e o prazo de entrega que costuma variar entre trinta centavos a um real. Aclarou ainda que cada costureiro costura em uma única máquina que por vezes é alugada pelo trabalhador, a fim de evitar brigas quando essas quebram. As peças vêm cortadas para a oficina e os costureiros seguem o modelo que vem pronto, só juntam as partes e colocam as etiquetas. Embora não sinta medo de ser deportado ele sentia logo que chegou e não tem medo de procurar meios de se legalizar porque conhece bolivianos que se legalizaram ou tentaram. Nunca procurou o sindicato e não faz parte de nenhum grupo. Pretende ter uma oficina na capital.

Entrevistado D

Local: Praça Kantuta **Data:** 16/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1989.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O imigrante D chegou a São Paulo em 2012 e veio com um conhecido desde a Bolívia. Ele próprio arcou com os custos da viagem feita de ônibus e veio para tentar juntar dinheiro trabalhando com a costura. Deixou na Bolívia seus pais, irmãos e avós e não possui nenhum familiar em São Paulo, nem pretende trazer ninguém. Pensa em retornar para seu país e fazer sua vida por lá.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Trabalha em oficina de dono boliviano onde moram e trabalham mais cinco costureiros conterrâneos, duas mulheres e três homens, sendo que uma mulher e um homem são parentes do dono da oficina. Antes dessa oficina, ficou por quase quatro meses na oficina de coreanos e se queixou que era mal tratado e decidiu sair de lá sendo que não recebeu o pagamento que lhe era devido. Diz que agora gosta do oficinairo que o paga em dia e o trata bem, além de preferir trabalhar para um boliviano e que encontrou essa oficina na Praça Kantuta. Costuma trabalhar 14 ou 15 horas por dia, de segunda até sábado e tem seu rendimento por peça. Destacou que a renda depende não somente da quantidade e qualidade das peças costuradas, mas também, do fato de ficar ou não doente. Disse usar sempre a mesma máquina e somente costurar. Não possui regularidade imigratória, nunca procurou e nem pretende procurar legalizar-se, além de não conhecer alguém legalizado. Pretende retornar para a Bolívia e não quer continuar trabalhando como costureiro, nem tampouco pretende ter uma oficina.

Entrevistado E

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1971.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: casado.

Nacionalidade do Cônjuge: boliviana.

Filhos: cinco filhos (17, 16, 11, 8 e 3 anos) sendo os quatro primeiros bolivianos e o último brasileiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O imigrante E chegou a São Paulo em 2006. Veio para a capital para trabalhar em oficina de costura de um amigo que arcou com os custos da viagem. Depois de um tempo trouxe a mulher e os dois filhos mais novos (de 11 e 8 anos), os dois mais velhos ficaram na Bolívia com a avó paterna. Disse ter vindo para São Paulo da primeira vez em 1994 para trabalhar como costureiro em confecção de coreanos, por meio de um anúncio. Volta sempre para a

Bolívia para visitar a família e manda dinheiro com bastante frequência, disse que assim que possível quer reunir os filhos todos no Brasil e morar aqui definitivamente. Ainda está irregular no país, embora tenha um filho brasileiro e outros dois em idade escolar e diz que a burocracia para ficar legalmente no Brasil é muito grande. Está tentando conseguir o visto provisório pelo Mercosul. Tentou obter em 2009 e não conseguiu.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Trabalha desde 2006 na oficina do amigo que o trouxe, com a esposa e mais treze costureiros, todos bolivianos. Disse não residir no local de trabalho e morar muito próximo. Nunca fez curso de costura e gosta de costurar, pretendendo, inclusive ser dono de uma oficina em São Paulo. Disse que trabalha seis vezes por semana e em média de 12 a 14 horas por dia, alcançando quase um salário mínimo, mensalmente, além dos ganhos da esposa. Geralmente usa a mesma máquina e só costura as peças, mas disse que já aconteceu de cortar os tecidos e mesmo fazer algumas modificações nos moldes. Nunca procurou o sindicato e participa de um grupo cultural boliviano.

Entrevistado F

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: feminino.

Naturalidade: boliviana, província de La Paz.

Nascimento: 1988.

Ocupação: costureira.

Estado civil: solteira.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

A imigrante F chegou a São Paulo em 2011, junto com o irmão mais velho (entrevistado G). Veio por intermédio de um tio, irmão do pai, que morava e trabalhava com costura no Brasil fazia um tempo. Ele mandou o dinheiro das passagens dela e do irmão. Ela diz gostar de ser costureira e ter experiência com costura desde criança, ajudando a mãe na Bolívia. Decidiu vir para São Paulo para tentar estudar moda e juntar dinheiro para abrir uma oficina com a mãe na Bolívia. Pretende voltar quando tiver juntado o dinheiro e desistiu de cursar faculdade aqui, disse ser difícil de passar e de não ter tempo e dinheiro para estudar. Seus pais, avós, irmãos, primos e outros tios continuam na Bolívia, ela já mandou dinheiro para a mãe e liga sempre que possível. Aqui, além do irmão, ela tem um tio, uma tia e uma sobrinha.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Disse que com o irmão são cinco costureiros bolivianos e mais quatro costureiras bolivianas com ela (total de nove). Trabalhou por quase um ano na primeira oficina e está há quase um ano nessa segunda, sendo que nas duas oficinas em que já trabalhou os donos eram bolivianos e bons patrões. Disse usar sempre a mesma máquina de costura e fazer um trabalho bem

“fácil” porque é só costurar as partes, pois já vem “tudo pronto”. Recebe por peça costurada e trabalha em média 14 horas por dia. Não conhece imigrantes legalizados e nunca procurou se legalizar, pois não tem interesse. Também não participa de nenhum grupo e nunca procurou o sindicato.

Entrevistado G

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1986.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O imigrante G chegou a São Paulo em 2011, junto com a irmã mais nova (entrevistada F).

Veio em iguais condições, por intermédio de um tio paterno já empregado anteriormente em oficina. Acrescentou que o dinheiro das passagens, enviado pelo tio, fora o officineiro quem “adiantou” para que eles pudessem vir. Assim como a irmã ele já tinha experiência com costura por causa da mãe, apesar de ter exercido outras funções na Bolívia. Veio em parte por causa da irmã, para ela não vir sozinha, mas também, para conhecer o Brasil e juntar dinheiro para ajudar a família e melhorar de vida. Pretende voltar, mas acha que ficará aqui mais tempo do que sua irmã porque sente menos saudades da família que continua na Bolívia. Assim como ela, já mandou dinheiro para a mãe.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Ao todo, incluindo ele e a irmã, são nove trabalhadores bolivianos. Trabalhou na mesma oficina em que a irmã, durante o mesmo período, pois saíram juntos da primeira. Disse que estava contente na segunda oficina e que o ambiente é “mais família” do que era na primeira. Usa somente uma única máquina e disse que costura e prega as etiquetas. Está ilegalizado e não se preocupa em regularizar sua situação, pois pretende ajudar a irmã no projeto de ter uma oficina com a mãe na Bolívia.

Entrevistado H

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: feminino.

Naturalidade: boliviana, província de La Paz.

Nascimento: 1990.

Ocupação: costureira.

Estado civil: casada.

Naturalidade do Cônjuge: boliviano.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

A imigrante H chegou a São Paulo em 2012 (menos de seis meses quando realizada a entrevista) e veio para trabalhar como costureira e se juntar ao marido que já trabalhava em oficina na capital e retornou para a Bolívia para casar e buscá-la. Ambos vieram de ônibus com as passagens pagas pelo esposo e ela partiu deixando os pais, os irmãos e os outros familiares para retornar dentro de alguns anos, em melhores condições de vida. Em São Paulo, além do esposo, possui um cunhado e uma cunhada e dois sobrinhos brasileiros.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Disse que não tinha experiência com costura e ainda esta aprendendo, mas que o trabalho não é difícil, pois ela só costura. Ainda como aprendiz, trabalha cerca de doze horas por dia com costura e cuida do marido. Disse que por causa do Natal, nas semanas anteriores, havia trabalhado 17 horas em alguns dias. Desde que chegou trabalha de segunda a sábado. Mora com o marido e mais sete estrangeiros, entre os quais um casal de peruanos. O dono da oficina é coreano e ela diz gostar dele e estar gostando de costurar também. Ainda não sabe se pretende legalizar-se, mas sente medo de ser deportada, apesar disso frequenta uma igreja e a Kantuta aos domingos.

Entrevistado I

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1979.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Filhos: um menino boliviano com o qual não tem contato.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O entrevistado I veio para São Paulo para trabalhar como costureiro em 1996, junto com um primo e um tio, por meio de um anúncio de rádio. Procuraram a “empresa” que arcou com as passagens e foram trabalhar em oficina de proprietário coreano. Os três vieram em busca de melhorar as condições de vida deles e da família. Acabou perdendo o contato com o tio e o primo aqui no Brasil. Além de ter trabalhado com costura, disse ter feito outros serviços no Brasil e ter viajado pelo litoral de São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Voltou algumas vezes para a Bolívia, passou certo tempo e visitou os familiares que permaneceram, chegando a entregar dinheiro para uma irmã mais de uma vez. Não sabe se pretende voltar a morar definitivamente por lá, por hora, pretende continuar em São Paulo.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Atualmente trabalha em oficina de boliviano, por meio de um contato que fez na Praça da Kantuta, com mais três bolivianos. Estava morando e trabalhando nessa oficina fazia dois meses e disse que o trabalho com costura é bastante simples só que mal pago, sempre por peça e sempre por valores baixos porque os oficineiros recebem pouco pelas encomendas e porque são muitas oficinas. Estava trabalhando em média 15 horas por dia e naquele mês tinha feito um pouco mais de 600 reais, segundo ele, trabalhando em alguns domingos. Disse que gostaria de regularizar sua situação no Brasil, porém achava difícil de conseguir e não se lembrava de alguém que tivesse conseguido. Não quer ser dono de oficina e disse estar provisoriamente como costureiro para conseguir dinheiro, assim como não teme ser deportado. Participou de um time de futebol quando trabalhou em oficina de outro boliviano, anos atrás, e mantém contato com um ex-colega que considera como uma família em São Paulo.

Entrevistado J

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1985.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: solteiro.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O entrevistado J veio para São Paulo para trabalhar como costureiro duas vezes. Na primeira, em 2009, trabalhou em oficina de coreanos por quase um ano e conseguiu a vaga com amigos desde a Bolívia. Vieram juntos para cá, de ônibus, ele próprio arcou com os custos da viagem. Regressou à Bolívia para visitar a família com pretensão de ficar, porém, como não arrumou emprego, optou por retornar para São Paulo, trazendo consigo uma namorada boliviana com a qual não namora mais. Empregou-se novamente em oficina de coreano, depois passou por mais duas oficinas de donos bolivianos, contando a que está agora. Não manda dinheiro para a família na Bolívia e pretende ficar em São Paulo.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Encontra-se empregado e morando em oficina de um boliviano, pai de um amigo seu. Disse que todos na oficina são bolivianos e familiares do dono, com exceção a ele, ao todo, são seis trabalhadores e moradores na oficina. Segundo ele, o dono é direito e trabalhador. Embora não tivesse experiência com costura na Bolívia e não tenha feito curso algum na profissão ele gosta de costurar e pretende ter uma oficina em São Paulo. Trabalha 14 horas por dia, de segunda a sábado e recebe pagamento por peça, sempre após o dono receber o dinheiro da

encomenda. Com o desconto das contas que ele paga ao empregador, disse tirar 400 e poucos reais por mês. Embora já tenha ocorrido de as peças não virem prontas para a oficina, ele nunca cortou os tecidos, somente costura. Ele se encontra ilegalizado, não teme ser deportado e nunca tentou regularizar sua situação embora conheça bolivianos que estão legalmente no Brasil. Disse participar de um grupo de dança latina e típica boliviana, tendo se apresentado na Praça Kantuta.

Entrevistado K

Local: Praça Kantuta **Data:** 23/12/2012

Caracterização do Imigrante (pergunta 1 até a 5.3).

Sexo: masculino.

Naturalidade: boliviano, província de La Paz.

Nascimento: 1973.

Ocupação: costureiro.

Estado civil: casado.

Naturalidade do Cônjuge: boliviana.

Filhos: dois bolivianos de 16 e 9 anos.

Caracterização da Imigração (pergunta 6 até a 14.1).

O entrevistado K veio para São Paulo trabalhar como costureiro por duas vezes, em ambas encontrava-se desempregado e passando por necessidades na Bolívia. A primeira, em 1998, foi através de um cartaz fixado no mural de um grande mercado na capital La Paz. Veio para oficina de coreanos que arcaram com as despesas da passagem de ônibus. Da segunda vez que retornou para trabalhar como costureiro, em 2011, veio por conta própria e encontrou uma oficina de coreanos, onde ainda se encontra, na Praça da Kantuta. Em 2012 trouxe sua esposa da Bolívia para trabalhar na mesma oficina que ele, deixando os filhos sob os cuidados dos avós. Pretende se fixar em São Paulo e trazer os filhos. Manda dinheiro com bastante frequência, assim como telefona.

Caracterização do Trabalho (pergunta 15 até a 30.1).

Na oficina de proprietários coreanos, moram e trabalham quatro bolivianos (contando com ele e sua esposa) e três paraguaios. Disse gostar dos empregadores, pois eles são honestos. Recebe mensalmente o pagamento por peça costurada, algo entre 400 e poucos reais e 500 reais e trabalha entre 14 e 16 horas por dia, de segunda a sábado. Na oficina ele só costura, porém, várias peças são cortadas pelos outros trabalhadores. Ele e a esposa já tinham experiência anterior como costureiros e ele pretende ter sua própria oficina na capital. Nunca tentou se legalizar e não teme ser deportado, mas pretende regularizar sua situação. Não participa de grupo algum e nunca procurou o sindicato.

ANEXO 1 – Mapa da cidade de São Paulo divisão por zonas



Fonte: Freire (2008)

ANEXO 2 – Mapa da cidade de Nova Iorque divisão por boroughs



Fonte: world-geography.org

ANEXO 3 – Mapa da Região do Triângulo em São Paulo-SP.



Fonte: Google Maps.



Fonte: Google Maps.

ANEXO 5 – A região metropolitana de São Paulo e seus municípios



Fonte: Souchaud (2008) *apud* Xavier (2010).